Relatos de Experiência do III Seminário Estadual

PROESDE 2015

Políticas de sustentabilidade e desenvolvimento na promoção da inclusão social

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação

UNIEDU

univille

Reitora
Sandra Aparecida Furlan

Vice-Reitor
Alexandre Cidral

Pró-Reitora de Ensino
Sirlei de Souza

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Denise Abatti Kasper Silva

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
Claiton Emilio do Amaral

Pró-Reitor de Administração
José Kempner

Organizadores
Jani Floriano
Elaine Maria Martins
Claiton Emilio do Amaral

ISBN 978-85-8209-053-4

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

P964 PROESDE – Programa de educação superior para o desenvolvimento regional / organizadores Jani Floriano, Elaine Maria Martins, Claiton Emílio do Amaral – Joinville, SC : Univille, 2016

100 p. : il.

1. Comunidade - Desenvolvimento. 2. Projetos educacionais - Universidades e faculdades. I. Floriano, Jani (org.). II. Martins, Elaine Maria (org). III. Amaral, Claiton Emílio do (org.).

CDD 370.193

Todas as informações contidas nesta obra são de total responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

A ATIVIDADE FÍSICA NO COMBATE DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E A PERCEPÇÃO DA PRESENÇA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO AGENTE MOTIVADOR NAS ACADEMIAS DA SAÚDE 4
Adilson Turnes / Sabrina Nayara Pykosz Wacherski (UNIDAVI)

LIGAÇÕES ASFÁLTICAS INTERMUNICIPAIS COMO UM DOS FATORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: ADR DE TAIÓ - SC 12
Janaina Beletti / Jorandi Zonta (UNIDAVI)

CRIAÇÃO DE PEIXE EM TANQUE REDE PELO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE CAMPOS NOVOS 20
Claudio Henrique De Oliveira Couto / Kely Teles Gonçalves / Lindaines Bevilaqua / Rodrigo André Fernandes
Tânia Maria dos Santos Nodari (UNOESC)

NOMENCLATURA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ 29
Bruna Wisbeck / Raíza Gonçalves Franco / Márcia Maria Junkes / Wallace Nóbrega Lopo (UNIFEBE)

ASSOCIATIVISMO ALIADO À AGROINDÚSTRIA: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL 32
Alan Cristian Hillesheim / Makerle Cristine Marcelino / Francieli Mara Heinz Neves / Marcia Fuchter (UNIVALI)

IMPLANTAÇÃO DE POSTOS DE COLETA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES USADOS OU CONTAMINADOS PROVENIENTES DE EMBARCAÇÕES MARÍTIMAS COMO FORMA DE PREVENÇÃO DO MEIO AMBIENTE 41
Ana Karla dos Reis Cardoso / Fabiana Fragnani / Guilherme Cesar Christino da Silva / Ruth Mendes
Yuri Almeida Reinert / Maria Eugênia Furtado / Samara Aparecida da Silva Garcia (UNIVALI)

A IMPLEMENTAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC 50
Altair Borges / Fabiane Camila Maboni / Larissa Dalle Tese / Juliana Querino dos Santos Marafon / Rafael Santana
Ricardo Tissiani / Vanessa Paula Ramos / Winissius Segatto / Claudio Machado Maia (UNOCHAPECÓ)

PROPOSTA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL PARA CRIANÇAS DA COMUNIDADE CHICO MENDES NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS 57
Daniele da Silva Bembom Huller / Pâmella Scheimann da Silva / Ayrton Santos de Queiroz (UNIVALI)

RELATO DE EXPERIÊNCIA: O CURSO DE EXTENSÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA UNIPLAC EM 2015 64
Geraldo Augusto Locks / José Batista da Rosa / Joselaine Antunes Pereira / Selênio Sartori (UNIPLAC)

LEIS DE INCENTIVO FISCAL E O POTENCIAL DE DOAÇÃO AO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DA REGIÃO DA AMREC 72
Diandra Meneghel / Marília Alexandre / Mario Sérgio Bortolatto / Alisson Joaquim Flor / Vanessa Isabel Cataneo
(UNIBAVE)

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INSERÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL DE JOINVILLE-SC 83
Alison da Rosa / Ana Paula Cercal / Cristiane Batista / Fabiana Santos / Glauciane de Mello Vieira / Heloisa Prado
Wesley de Oliveira Bunn / Yara Elberhardt (UNIVILLE)

PROPOSTA DE USO DO EQUIPAMENTO SOCIAL: CEU AVENTUREIRO 88
Alberto Rodrigo De Oliveira Dos Santos / Clarissa Oliveira Thomaz / Junior Meneghelli / Luan Becker
Luana Kammer Rodrigues / Maria Eduarda Buss Jablonski / Rafael Ricardo Carneiro (UNIVILLE)

PROJETO MAMÃE CORUJA 93
Daniel Francisco Gaspar Filho / Mariana Cordeiro dos Santos / Josiane da Luz (UNIVALI)

A ATIVIDADE FÍSICA NO COMBATE DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E A PERCEPÇÃO DA PRESENÇA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO AGENTE MOTIVADOR NAS ACADEMIAS DA SAÚDE

Adilson Turnes[1]
Sabrina Nayara Pykosz Wacherski [2]

Resumo: O presente relato produzido no curso do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde) relaciona a importância da prática da atividade física no combate às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs); verifica a frequência com que moradores dos municípios de Trombudo Central e Petrolândia, no Alto Vale do Itajaí/SC, praticam atividades físicas e, no caso dos que praticam, com que frequência; se têm conhecimento sobre a existência das Academias da Saúde; se consideram instaladas em locais adequados; se já utilizaram e se ainda utilizam o espaço; se sabem dos benefícios da atividade física no combate às DCNTs; se sabem da regulamentação da profissão do educador físico; se acreditam ser importante a presença deste profissional nas Academias da Saúde para orientar a prática adequada dos exercícios e uso correto dos equipamentos e, por fim, qual o melhor horário para se fazer uso dessas estruturas. Com este propósito, foi realizado amplo estudo bibliográfico sobre o tema, culminando na apresentação descritiva e aplicação de pesquisa de campo, do tipo levantamento, com abordagem quantitativa dos dados. Os procedimentos para a coleta foram realizados com aplicação de questionário, constituído na maioria de perguntas fechadas e uma única aberta. A pesquisa foi aplicada no período compreendido entre os dias 5 e 7 de novembro de 2015, com abordagem direta e visita às residências, praças públicas e comércio local nos respectivos municípios.

Palavras-chave: Academia da Saúde; Doenças Crônicas Não Transmissíveis; Educação Física.

INTRODUÇÃO

Produzido no curso do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde), do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), o trabalho relaciona a atividade física no combate às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs).

[1] Acadêmico da 4ª fase do curso de Educação Física – Bacharelado – no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo – no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. Aluno do Programa de Extensão em Desenvolvimento Regional (PROESDE) do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

[2] Acadêmica da 4ª fase do curso de Administração com Ênfase em Marketing no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. Aluna do Programa de Extensão em Desenvolvimento Regional (PROESDE) do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

Além disso, apresenta dados estatísticos sobre a prática da atividade física em tempo livre na população brasileira. Neste contexto, explana sobre o programa Academia da Saúde, desenvolvido como uma política pública pelo Ministério da Saúde (MS), visando à promoção à saúde com o intuito de estimular a prática regular da atividade física nos municípios brasileiros.

Neste contexto, a temática regionaliza a discussão, por meio da aplicação de pesquisa de campo, nos municípios de Trombudo Central, sobre abrangência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, e Petrolândia, sobre abrangência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Ituporanga, ambos localizados no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Com as Academias da Saúde instituídas, se desperta para saber se, de fato, estes espaços estão sendo utilizados pela população; se estão instalados em locais apropriados e se existe a necessidade da presença de um educador físico nestes ambientes atuando como agente motivador para a prática regular da atividade física de forma orientada e uso adequado dos equipamentos.

Entre as informações diagnosticadas por intermédio desta publicação, destaca-se o fato de que em Trombudo Central, 96,2%, e em Petrolândia, 85,5% do público entrevistado, embora já tenha feito uso alguma vez, atualmente não utiliza mais a estrutura das Academias da Saúde em suas cidades.

Outro ponto de destaque está na percepção dos entrevistados quanto à presença do profissional de Educação Física nos espaços conhecidos como Academias da Saúde. Em Trombudo Central (82,1%) e em Petrolândia (81,2%) acreditam ser fator motivador a presença de um educador físico nas Academias da Saúde.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

> O exercício é um poderoso remédio, muito diferente de qualquer pílula disponível. (NIEMAN, 1999, p. 301).

A atividade física se apresenta eficiente na prevenção e no tratamento de uma variedade de distúrbios e doenças que afetam diretamente os seres humanos. De acordo com Nieman (1999), a prática regular de exercícios melhora a aptidão cardíaca e pulmonar, aumenta a força e a massa muscular, previne doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, obesidade, osteoporose, artrite, lombalgia, asma, infecção, colesterol, hipertensão, tabagismo, aumenta a imunidade, melhora a qualidade do sono, retarda o processo de envelhecimento e promove o bem-estar de maneira geral.

Para Nieman (1999), a atividade física se apresenta importante em diferentes ambientes, no físico, por exemplo, além dos benefícios já citados, gera energia e vitalidade para a realização das tarefas do dia a dia; no ambiente social é importante para a interação com outras pessoas; no ambiente espiritual propicia a vivência com amor, alegria, paz e plenitude e no ambiente mental faz com que o indivíduo se mantenha ativo, tendo uma posição positiva da vida.

2.1 ATIVIDADE FÍSICA NO TEMPO LIVRE

Pesquisa da Vigitel Brasil (2014) 'Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico' identificou que a frequência de adultos praticantes de atividades físicas no tempo livre aumentou nos últimos seis anos no país. Entre os homens, em 2009 o índice era de 39% e passou para 42% em 2014; já entre as mulheres, o crescimento no mesmo período foi de 22% e 30%, respectivamente. Na média total, o índice passou de 30% em 2009 para 35% em 2014.

De acordo com Lessa (1998, p. 35):

> O estilo de vida compreende hábitos e comportamentos autodeterminados, adquiridos social ou culturamente, de modo individual ou em grupos. Incluem-se entre eles: tabagismo, padrões inadequados de consumo (calorias, álcool, sódio, potássio, medicações, etc), inatividade física, não utilização dos serviços de saúde ou de equipamentos de proteção no setor ocupacional, etc.

Segundo recomendação da Organiz ação Mundial da Saúde (OMS), o ideal é que sejam praticados 150 minutos semanais de exercícios físicos no tempo livre. A Vigitel Brasil pesquisou e diagnosticou o perfil constante nas capitais brasileiras, ficando Florianópolis com o maior percentil de frequência (47%), seguida de Rio Branco (43%) e Palmas, Vitória e Porto Velho (41%). Na outra ponta da tabela aparecem São Paulo (30%), Recife e Salvador (32%), Maceió (33%) e Manaus (34%).

2.2 ATIVIDADE FÍSICA E AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Ainda que os indicadores da Vigitel apresentem crescimento no número de adeptos em atividades físicas nos últimos anos no país, o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) no Brasil, para o período compreendido entre os anos de 2011 e 2022, elaborado pelo Ministério da Saúde (MS), apresenta que 3,2 milhões de pessoas ainda morrem a cada ano devido à inatividade física. Pessoas consideradas insuficientemente ativas têm entre 20% e 30% de aumento do risco de todas as causas de mortalidade.

No Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) no Brasil, (2011, p. 36) consta que:

> Em termos de mortes atribuíveis, os grandes fatores de risco globalmente conhecidos são: pressão arterial elevada (responsável por 13% das mortes no mundo), tabagismo (9%), altos níveis de glicose sanguínea (6%), inatividade física (6%) e sobrepeso e obesidade (5%).

Assim, de acordo com a citação, percebe-se que à inatividade física são atribuídos 6% das causas-mortes, considerando os fatores de risco. Porém, é importante destacar que os outros itens listados, como os altos índices de glicose sanguínea, sobrepeso e obesidade também estão diretamente relacionados à inatividade física.

O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) no Brasil (2011) classifica as DCNTs em quatro grupos principais (circulatórias, câncer, respiratórias crônicas e diabetes) e seus fatores de risco em comum modificáveis (tabagismo, álcool, inatividade física, alimentação não saudável e obesidade).

A Pesquisa Nacional de Saúde – Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas (2013, p. 35), do IBGE, menciona que:

> Atualmente, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) constituem o problema de saúde de maior magnitude relevante e respondem por mais de 70% das causas de mortes no Brasil. As doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, enfermidades respiratórias crônicas e doenças neuropsiquiátricas, principais DCNT, têm respondido por um número elevado de mortes antes dos 70 anos de idade e perda de qualidade de vida, gerando incapacidades e alto grau de limitação das pessoas doentes em suas atividades de trabalho e de lazer.

Para combater as DCNTs, a publicação destaca ser fundamental a adoção da prática regular da atividade física e hábitos de vida mais saudáveis para reduzir os riscos de doenças circulatórias, hipertensão, diabetes, câncer de mama e de cólon, depressão, entre outras enfermidades correlacionadas (BRASIL, 2011).

2.3 PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE

Com a inatividade física considerada fator de risco em comum modificável, o Ministério da Saúde instituiu, em 2011, o programa Academia da Saúde como uma estratégia de política pública com o intuito de tornar a população mais ativa e assim diminuir aos índices das DCNTs no país.

As Academias da Saúde são espaços públicos que, de acordo com a Portaria nº 2,681, de 7 de novembro de 2013, em seu artigo 3º, parágrafo 2º, remete a um programa de promoção da saúde, prevenção e atenção das DCNTs.

No artigo 6º, da mesma Portaria, aparecem listadas atividades que devem ser desenvolvidas no âmbito do programa Academia da Saúde por eixos temáticos:

> I – práticas corporais e atividades físicas;
> II – produção do cuidado e de modos de vida saudáveis;
> III – promoção da alimentação saudável;
> IV – práticas integrativas e complementares;
> V – práticas artísticas e culturais;
> VI – educação em saúde;
> VII – planejamento e gestão; e
> VIII – mobilização da comunidade (BRASIL, 2013).

De acordo com a Resolução nº 046/2002 do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), a atuação do profissional de Educação Física é plena nos serviços prestados à sociedade no que tange às atividades físicas, incluindo a prática de exercícios e esportes em suas mais diversas manifestações. O profissional de Educação Física atua na intervenção primária, secundária e mesmo terciária com o propósito de diminuir o surgimento de DCNTs e tratando-as quando já existentes.

Segundo Silva (2010, p.37):

> Programas desenvolvidos em academias de ginástica ou outros espaços de aplicação e orientação de atividades físicas podem oferecer possibilidades de conhecimento e vivencias corporais que ao privilegiarem a interação dos domínios motor, cognitivo e afetivo, contribuem, de forma decisiva, para minimizar as chances de aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis, melhorando a saúde dos beneficiários, prolongando o período de vida ativa e contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

Segundo Guiselini (2006) a Educação Física tem uma nova abordagem nos profissionais do novo milênio preparados para compreender a importância do exercício e saber aplicá-lo, indo inclusive muito além de simplesmente beneficiar o físico, mas também como meio de mobilização e equilíbrio da energia física, emocional, social, mental e espiritual de todos aqueles interessados em sentir-se bem.

2.4 ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

No artigo 12º, da Portaria nº 2.681, consta que as atividades do Programa Academia da Saúde devem, quando houver, ser desenvolvidas por profissionais da Atenção Básica, inclusive aqueles que atuam na Estratégia Saúde da Família e nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família.

> Parágrafo Único. Além dos profissionais mínimos da equipe, o Distrito Federal e os Municípios poderão acrescentar profissional(ais) de outras áreas de conhecimento para o desenvolvimento de atividades afins aos objetivos, princípios e diretrizes do Programa Academia da Saúde (BRASIL, 2013).

De acordo com a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, em seu artigo 3º:

> Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto (BRASIL, 1998).

O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), esclarece em seu portal que:

> Graduação/Bacharelado em Educação Física (Resoluções CNE/CES nº 07 de 2004 e CNE/CES nº 04 de 2009): tem por objetivo formar Profissional com conhecimento para atuar na manutenção e promoção de saúde, no treinamento e ensinamento esportivo, no condicionamento físico, elaborando, executando, avaliando e coordenando projetos e programas de atividades físicas para diferentes populações. Atuar em clubes, academias, hospitais, condomínios, bem como exercer a função de "personal trainer" são atribuições do Bacharel, não sendo portanto habilitado para intervenção na Educação Básica.

De acordo com Guiselini (2006) foi na década de 90 que a Educação Física passou a conquistar um novo espaço na sociedade, tendo como seu principal meio o exercício físico, deixando de ser vista apenas como uma prática da moda e sendo incorporada como um hábito saudável fundamental para a promoção da saúde. A Educação física torna-se, então, finalmente uma profissão amparada pela criação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e respectivos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFE). O autor vai além e frisa que, a partir de então, a sociedade estabelece uma relação entre Educação Física e Saúde, com os profissionais passando a fazer parte do seleto grupo de agentes promotores da saúde.

3 METODOLOGIA

O presente relato foi construído a partir das disciplinas oferecidas pelo Proesde (Iniciação à Pesquisa; Indicadores de Desenvolvimento; Seminários I e II; Teorias de Desenvolvimento Regional; Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional I e II; Dinâmica de Geração de Emprego e Renda; Desenvolvimento Regional e Cidadania e Políticas Públicas), todas contribuindo de alguma maneira para elaboração do material apresentado ao término do curso.

O trabalho se caracteriza como bibliográfico, descritivo e quantitativo, elaborado por meio de pesquisa de campo e observação da realidade presente nos municípios de Petrolândia e Trombudo Central, ambos situados no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

> A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc (FONSECA, 2002).

Para a fundamentação teórica, além de amplo estudo literário, foram acessados sites oficiais, como do Ministério da Saúde (MS); Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), além de consultada a legislação vigente no país.

A partir do referencial teórico, foi elaborado o questionário quantitativo visando traçar o perfil de moradores dos municípios de Petrolândia e Trombudo Central, sua percepção acerca dos espaços das Academias da Saúde e a importância do profissional de Educação Física nestes ambientes como agente motivador para a prática orientada de exercícios físicos e correta utilização dos equipamentos instalados nestes espaços públicos.

Um questionário, elaborado com perguntas fechadas em sua maioria, com uma única aberta - buscando identificar também o tipo de atividade física mais habitual nestes municípios - foi aplicado entre os dias 5 e 7 de novembro de 2015, sendo os entrevistados escolhidos aleatoriamente e de forma direta durante pesquisa de campo. No total, 147 pessoas foram entrevistadas, sendo 69 em Petrolândia e 78 em Trombudo Central.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS OBJETOS DESTE ESTUDO

4.1 ACADEMIA DA SAÚDE EM PETROLÂNDIA

Segundo dados do IBGE Cidades, a população de Petrolândia é de 6.110 habitantes. O município está localizado no Alto Vale do Itajaí/SC e é um dos nove que compõem a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Ituporanga. Com uma população de 6.131 (CENSO, 2010) apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado alto (0,716) (CENSO, 2010 - ATLASBRASIL, 2015). O IDHM avalia índices relacionados à Educação, Renda e Longevidade. Na área de estudo deste trabalho, ou seja, nos índices relacionados à saúde, no que tange à longevidade, o município apresenta crescimento na expectativa de vida ao nascer, passando de 68,01 no ano de 1991 para 73,10 no ano de 2010. Os indicadores de mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) também melhoraram, passando de 30,7 por mil nascidos vivos, em 1991, para 16,4 por mil nascidos vivos, em 2010 (ATLASBRASIL, 2015).

A Academia da Saúde instalada no município de Petrolândia está localizada na Praça Emília Meurer Momm, no Centro, em ambiente aberto e à disposição de todos os petrolandenses. Lá estão dispostos 13 equipamentos, sendo eles: rotação dupla diagonal, rotação vertical, elíptico mecânico, esqui, surf, multiexercitador, simulador de cavalgada, simulador de remo, pressão de pernas, simulador de escadas, simulador de caminhada, bicicleta e alongador.

4.2 ACADEMIA DA SAÚDE EM TROMBUDO CENTRAL

De acordo com dados do IBGE Cidades, o município de Trombudo Central possui população de 6.979 habitantes. O município está localizado no Alto Vale do Itajaí/SC e é um dos sete que compõem a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Rio do Sul. Com uma população de 6.553 (CENSO, 2010) apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado alto (0,775) (CENSO, 2010 - ATLASBRASIL, 2015). O IDHM avalia índices relacionados à Educação, Renda e Longevidade. Na área de estudo deste trabalho, ou seja, nos índices relacionados à saúde, no que tange à longevidade o município apresenta crescimento na expectativa de vida ao nascer, passando de 71,82 no ano de 1991 para 77,77 no ano de 2010. Os indicadores de mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) também melhoraram, passando de 20,1 por mil nascidos vivos, em 1991, para 10,0 por mil nascidos vivos, em 2010 (ATLASBRASIL, 2015).

A Academia da Saúde no município de Trombudo Central está localizada na Praça Milton dos Santos, na Avenida Arthur Muller, em ambiente aberto e à disposição dos 6.979 trombudenses. Lá estão dispostos oito equipamentos, sendo eles: barra fixa, alongador, pressão de perna, puxada alta, peitoral, simulador de esqui, twisti e surf.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São comprovados pela literatura os benefícios da atividade física no combate às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs). As DCNTs são consideradas enfermidades que se transformaram em um verdadeiro problema de saúde pública, exigindo atenção redobrada e políticas públicas eficientes dos governos.

O programa Academia da Saúde, então, foi instituído pelo Ministério da Saúde (MS) com o objetivo de tornar a população brasileira fisicamente mais ativa. Sabe-se, aliás, que centenas de Academias da Saúde foram instaladas em municípios brasileiros, mas, será que de fato estão sendo utilizadas pela população?

Os resultados apresentados neste trabalho, gerados a partir de pesquisa de campo aplicada nos municípios de Trombudo Central e Petrolândia, onde foram entrevistadas 78 pessoas, sendo 52,6% do gênero feminino e 47,4% do gênero masculino em Trombudo Central; e 69 entrevistas, das quais 53,6% do gênero feminino e 46,4% do gênero masculino em Petrolândia, indicam:

- Em Trombudo Central 53,8% não possuem o hábito da prática regular de algum tipo de atividade física, enquanto em Petrolândia 50,7% é praticante de algum tipo de atividade física.

- Em Trombudo Central o futebol (30,6%) é a atividade mais praticada. Já em Petrolândia a caminhada (34,3%) é a atividade mais comum entre os entrevistados praticantes de atividades físicas.

- Em Trombudo Central, a maioria (25%) pratica atividade física duas vezes por semana. Em Petrolândia, a mesma porcentagem (25,7%) pratica atividade física duas e três vezes na semana.

- Em Trombudo Central, 80,8% conhecem da existência da Academia da Saúde. Já em Petrolândia, a percepção chega a 100% dos entrevistados.

- Dos que conhecem a existência das Academias da Saúde nos municípios, em Trombudo Central, 51,3% não considera o local adequado, enquanto em Petrolândia 100% consideram o local adequado.

- Em Trombudo Central 62,8% dos entrevistados ainda não utilizaram a academia. Já em Petrolândia, o número dos entrevistados que já utilizaram representa 60,9%.

- Em Trombudo Central, 57,1% não sabe como utilizar os equipamentos. Em Petrolândia, dos que nunca utilizaram, 88,9% justificaram o fato com respostas variadas.

- Em Trombudo Central, 96,2% e em Petrolândia 85,5% não utilizam atualmente a Academia da Saúde.

- Em Trombudo Central, 91% estão cientes da eficácia da atividade física no combate às DCNTs, já em Petrolândia 85,5% sabem dessa importância.

- Em Trombudo Central, 53,8% não conhecem da lei que regulamenta a profissão de Educador Física, enquanto em Petrolândia 56,5% eram sabedores da mesma.

- Tanto em Trombudo Central (82,1%) quanto em Petrolândia (81,2%) dos entrevistados consideram fator motivador a presença do educador físico nesses ambientes.

- Tanto em Trombudo Central (69,2%), quanto em Petrolândia (76,8%), consideram o horário das 17 às 19 horas o mais apropriado para utilizar as Academias da Saúde.

Pelo apresentado, fica evidente que a população necessita de fatores que estimulem a utilização dos espaços denominados Academia da Saúde, sob pena destes locais tornarem-se obsoletos em pouco período de tempo. Cabe ressaltar que, a maioria dos entrevistados, considerou a presença de um Educador Físico fator estimulante para melhor utilização das Academias da Saúde. Diante disso, seria oportuno associar a liberação de recursos para a implantação das Academias da Saúde somente condicionada à implantação de programas em saúde, sempre com a presença de profissional de Educação Física, em tempo pré-estabelecido nos municípios pretendentes às Academias da Saúde.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Atuação profissional.** 2015. Disponível em: http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=523. Acesso: 17 de jul. 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GUISELINI, Mauro. **Aptidão Física Saúde Bem-Estar. Fundamentos Teóricos e Exercícios Práticos.** São Paulo: PHORTE, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde 2013. Percepção do estado de saúde, estilo de vida e doenças crônicas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População de Trombudo Central.** 2010. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421860. Acesso: 25 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **População de Petrolândia.** 2010. Disponível em: http http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421270. Acesso: 25 jul. 2015.

LESSA, Ines. **O adulto brasileiro e as doenças da modernidade**. **Epidemiologia das doenças crônicas não-transmissíveis.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Vigitel Brasil 2014 – Vigilância de fatores de risco para e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.** Brasil: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014.

NIEMAN, David C. **Exercício e Saúde. Como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento.** São Paulo: MANOLE, 1999.

SILVA, Francisco Martins da; AZEVEDO, Luciene Ferreira; OLIVEIRA, Antonio César Cabral de; LIMA, Jorge Roberto Perrout De; MIRANDA, Marcelo Ferreira. **Recomendações sobre condutas e procedimentos do profissional de educação física na atenção básica à saúde.** Rio de Janeiro: CONFEF, 2010.

LIGAÇÕES ASFÁLTICAS INTERMUNICIPAIS COMO UM DOS FATORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: ADR DE TAIÓ - SC

Janaina Beletti[1]
Jorandi Zonta[2]

RESUMO
O presente relato tem por objetivo identificar a importância das ligações asfálticas intermunicipais como um dos fatores de desenvolvimento local e regional. A amostragem desta pesquisa que fundamenta este relato foi realizada no decorrer do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional e centrou-se nos seis municípios do Vale Oeste do Alto Vale do Itajaí, ligados a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de Taió, Estado de Santa Catarina. A metodologia utilizada se identifica como, descritiva, quantitativa e qualitativa, uma vez que se servirá de técnicas estatísticas para analisar dados e indicadores de desenvolvimento econômico e social. Os resultados demonstram que os municípios com melhor desempenho no processo de desenvolvimento econômico e social local com impacto regional são Taió e Pouso Redondo. Constata-se que estão interligados por rodovias asfaltadas por mais de um município. Por outro lado, os municípios com menor desempenho no processo de desenvolvimento econômico e social, Mirim Doce, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha, se mantém relativamente isolados e estão interligados somente por uma única rodovia asfaltada com seu desenvolvimento econômico e social praticamente, estagnados.

Palavras-chave: ligações asfálticas; desenvolvimento econômico; Intermunicipais; centralização e descentralização.

1. INTRODUÇÃO

Os desafios de organização da sociedade contemporânea para manutenção e melhoria constante da qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades exigem de todos os agentes políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, responsabilidade permanente com os processos em movimento para garantir o bem-estar social idealizado frente à realidade existente em todos os lugares do mundo onde o ser humano estiver.

É com esse propósito que o presente relato vai tratar das ligações asfálticas intermunicipais como um dos fatores de desenvolvimento local e regional, identificando, através desse estudo, sua real importância no processo de crescimento e desenvolvimento econômico e social nos municípios do Vale Oeste do Alto Vale do Itajaí, ADR de Taió, Mirim Doce, Rio do Campo, Pouso Redondo, Salete, Santa Terezinha e Taió.

[1] Acadêmica do curso de Direito do campus UNIDAVI de Taió, e do curso do PROESDE.

[2] Acadêmico do curso de Direito do campus UNIDAVI de Taió, e do curso do PROESDE.

Com base no referencial teórico, tratar-se-á do desenvolvimento local e municipal com olhar voltado para todas as localidades de cada município em si. Destacar-se-á que, os agentes locais, pessoas e famílias, precisam participar e compartilhar do projeto de transformação consciente da realidade local para que os processos de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental possam acontecer de modo continuado e equânime (MILANI, 2003).

Os resultados irão apontar através dos dados e indicadores de seis itens estatísticos, pesquisados durante os estudos realizados no Proesde, o desempenho do desenvolvimento econômico e social dos seis municípios. Com eles serão demonstrados que os municípios de Taió e Pouso Redondo por estarem ligados por mais de uma rodovia asfaltada, apresentaram melhor desempenho no processo de desenvolvimento econômico e social.

Com a imagem do mapa rodoviário do Estado de Santa Catarina, será demonstrado que quatro, dos seis municípios da ADR de Taió têm necessidade urgente de completar suas ligações asfálticas intermunicipais para conseguir melhorar os seus processos locais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aborda questões relacionadas ao conceito de crescimento e de desenvolvimento econômico e social local municipal e regional, destacando a importância das ligações asfálticas intermunicipais como um dos fatores relevantes á sua ocorrência. Trata também da centralização e da descentralização, bem como seus impactos no gerenciamento e tomada de decisão no ambiente da administração pública, fator de relevância na definição das estratégias de desenvolvimento locais e regionais integrados.

2.1 Desenvolvimento Econômico e Social local e regional

Para Henrique e Ricci, (2009), crescimento não significa desenvolvimento. Crescimento econômico é o desenvolvimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. Um país, por exemplo, pode incentivar a instalação de empresas em um determinado lugar e com isso levá-lo ao crescimento econômico, podendo promover o aumento per capita da renda na região diretamente afetada. Já desenvolvimento econômico agrega mudanças na composição dos produtos, das tecnologias e a destinação dos recursos pelos diferentes setores da economia.

Vasconcelos, (2002, p.??), escreve que:

> Desenvolvimento econômico tem a ver com a melhoria dos indicadores econômicos e sociais de determinado país, como diminuição da pobreza, desemprego, desigualdade social, melhoria nas condições de saúde da população, nutrição, erradicação do analfabetismo, melhoria do sistema educacional e acesso a melhores níveis de educação além da melhoria da condição de moradia.

Segundo Fonseca (2006), como crescimento e desenvolvimento econômico consistem no acúmulo de riquezas e da consequente melhoria dos padrões de vida da população de um determinado local, faz-se necessário que o desenvolvimento seja acompanhado de investimento seja do setor privado e ou do setor público. Os recursos usados para esse investimento devem ter origem na economia originada da redução do consumo envolvendo tanto os agentes públicos como também os agentes do setor privado tendo como parâmetro a relação com o PIB.

Com vistas a promover o desenvolvimento, Senhoras (2007) entende ser necessário que o valor do acúmulo de capital seja repartido entre a população. No passado os municípios concentravam ações de desenvolvimento econômico do território através da geração de emprego. Atualmente as ações regionais e locais não se pautam mais no aspecto puramente econômico. Priorizam-se ações para o desenvolvimento humano e social, consolidando políticas públicas de inclusão social como forma de reduzir as distorções do sistema de concentração de renda.

Em relação ao desenvolvimento econômico regional, além do esforço para atração de novos investimentos e estímulos tributários, Lavor (2007 p. 29), destaca:

> Também o que favorece o crescimento e o desenvolvimento regional são melhorias na infra-estrutura, nas estradas, por exemplo, o que facilitará o escoamento da produção e também de incentivos que aumentam o grau de competitividade e oferecem segurança para outros investidores.

Ao definir o que é o desenvolvimento local, Buarque (1996, p. 9), afirma que:

> Desenvolvimento local é um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Quanto aos impactos da globalização no desenvolvimento local/municipal, Buarque e Bezerra (1994, p. 1), afirmam que;

> Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de *integração econômica com o contexto* regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo competitividade e especialização.

Entre os fatores de fomentação, de acordo com Denardi *et al* (2015, p. 4), todas as infraestruturas de transportes são vitais para o desenvolvimento local e regional e fazem a diferença entre os municípios mais e menos desenvolvidos. De acordo com as comparações microrregionais, os municípios que obtêm melhores indicadores de desenvolvimento apresentam uma grande vantagem estratégica, pois se localizam em importantes entroncamentos ou eixos rodoviários que facilitam seus meios de transportes e comunicação, inclusive com os municípios-polos.

2.2 Centralização e Descentralização na Administração Pública

Sanches (1999, p. 1) apresenta a centralização na administração pública com a seguinte visão:

> O Estado, por seus diversos órgãos e nos diversos níveis da federação, estará prestando serviço por ***execução direta*** quando, dentro de sua estrutura administrativa – ministérios, secretarias, departamentos, delegacias – for o titular do serviço e o seu executor. Assim, o ente federativo, será tanto o titular do serviço, quando prestador do mesmo. Esses órgãos formam o que a doutrina chama de ***administração centralizada***, porque é o próprio Estado que, nesses casos, centraliza a atividade.

Assim, Carvalho Filho (1999, p. 229) argumenta que:

> O Decreto Lei nº 200/67, que implantou a reforma administrativa federal, denominou esse grupamento de órgãos de administração direta (art. 4º, inciso I da referida lei), justamente porque cabe e compete ao Estado, na função de administrar, assumir diretamente seus encargos.

Ao transferir serviços públicos de sua alçada direta a pessoas qualificadas para esta finalidade, o Estado não poderá abrir mão do controle dos mesmos. Se juridicamente concedeu deve suportar as consequências da sua cota de responsabilidade, uma vez que esse procedimento é identificado como sendo de 'execução indireta' (SANCHES, 1999).

A descentralização implica em uma redistribuição dos poderes, isto é, mexer nos interesses dos grupos de poder. Esta é organizada seguindo uma lógica administrativa, e assim ela aparece como um estatuto adequado de solução organizativa capaz de conseguir colaborar em um encaminhamento de outros fins, nos quais estarão ligados nos conflitos sociais (TOBAR, 1991):

> De modo geral, o significado de descentralização é a transferência de competências do governo central para as instâncias locais, podendo haver, transferência de poder e recursos financeiros, com o objetivo de reduzir o tamanho da estrutura administrativa, o que agiliza a gestão de políticas públicas e aproxima o Estado da sociedade. (BINOTTO, *et al,* 2010, p. 1).

Di Pietro (1997), ao dividir a descentralização em descentralização política e descentralização administrativa, informa que a descentralização política na administração pública está fundamentada no texto da Constituição de acordo com atribuições próprias decorrentes da competência dos entes federados como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estendendo-se o entendimento aos demais poderes como Judiciário e Legislativo.

Em relação a descentralização administrativa, Di Pietro (1997), informa que esta ocorre quando o ente central transfere serviços públicos de sua alçada e competência administrativa constitucional aos demais entes da federação, ou seja, Estados, Distrito Federal e Municípios através de leis regulamentando os níveis de responsabilidade, grau de subordinação e os padrões de qualidade exigidos pela sociedade.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa realizada no âmbito do Proesde se identifica como descritiva quantitativa e qualitativa. Segundo Neves (1996, p. 1), compreende várias técnicas interpretativas com o objetivo de descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados e, também, traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, através da disciplina Cidadania e Políticas Públicas. O estudo se caracteriza como quantitativo, pois, utiliza-se de técnicas estatísticas para a análise dos dados fornecidos por meio dos conteúdos estudados na disciplina Dinâmica de Geração de Emprego e Renda. A análise realizada é de caráter documental. Triviños (2009) traz a ideia de que a análise documental é um estudo descritivo que proporciona aos pesquisadores a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações de muitos documentos.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para levantamento de teorias para favorecer a compreensão dos conceitos de desenvolvimento local, a diferença entre desenvolvimento e crescimento, de centralização e descentralização da administração pública e seus impactos no processo de crescimento e desenvolvimento local e regional.

Para melhor entendimento dos fatores de desenvolvimento local dos municípios em questão, serão coletados e analisados dados e indicadores como: PIB (Produto Interno Bruto), Arrecadação de ICMS, IDH (índice de Desenvolvimento Humano), População, Emprego e Renda, disponibilizados pela Secretaria da Fazenda, Atlas Brasil e IBGE Cidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

4. RESULTADOS

O estudo realizado demonstra que entre os fatores de relevância para o desenvolvimento regional e local, as ligações asfálticas são de fundamental importância pela função social que têm ao prover o acesso do transporte dos bens e serviços do local de produção aos locais de distribuição, comercialização e consumo, promovendo assim a dinâmica do desenvolvimento, econômico, social e cultural das comunidades, locais e regionais. Sem ligações asfálticas o transporte e a circulação das riquezas produzidas em cada localidade e para cada localidade, certamente as dificuldades seriam maiores que as observadas atualmente com o número de ligações asfálticas instaladas.

O presente relato teve como referência de estudo, o espaço geográfico do Vale Oeste do Alto Vale do Itajaí situado na ADR de Taió, Santa Catarina, que abrange os municípios de Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete, Santa Terezinha e a sede, Taió.

Para saber se as ligações asfálticas se constituem fator de relevância no processo de crescimento e desenvolvimento local e regional nos municípios objeto desta pesquisa, foram analisados dados e indicadores de crescimento e desenvolvimento demonstrados no quadro-1, abaixo: População, Evolução dos indicadores como, PIB (Produto Interno Bruto), Renda, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e os dados da Arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) de cada município.

Quadro 1: Demonstrativo de Dados e Indicadores de Desenvolvimento.

CIDADES	TAIÓ	SALETE	SANTA TEREZINHA	RIO DO CAMPO	MIRIM DOCE	POUSO REDONDO
População 1991	13.204	8.080	8.616	6.998	3.908	12.244
2010	17.260	7.370	8.767	6.192	2.513	14.810
PIB 1999	76.444	34.086	31.237	27.596	12.739	54.715
2010	358.046	105.898	133.621	109.669	35.224	279.685
Renda 1991	375,86	269,99	166,55	254,55	237,23	272,43
2010	848,34	784,32	421,90	803,46	560,66	742,15
IDH 1991	0,491	0,484	0,200	0,212	0,202	0,200
2010	0,761	0,744	0,575	0,650	0,633	0,598
Emprego 2000	70,32%	71,44%	80,35%	72,27%	76,01%	63,95%
2010	79,63%	80,17%	66,04%	81,09%	72,60%	76,85%
ICMS 2010	12.688.220,31	839.598,63	430.544,30	1.205.959,06	425.806,98	3.851.493.43
2014	9.717.842,84	805.229,24	324.075,23	1.008.893,46	299.307,23	5.795.386,80

Fonte: Dados obtidos através da internet pelos sites da Secretaria da Fazenda, Atlas Brasil e IBGE Cidades.

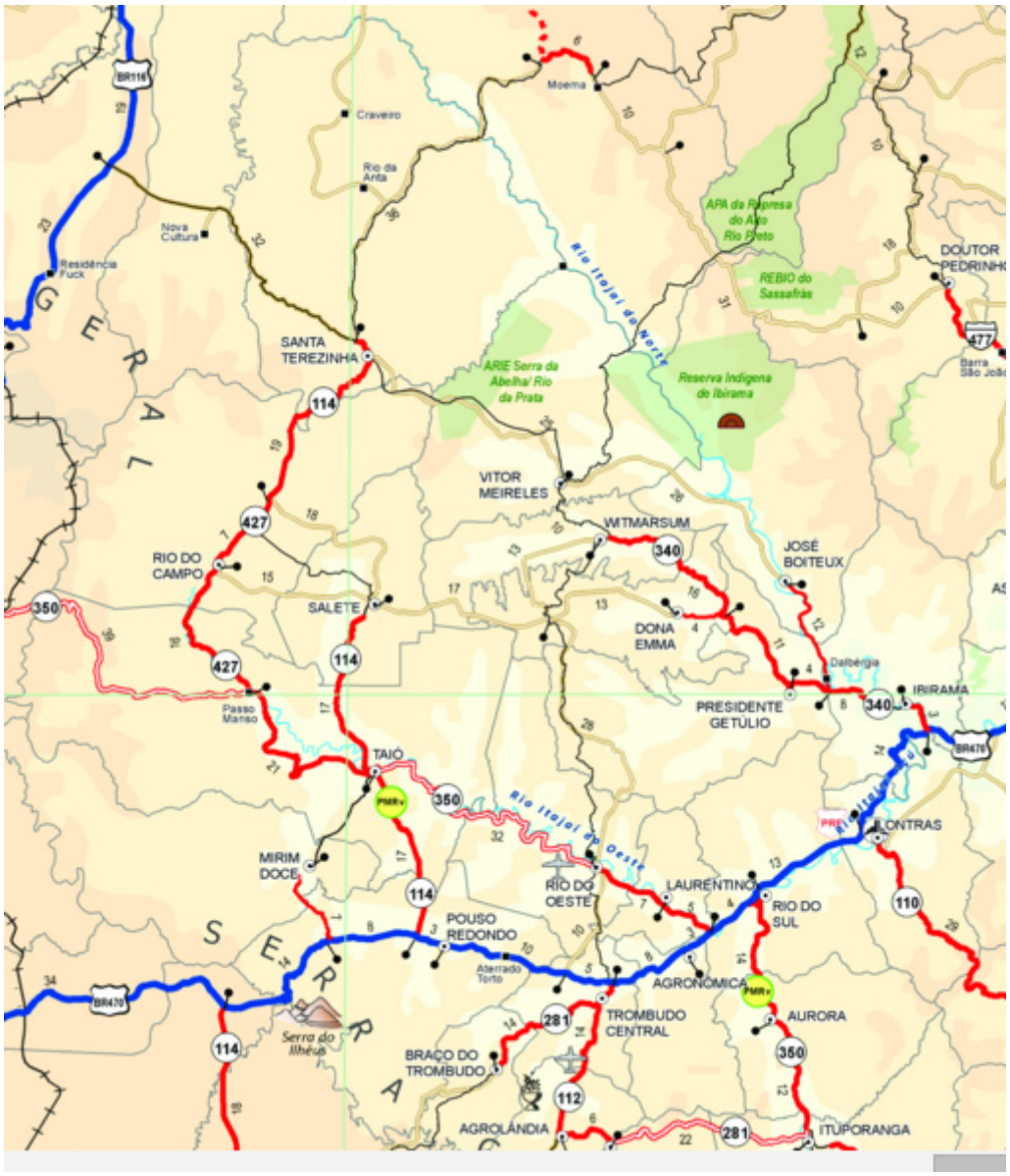
Confrontando os dados e indicadores do quadro 1, tem-se que os municípios de Taió e Pouso Redondo apresentam melhor desempenho no PIB, Arrecadação de ICMS e Geração de Empregos e crescimento da população em relação aos municípios de Mirim Doce, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha.

4.3 Imagem do mapa rodoviário do Estado de Santa Catarina

FIGURA 1: Rodovias Estaduais.

Fonte: DEINFRA.

FIGURA 2: Rodovias que fazem parte do Vale Oeste, ADR de Taió.



Fonte: DEINFRA, adaptado, 2015

A imagem do mapa rodoviário do Estado de Santa Catarina acima tem o objetivo de mostrar que os municípios componentes da ADR de Taió no Vale Oeste do Alto Vale do Itajaí, principalmente, Mirim Doce, Salete e Santa Terezinha, se mantêm praticamente isolados. Os municípios de Witmarsum e Vitor Meirelles, ligados à ADR de Ibirama que do ponto de vista de ligações asfálticas intermunicipais na formação da malha rodoviária regional, desconsiderando a única ligação asfáltica que possuem, mantêm-se também na condição de isolamento.

O mapa mostra que há um espaço de desconexão significativo de rodovias estaduais por ligações asfálticas entre os municípios em estudo, considerando as desconexões com os municípios citados acima ligados a ADR de Ibirama e comparando com a malha rodoviária de outras regiões do estado, o Oeste, por exemplo, são visíveis as desconexões asfálticas, considerando a quantidade de municípios na região.

Esta constatação corrobora a tese de que se as ligações asfálticas intermunicipais são reconhecidas como um dos fatores relevantes para o desenvolvimento local e regional, a falta delas em parte ou por completo, sem a travessia intramunicipal e sem as interligações com os municípios vizinhos, são fator de limitação ao desenvolvimento local e regional e descentralizado. Perde-se com isso, a oportunidade de aproveitar melhor os potenciais da vocação geográfica natural e organizacional das comunidades locais e regionais para um desenvolvimento econômico e social local e regional mais equânime e justo com as populações destes municípios e região como um todo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência demonstrou que o Proesde se constitui numa oportunidade importantíssima e necessária de preparação, através do conjunto de suas disciplinas, de agentes com visão estratégica voltadas à solução de problemas locais e regionais. Este estudo visou identificar a relevância das ligações asfálticas intermunicipais como um dos fatores que contribuem para a efetivação do desenvolvimento local e regional.

Pode-se verificar diante da fundamentação teórica disponibilizada e resultados alcançados que as ligações asfálticas, juntamente com os demais fatores considerados de relevância, são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico social local e regional.

A partir da análise dos dados e dos indicadores estatísticos pesquisados disponibilizados no quadro-1 deste trabalho desenvolvido no curso do Proesde, pode-se confrontar o desempenho do desenvolvimento econômico e social dos seis municípios da Vale Oeste do Alto Vale do Itajaí, ADR de Taió. Pouso Redondo e Taió, nos itens PIB, arrecadação de ICMS, geração e manutenção de empregos, alcançaram no período analisado, melhor desempenho econômico que os municípios de Mirim Doce, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha.

Como Taió e Pouso Redondo são municípios com mais de uma ligação asfáltica, estando Taió próximo e, Pouso Redondo, junto à rodovia federal, BR-470, conforme demonstrado nos resultados, conclui-se que as ligações asfálticas intermunicipais são fundamentais para o desenvolvimento local e regional.

O presente relato demonstra que pelos resultados alcançados no estudo desenvolvido durante o curso do Proesde vale a pena mobilizar as forças econômicas, políticas e sociais dos municípios de Mirim Doce, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha para a construção das ligações asfálticas intermunicipais que faltam, rompendo com os gargalos mantidos pelo poder decisório do estado, que apesar da tão propalada descentralização, se mantém estrategicamente centralizado, quando ao contrário, deveria ser de fato descentralizado, dando ouvidos ao clamor das pessoas e municípios mais distantes dos centros de desenvolvimento concentradores de riqueza e poder, afetados negativamente pela centralização decisória.

REFERÊNCIAS:

----------Atlas Basil. Acesso em 14 de outubro de 2015. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/

BINOTTO, Erlaine; RIBEIRO, Elaine Silva; DALLABRIDA, Valdir Roque; SIQUEIRA, Elizabete Stradiotto. **Descentralização Político-Administrativa: o Caso de uma Secretaria de Estado.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Disponível em: http://www.unc.br/mestrado/docs/ARTIGO-DESCENTRALIZACAO-RBGDR-2010.pdf. Acesso em: 01 de Agosto de 2015.

BUARQUE, Sérgio C. e BEZERRA, Lucila. "**Projeto de desenvolvimento municipal sustentável bases referenciais**". Projeto Áridas (mimeo.), dezembro de 1994.

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA

PCT – INCRA/IICA Brasília, junho de 1996.

CARVALHO FILHO, JOSÉ DOS SANTOS. **Manual de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris, 3ª ed., 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanela, **Direito Administrativo**, São Paulo, Ed. Atlas, 8° ed., 1997

---------- DEINFRA. Acesso em 14 de novembro de 2015. Disponível em: http://www.deinfra.sc.gov.br/download/mapas_rodoviarios/impressao.jpg

DENARDI, Reni Antonio, HENDERICKX, Elizabeth Maria Geralda Johanna, CASTILHOS, Dino Sandro Borges de, BIANCHINI, Valter. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em municípios do estado do Paraná**. Disponível em: *www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=cache – acesso em 25/07/2015*.

----------Desenvolvimento local e regional. Disponível em:**http://www.ipades.com.br/desenvolvimento-regional-ipades.php.** Acesso em:30 de julho de 2015.

----------Disponível em:**http://queconceito.com.br/desenvolvimento.** Acesso em: 30 de julho de 2015.

FONSECA, João Jose Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Thomson Learning, 2006.

HERNRIQUE, Marco Antonio; RICCI, Fabio. **Políticas Públicas de Crescimento e Desenvolvimento Econômico.** 2009. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação- Universidade do Vale do Paraíba.

----------IBGE Cidades. Acesso em 31 de outubro de 2015. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php

LAVOR, Edméia Medeiros. **São José dos Campos:** O Desenvolvimento Industrial, seusefeitos sobre os Setores Econômicos Urbanose a Concentração Regional. 2007.137f.Dissertação (Mestrado em Gestão eDesenvolvimento Regional) – Universidade deTaubaté, Taubaté, 2007.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil).** IV Conferencia Regional ISTR-LAC San José, Costa Rica 8-10 de octubre, 2003.

Neves, Luiz José. **Pesquisa qualitativa- Características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, nº3, 2ºsem./1996

SANCHES, Salvador Infante. **Centralização e descentralização da administração pública.** Revista Jus Navigandi, Teresinha, ano 4, n. 35,1 out. 1999. Disponível em: http://jus.com.br/artigos/334/centralizacao-e-descentralizacao-da-administracao-publica. Acesso em: 01 de agosto de 2015.

---------- Secretaria da Fazenda. acesso em 14 de outubro de 2015. Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br

SENHORAS, Elói Martins. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local – as boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira deGestão e Desenvolvimento Regional**,Taubaté, v. 3, n. 2, p. 3-26, mai-ago/2007.XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba.

Disponível em <www.rbgdr.com.br>. Acesso em 05 de jun. 2009.

TOBAR, Federico. **O conceito de descentralização: usos e abusos.** Artigo Publicado em: Planejamento e Políticas Públicas No 5: 31-51, junho de 1991. Disponível em: file:///C:/Users/PC/Downloads/O-conceito-de-Descentralizacao-usos-e-abusos.pdf. Acesso em: 01 de Agosto de 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia**: micro e macro – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

CRIAÇÃO DE PEIXE EM TANQUE REDE PELO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE CAMPOS NOVOS

Claudio Henrique De Oliveira Couto[1]
Kely Teles Gonçalves[2]
Lindaines Bevilaqua[3]
Rodrigo André Fernandes[4]
Tânia Maria dos Santos Nodari[5]

RESUMO

O projeto proposto por este estudo tem por objetivo gerar renda, desenvolver a região, agregando valor na produção de Tilápia a partir de um projeto de criação de peixe em tanque rede proposto por meio da criação de uma associação entre os moradores residentes no entorno do lago da Usina Hidrelétrica de Campos Novos. A finalidade do projeto é utilizar esse recurso hídrico disponível às famílias lindeiras, atingidos, direta e indiretamente, de modo a gerar desenvolvimento do local. Para viabilizar o projeto, propõe-se parcerias com a ENERCAN, Campos Novos Energia S.A, que integrará o projeto por meio da estruturação, doação de alevinos e recursos para o início do negócio. Em contrapartida, as famílias entrarão com outros custos e manutenção do negócio. Em sua fase inicial, o projeto objetiva integrar sessenta famílias lindeiras de quatro municípios da área de abrangência da usina, com possibilidade de aumentar o número de famílias envolvidas no projeto e consequentemente a produção do pescado. Por meio de estudos secundários, nota-se que a piscicultura é uma atividade que tem impactos significativos sobre o meio ambiente, tanto na implantação quanto na operação, no entanto, com a adoção de técnicas e manejos adequados, é possível produzir, reduzindo a interferência sobre o meio ambiente a um mínimo indispensável, preservando a biodiversidade e os recursos naturais. Esse tipo de projeto é pioneiro na região, porém, sua viabilidade é concreta, além de favorecer uma nova alternativa de renda para as famílias da região, essa iniciativa, pode estimular a implantação do projeto em outras usinas, já que a região possui recurso hídrico favorável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Piscicultura; Tanque-rede.

1 INTRODUÇÃO

Carriço, Nakanishi e Chammas (2008, p.4) citam que “O Brasil reúne condições extremamente favoráveis à piscicultura, apresentando grande potencial de mercado, clima favorável, boa

[1] Claudio H. de Oliveira Couto da 7ª fase do curso de Administração da UNOESC. E-mail:claudioocouto@gmail.com

[2] Kely Teles Gonçalves da 7ª fase do curso de Administração da UNOESC. E-mail:kelyteles@yahoo.com.br

[3] Lindaines Bevilaqua da 7ª fase do curso de Administração da UNOESC. E-mail: lindainesbevilaqua@gmail.com

[4] Rodrigo André Fernandes , professor do curso PROESDE da UNOESC. E-mail:rodrigo.fernandes@unoesc.edu.br

[5] Tânia M. dos S. Nodari. Doutora em Ciências das Humanidades.coordenadora do proesde na Unoesc. Tania.nodari@unoesc.edu.br

disponibilidade de áreas, disponibilidade de grãos para a fabricação de ração animal e invejável potencial hídrico."

Aliado a esta consideração, no município de Campos Novos, região meio oeste de Santa Catarina, está instalada a Usina Hidrelétrica de Campos Novos, que possui uma área inundada de 25,9Km. Apesar de ser uma das menores usinas em relação área alagada e energia gerada, esta usina é considerada uma das mais altas do mundo. (ENERCAN, 2011)

Como forma de consorciar o potencial hídrico do local com a geração de renda e inclusão, este estudo propõe como atividade a criação de peixes em tanque rede no reservatório da Usina Hidrelétrica de Campos Novos. A ideia inicial desse projeto deu-se como forma de utilização das águas do reservatório pelas famílias, tendo uma fonte de renda adicional que irá, além, de desenvolver a região, gerar renda para a comunidade em geral.

Assim, propõe-se um sistema de produção baseado na criação de peixes em tanques-rede. Neste sistema, os peixes são criados em gaiolas que ficam dentro do lago da barragem, otimizando o manejo, reduzindo o impacto ambiental e por meio da geração de renda proporcionar retorno do investimento aos envolvidos.

Para a viabilização do projeto, torna-se necessário a formalização de parcerias com a ENERCAN - Campos Novos Energia S.A., responsável pela operação, manutenção e administração da Usina Hidrelétrica Campos Novos, que em suas atividades já desenvolve e apoia projetos que vão desde a educação ambiental, preservação e salvamento das espécies vegetais e animais, resgate histórico e cultural dos municípios que possuem áreas atingidas pelo empreendimento e planos de conservação ambiental e uso do entorno do reservatório. (ENERCAN, 2011).

Desta forma, os subsídios da empresa, sejam eles por meio de recursos financeiros, humanos ou tecnológicos, irão permitir o fomento deste tipo de negócio, pouco praticado na região do meio oeste catarinense, mas que possui grande probabilidade de sucesso, resultando e geração de emprego e renda e o consequente desenvolvimento do local.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

A participação no Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE – proporcionou uma nova visão em desenvolvimento regional, sendo possível aliar o conhecimento nas diferentes áreas de atuação como ciências sociais aplicadas, da terra e exatas, com objetivo de atingir resultados positivos em comum.

O estudo de uma área específica, por vezes, limita o conhecimento de outras. Com o PROESDE pode-se conviver com acadêmicos de outras áreas do conhecimento, o que possibilitou aperfeiçoar desenvolver habilidades a partir da convivência. Sem falar nas experiências obtidas com a prática e junção desse conhecimento para o efetivo encaminhamento durante o estudo.

Além de aperfeiçoar o conhecimento, a proposta principal do curso objetiva a proposição de um projeto de geração de renda e inclusão, que propiciasse o desenvolvimento de uma região. De início, surgiram muitas dúvidas e incertezas, pois era necessário aos acadêmicos analisar aspectos sociais, ambientais e financeiros, a fim de realizar um projeto com o menor custo possível, viável, que gerasse uma nova fonte de renda, mas que não impactasse negativamente a região.

Em um grupo de discussão formado pelos acadêmicos, levantou-se a proposta de criação de peixe em tanques-redes. A ideia pioneira na região meio oeste de Santa Catarina foi proposta como forma de contribuição ao desenvolvimento por ser uma alternativa de renda, com impactos ambientais reduzidos e com a participação de uma organização que já trabalha no sentido de apoio a população.

A partir da proposição da ideia, foram levantados dados secundários como forma de transformar a ideia em oportunidade. Para tanto, buscou-se informações sobre as políticas de apoio e programas desenvolvidos pela ENERCAN - Campos Novos, caracterização do reservatório, quantidade e perfil das famílias atingidas nos municípios e licenças em vigor e de autorização para a utilização do lago. Também, buscou-se identificar na região a existência desse tipo de iniciativa. Dentre as inúmeras usinas da região da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, foi identificado um projeto em funcionamento no município de Concórdia-SC.

Também foram estudadas espécies de peixes para analisar qual a melhor variedade ou a espécie que melhor se adapta na região de estudo, já que no local há um inverno rigoroso e um verão

com temperatura mais amena, definindo-se então a tilápia, espécie originária da África, mas que se adapta a diversas regiões, sendo a espécie mais produzida em cativeiro no Brasil.

A partir dessas considerações, foram projetados aspectos de produção, como a quantidade de pescado produzido por grupo familiar, os custos iniciais de operação para cada família e o preço de venda, baseado com informações coletadas em estabelecimentos comerciais.

Houve um estudo mais aprofundado em relação aos cuidados e manejo dos peixes como processo inicial de criação dos alevinos, conhecimento das características da água, sua contaminação, e possível proliferação de doenças pelo manejo incorreto do pescado.

A união dos dados e informações resultou então em um projeto de desenvolvimento que quantificou investimentos, custos fixos e variáveis de produção, custo e despesas operacionais e o potencial de vendas segundo as demandas históricas de pescado no mercado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento da piscicultura possui como principal limitação a grande dependência dos recursos hídricos. A piscicultura como atividade econômica possui boas perspectivas quanto ao fator água, podendo ser praticada em diversas regiões, tornando-se alternativa de geração de renda e inclusão. Sobre este aspecto, Lopes (2012, p.17) cita que "A piscicultura ao longo dos anos tem se mostrado uma alternativa a mais de renda para a população, melhorando seu nível de vida, gerando renda e difundindo tecnologia de criação de peixes em cativeiro, suprindo o mercado regional e diminuindo a pressão da pesca sobre os rios da região."

Carriço, Nakanishi e Chammas (2008) consideram que o Brasil possui potencialidades para desenvolvimento do cultivo/produção de peixes. Segundo os autores: "A prática da piscicultura de espécies de água doce [...] pode ser realizada em ambientes como rios, reservatórios de usinas, lagoas e açudes [...]."

Esta versatilidade na produção de peixes vem de encontro ao exposto por Name (2007), em que a autora cita que a piscicultura é uma atividade que vem crescendo em um ritmo de aproximadamente 30% ao ano no Brasil, índice que apresenta-se como oportunidade por ser muito superior ao obtido pela grande maioria das atividades rurais mais tradicionais, como a pecuária e agricultura, por exemplo.

Lopes (2012) considera que a piscicultura é um setor em crescimento, destacando ainda que esta atividade é lucrativa e contribui para o fortalecimento da economia de uma região.

Como exemplo da utilização da piscicultura como fator de desenvolvimento regional, cita-se o Grupo Colônia de Pescadores, localizado na comunidade de Pinheiro Preto, interior do Município de Concórdia, região meio oeste de Santa Catarina. Na comunidade, houve uma organização dos moradores para exploração da atividade reservatório da Usina Hidrelétrica de Itá, por meio da produção de peixe em tanque rede, iniciativa semelhante a proposta por este estudo.

No local, 70 famílias lindeiras, no ano de 2011 organizaram-se em um projeto experimental fundando a Associação dos Pescadores e Piscicultores do município de Concórdia. A Associação, em parceria com Governo Federal e com a Administração Municipal investiu aproximadamente R$ 222.760,00 na estruturação. O projeto também teve como parceiro a Epagri, instituição responsável pela assistência técnica. A reunião da população com instituições e governo apresentou resultados positivos, sendo comercializados já em seu primeiro ano de funcionamento aproximadamente 150 toneladas de tilápias para atender o mercado consumidor do litoral. (RURAL CENTRO, 2011).

Com relação às estruturas de produção, no Brasil ainda predominam os açudes, que representam 56% das estruturas e os viveiros escavados, que representam 39%. A produção de peixes em tanque rede ainda é novidade no Brasil, sendo sua utilização percebida em apenas 16% das estruturas de produção de peixes em cativeiro. (LOPES, 2012)

Para otimização da produção, destaca-se a necessidade de observância de alguns fatores críticos, como água, alimentação, a determinação de espécies segundo sua adaptabilidade e o controle de doenças, aspectos estes destacados nos tópicos que seguem.

3.1 ÁGUA

Hein (2006) considera que vários fatores alteram a composição e as condições da água, interferindo no desenvolvimento dos peixes, sendo necessário o monitoramento de aspectos que se tornarão fundamental para a otimização do sistema de produção de peixes. Desta forma, é necessário monitorar constantemente a água do sistema produtivo para que haja equilíbrio entre fatores como: meteorológicos, radiação solar, temperatura do ar, velocidade do vento, chuva e umidade afetam as propriedades físicas da água.

As alterações na água podem provocar mudanças em suas propriedades, como pH, concentração de oxigênio dissolvido, gás carbônico e outros elementos, que irão comprometer a produtividade.

De acordo com Hein (2006, p.5), "As tilápias são peixes tropicais que apresentam conforto térmico entre 27 a 32ºC." Desta forma, torna-se necessário a medição da temperatura com frequência diária, pois temperaturas muito elevadas podem causar problemas digestórios incapacitando a absorção de nutrientes, podendo levar a mortalidade, bem como diminuir a concentração de oxigênio dissolvido. Já a condição contrária, em que as temperaturas sejam muito baixas, há a redução das atividades metabólicas e redução da imunidade, facilitando o desenvolvimento de doenças. No Quadro 1, apresentam-se os principais resultantes da variação da temperatura da água.

Quadro 1 - Temperatura da água e o impacto sobre os peixes

TEMPERATURA (°C)	O QUE ACONTECE
Acima de 35	Maior incidência de doenças e mortalidade
33 a 35	Redução no consumo de alimento
25 a 32	Crescimento ótimo para os peixes
Abaixo de 18	Os peixes praticamente param de se alimentar
Abaixo de 10	Diminuição da imunidade e possibilidade de aparecimento de doenças

Fonte: Carriço, Nakanishi e Chammas (2008)

Outro aspecto a ser levado em consideração na produção de peixes em cativeiro está relacionado ao monitoramento da transparência da água, relevante para no sistema produtivo por permitir o acompanhamento da concentração da população planctônica. A pouca transparência pode indicar o excesso de matéria orgânica impedindo que a luz penetre na água diminuindo a produção de oxigênio, já a transparência em excesso indica a falta de plâncton o que faz o pH variar prejudicando a criação. (HEIN, 2006).

Boyd (1997, apud HEIN, 2006, p. 6) considera que:

> O oxigênio é o gás mais importante para os peixes , por isso, em termos de piscicultura é a ele que devemos dar maior importância. As fontes de O2 dissolvido é o processo de fotossíntese/respiração e a decomposição. A amplitude desta variação é função principalmente das densidades das populações de fitoplâncton, micrófitas aquáticas e de bactérias, que por sua vez estão diretamente relacionados com as horas de luz por dia, luminosidade, temperatura e disponibilidade de nutrientes, e também pela profundidade do tanque.

No sistema produtivo, o oxigênio deve ser acompanhamento diário, medido por meio de kits de análise, como forma de reduzir a mortalidade. Kubitza (2000, apud HEIN, 2006) considera ainda que o acompanhamento nas alterações dos níveis de oxigênio no criadouro podem ser facilmente observados por meio da mudança da cor da água ou mesmo do comportamento dos peixes. Assim, quando os peixes estão nadando com a boca aberta na superfície da água ou amontoados são indícios de falta de oxigênio. No Quadro 2, são apresentados os níveis de oxigênio no ambiente seus impactos na criação.

Quadro 2 - Níveis de Oxigênio Dissolvido e o impacto sobre os peixes

NÍVEIS O.D. (MG/L)	O QUE ACONTECE
Acima de 5 mg/l	São ideias
1 a 5 mg/l	Diminui as taxas de crescimento (exposição prolongada)
Inferior a 1 mg/l	É letal (exposição prolongada)

Fonte: Carriço, Nakanishi e Chammas (2008)

Outros aspectos relevantes no processo produtivo da piscicultura e que são fatores ambientais que influenciam no desenvolvimento dos peixes são o Potencial Hidrogeniônico – PH – e a alcalinidade.

O PH é utilizado para determinar o quanto o ambiente é ácido ou básico. Conforme exposto por Hein (2006, p. 7), o comportamento do PH da água durante o dia:

> [...] segue de maneira diretamente proporcional o do O2 dissolvido, inversamente o do CO2> Portanto intensos "blooms" de algas, em tanques com baixas taxas de renovação de água, dependendo da densidade de estocagem, poderão apresentar altas taxas de mortalidade de peixes, principalmente durante a noite e na madrugada, devido às altas concentrações de CO2 no meio, oriundo do processo de respiração.

De modo geral, o PH varia de 1,0 a 14,0. Esta variação é analisada por Boyd (1997, apud HEIN, 2006) sendo que abaixo de 5,0 é fatal para maioria das espécies de peixes. Índices entre 5,0 e 6,0 resultam em queda no desenvolvimento e PH apurado entre 6,5 a 9,5 permite um desenvolvimento satisfatório. O ambiente ideal para desenvolvimento dos peixes é citado entre 7,0 a 8,5. Índice acima de 11,0 é letal para a as espécies.

Com relação à alcalinidade, considera-se que esta se refere à concentração total de sais na água. Boyd (1997 apud HEIN, 2006) cita que a alcalinidade se expressa em:

> [...] miligramas por litro em equivalente de carbonato de cálcio (CaCO3), bicarbonato (HCO3), carbonato (CO3), amônia (NH3), hidroxila (OH), fosfato (PO4 =), sílica (SiO4) e alguns ácidos orgânicos podem reagir para neutralizar íons hidrogênio (H+). Para viveiros de piscicultura são desejáveis valores de alcalinidade acima de 20mg/l, sendo que valores entre 200-300mg/l são os mais indicados.

3.2 ALIMENTO

A alimentação é um dos fatores mais importantes, pois está ligado diretamente a capacidade dos peixes converterem o alimento ingerido em ganho de peso e representa a maior parcela dos custos operacional. Desta forma, o manejo da ração é um aspecto relevante no processo produtivo e que deve ser semanalmente adaptado, em função do crescimento dos peixes.

De acordo com Carriço, Nakanishi e Chammas (2008), vários fatores podem interferir no consumo de ração, tais como condições climáticas, qualidade da água e patologias dos peixes. Lopes (2012, p. 58) considera que:

> O alimento natural dos peixes é composto por vários organismos, podendo ser vegetais como algas, plantas aquáticas e frutos, ou animais como crustáceos, larvas e moluscos. [...] os alimentos naturais explorados pelos peixes possuem grande valor energético e proteína de excelente qualidade e quantidade. Porém, quando se fala em piscicultura intensiva, o alimento natural é insuficiente para os peixes, principalmente na fase adulta, já que o número de peixes por metro quadrado é maior, o que motiva a competitividade por alimento.

Carriço, Nakanishi e Chammas (2008), citam as seguintes condições de alimentação nos tanques:

- Para alevinos menores é utilizada a ração extrusada farelada com teor de proteína bruta entre 36% e 40%, primeiros 15 dias.
- Para alevinos maiores e adultos é utilizada a ração extrusada (ração que flutua), com teor variando de 32% a 36% de proteína bruta.

• Para peixes adultos em fase de terminação (engorda) é utilizada a ração extrusada com valores de 28% a 32% de proteína bruta.
• Os alevinos devem ser alimentos três vezes por dia (7h, 12h e 16h), já os peixes em fase de engorda a alimentação é feita duas vezes por dia (8h e 16h).

Para otimizar a conversão da alimentação em ganho de peso e produtividade dos peixes, torna-se relevante a observação às sobas e ajustes. De acordo com Carriço, Nakanishi e Chammas (2008, p.27), "[...] as sobras acabam sujando os comedouros e a tela, favorecendo a proliferação de organismos indesejáveis (protozoários, fungos e bactérias entre outros), podendo provocar doenças. Outro aspecto negativo do excesso de sobras de ração é o aumento no custo de produção."

3.4 SISTEMA DE PRODUÇÃO

O sistema mais indicado para cultivo em tanques-rede é o sistema de produção superintensiva, em que uma só espécie de peixe é cultivada em alta densidade de povoação. De acordo com Lopes (2012, p.38), em geral os peixes:

> [...] ficam de 20 a 100 peixes/m^2 em cada metro cúbico de tanques pequenos. A remoção dos metabólicos dos peixes é necessária, principalmente dos amoniacais e dos restos de alimentos podres. A disposição de oxigênio continuadamente também é indispensável na piscicultura superintensiva. Os peixes recebem alimentos comprimidos, chamados de pellets ou semelhante, balanceados com tipos e teores de proteínas, minerais, vitaminas e outros ingredientes indispensáveis para o seu crescimento.

Para o sistema de cultivo proposto por este projeto, sugere-se a o monocultivo, sistema em que uma única espécie é criada no viveiro. As etapas do processo de cultivo segue etapas específicas, conforme exposto no Quadro 3:

Quadro 3 – Descrição das etapas do processo de cultivo

ETAPA	DESCRIÇÃO
Alevinos	Antes de serem soltos no tanque-rede é necessário que a embalagem ainda fechada entre em contato com a água do tanque-rede por aproximadamente 20 minutos para equilibrar a temperatura de ambas as águas, passado este tempo é adicionado pequenas porções de água do tanque-rede por 5 minutos para depois soltá-los dentro de um berçário que está no interior do tanque-rede. Após os alevinos ganharem peso acima de 30g é retirado o berçário dos tanques-rede.
Despesca	A eficiência da despesca irá influenciar na qualidade do produto, por isso, deve-se tomar muito cuidado para não machucar os peixes, pois, nessa fase, eles tendem a se debaterem muito.
Depuração	É o corte da alimentação para o processo de abate. Os peixes devem estar com o sistema digestivo totalmente limpo, caso contrário, regurgitam amônia, e morrem. Também, melhora a qualidade da carne, elimina o odor e sabor de barro. Este processo leva cerca de 48 horas.
Abate	Após a depuração o abate deve ser instantâneo, primeiramente os peixes são atordoados por meio de choque térmico em água, os peixes são colocados e recipientes contendo gelo imerso, proporcionando uma temperatura abaixo de 5°C para posterior sangria pela região opercular.
Conservação do pescado	Após o abate, os peixes são levados com água clorada e acondicionados em camadas alternadas de gelo e pescado, na proporção de 1,5 quilos de gelo para 1 quilo de peixe. Deve-se manter o pescado dessa forma por 10 dias. Feito isto, o peixe é lavado, eviscerado e congelado em uma câmera fria a temperatura de -18°C a -30°C.

Fonte: Elaborado com base em Carriço, Nakanishi e Chammas (2008)

Lopes (2012) considera ainda a observância a algumas condições nas instalações de empreendimentos voltados à piscicultura. Conforme a autora, deve-se observar aspectos relacionados à: Terreno; Disponibilidade de recursos hídricos; Infra estrutura. Para cultivos em tanque rede, Carriço, Nakanishi e Chammas (2008, p. 17), consideram que nestes locais há risco de mortalidade de peixes em situações em que haja um grande acúmulo de água no reservatório e este seja descarregado com muita pressão "[...] podendo provocar tanto a suspensão do sedimento e matéria em decomposição do fundo do reservatório como a incorporação de gases provocando a supersaturação destes na água, que podem provocar mortalidades massivas por embolia gasosa."

Há ainda o impacto ambiental a ser considerado na atividade da piscicultura em tanque rede, que são os dejetos dos peixes em grande quantidade. Porém, na região proposta para a implantação do projeto há uma espécie nativa, a carpa, que se alimenta destes dejetos, o que acaba colaborando para o desenvolvimento das espécies nativas locais.

3.5 PREVENÇÃO DE DOENÇAS

Kubitza (2000, apud Hein, 2006) cita que "Os peixes são animais pecilotérmicos e tem seu metabolismo influenciado pela temperatura da água, chegando à inapetência total quando a temperatura fica abaixo de 15ºC, tornando-se altamente suscetíveis a doenças e morte por parada das funções vitais."

Lopes (2012) considera sobre algumas ações a serem desenvolvidas a fim de prevenir doenças no cultivo de peixes. Dentre as quais destaca-se: Manter boas condições de cultivo e manejo, principalmente a qualidade da água; O manuseio dos peixes deve ser reduzido ao mínimo necessário e feito nas horas mais frescas do dia; Prevenir a entrada de agentes patogênicos; Os equipamentos utilizados no cultivo devem ser desinfetados antes do uso em diferentes grupos de peixes; A ração utilizada deve ser corretamente formulada e armazenada.

As doenças em peixes se dividem em duas categorias: as não infecciosas, que não são transmissíveis e são causadas por fatores ambientais, fatores nutricionais e neoplasias; e as infecciosas, estas porém são transmissíveis entre os peixes e podem ser causadas por parasitas, bactérias, fungos ou vírus. As doenças infecciosas mais comuns são: Argulose, Furunculose, Vermes, Saprolegnia, Ictioftiríase. (LOPES, 2012).

3.6 MERCADO CONSUMIDOR DA TILÁPIA

O mercado consumidor de tilápia no Brasil continua com demanda maior do que a oferta, a ponto do Brasil continuar importando grande quantidade de pescado. De acordo com a Agencia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Defesa Ambiental (2013, p. 23-24), estima-se que "a produção atual de tilápia se aproxime de 210.000 toneladas/ano (o que corresponde a aproximadamente 1 kg per capita/ano). Praticamente toda essa produção é destinada ao mercado interno, que paga melhor preço aos produtores (frigoríficos) do que o mercado internacional."

Kubitza (2016) considera que o mercado consumidor de tilápia está em expansão e esse fato permite que novos produtores possam ingressar na atividade sem que isso resulte em queda no preço da carne de peixe. O filé fresco de tilápia, qualidade exportação, tem sido comercializado nas grandes redes de supermercados do Brasil a preços que variam entre os R$27,00 e R$30,00 o quilo, valor que se aproxima do preço do salmão eviscerado.

Assim, pode-se considerar que o mercado consumidor para criação da tilápia apresenta-se favorável, potencializado pelo clima e disponibilidade de recursos hídricos observados.

4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta é implantar a piscicultura através de tanques-rede no lago na Usina de Campos Novos. De início projeta-se beneficiar cerca de 60 famílias de quatro municípios da região, sendo 15 famílias de Campos Novos, 25 famílias de Abdon Batista e 20 famílias de Anita Garibaldi, podendo ser ampliada posteriormente.

O projeto irá atender as famílias que possuem divisa com o lago da usina e que foram atingidas com a construção da barragem. A ideia surgiu como forma de compensar o impacto gerado pela construção da mesma, sendo o desenvolvimento deste projeto uma forma de responsabilidade social e ambiental.

Para viabilização do projeto, propõe-se a formação da **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PEIXES DA AMPLASC – APPA -** como entidade gestora responsável pela administração da produção.

A Enercan Campos Novos, como contrapartida, permite a utilização do lago para desenvolvimento das atividades, bem como pela disponibilização de recursos financeiros para o investimento inicial para que o projeto seja implantado e o receita adquirida através da produção, será dividida proporcionalmente às produções de cada família, sendo reservados 15% do total da receita líquida para a manutenção da estrutura de despesca e abate, e dos equipamentos utilizados por todos.

Ainda como contrapartida da Enercan Campos Novos Energia S.A, estima-se a disponibilização de recursos em 50% do montante total do projeto para o início e desenvolvimento do projeto. Também disponibilizaria toda documentação necessária, como licenças de acordo com o PCAU (Plano de Conservação Ambiental e Usos da Água e do Entorno do Reservatório). A estrutura física de despesca e abate ficará centralizado em um único local para uso de todos os associados.

O processo de regularização em empreendimentos de piscicultura se dá através da obtenção da Outorga de Direito de uso de Recursos Humanos na Agência Nacional de Águas - ANA, do Licenciamento Ambiental pelo IBAMA e o Registro e Licença de Aquicultor na Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura.

As adequações as questão sanitárias serão regidas pelo decreto nº 4.493/2014, que dispõe sobre o serviço de inspeção municipal e dá outras providências. Segundo o decreto, as instalações sanitárias deverão:

- Localizar-se em pontos distantes de odores desagradáveis de qualquer natureza;
- Ser instalado, de preferência em local todo cercado, dispor de área de circulação que permita a livre movimentação dos veículos de transportes;
- Dispor de iluminação natural e artificial, bem como de ventilação adequada;
- Dispor de tanques, caixas, e demais recipientes construídos de material impermeável de superfície lisa, que seja de fácil lavagem;
- Dispor de rede de esgoto com dispositivo que evite o refluxo de odores e a entrada de outros animais, ligadas a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento de águas resituárias, dotada de canalização, bem como de dispositivo para a depuração artificial das águas servidas e de conformidade com as exigências dos órgãos oficiais responsável pelo controle do meio ambiente;
- Dispor nos locais de acesso as dependências e dentro da mesma, de pias não acionadas manualmente, providas de sabão liquido e toalhas descartáveis. Os acessos também devem ser providos de lavadouros de botas;

Quanto aos equipamentos, inicialmente serão adquiridos Barco-Trator; Veículo de carga de 3 a 4 toneladas; Freezer; Caixas de Isopor; Balanças; Caixas de Fibras; Termômetros; Tanques-rede (2,00 x 2,00 x 1,5m); Balça para despesca; Mesa de classificação; Câmera Fria e Barco de Motor. O investimento fixo estimado para o a produção soma o montante de R$ 207.080,00. Aliado à este investimento, estima-se o valor de R$ 7.850,00 para estruturação do administrativo e R$ 10.705 de aspectos legais.

A princípio, o mercado consumidor da APPA será composto por escolas, como componente da merenda escolar, por meio da participação em licitações da Prefeitura de Campos Novos. Como justificativa serão realizadas avaliações nutricionais do peixe aqui produzido no local para sua inserção no cardápio escolar, como proposto pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e também a chamada Pública, fundamentada pela Lei 11.947/09.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A piscicultura tem se mostrado uma fonte de renda e de diversificação das atividades produtivas agrícolas, tendo na produção comercial de peixes em tanques- redes, uma modalidade nova no sistema produtivo, uma alternativa para o cultivo.

No município de Campos Novos, a Enercan Campos Novos Energia S.A. construiu a Usina Hidrelétrica de Campos Novos. É sabido que, este tipo de empreendimento causa um grande impacto ambiental, porém, como forma de reduzir este impacto e gerar renda e inclusão às famílias de atingidos por barragens, a produção de peixes em tanque rede torna-se uma alternativa.

Para que este desenvolvimento seja realizado de forma sustentável faz-se usar boas praticas de manejo a fim de garantir não só a credibilidade da atividade, como também o uso sustentável dos recursos hídricos. Por isso o local escolhido tem que ter suas características mantidas, de modo que possa ser mantida a sua compatibilidade ecológica.

Para operacionalização do projeto, é necessário a formalização de parcerias, incentivando a implantação da piscicultura em tanque e rede de forma organizada e sustentável, como forma de incrementar a produção do pescado no local, criando desta forma condições para expansão e consolidação do empreendimento.

REFERÊNCIAS

AGENCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E DEFESA AMBIENTAL. **Diagnóstico da Associação de Pescadores e Catadores**

Indígenas – APECI. Vitória, ES, 2013. Disponível em: <http://www.andesa.org.br/rede/arquivos/obj3_diagnstico_apeci%20(1).pdf>. Acesso em: 15 out. 2015

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 10 out. 2015

CARRIÇO, José Milton Moreira; NAKANISHI, Lucio Inácio Toshio; CHAMMAS, Marcelo Acácio. **Manual do piscicultor**: Produção de tilápia em tanque-rede. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Rio de Janeiro: Sebrae, 2008.

ENERCAN CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A. **Empresa**. Campos Novos, SC, 2011. Disponível em: <http://www.enercan.com.br/site/interno.php?it=0&conteudo=empresa&sub=0>. Acesso em: 29 out. 2015

HEIN, Gelson. **Verificação da sobrevivência de tilápias (o. Niloticus) de tamanhos diferentes no município de Toledo-pr e sua importância prática na organização da produção**. Toledo, 2006. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/28_Verif_Sobrev_Tilapias_.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

KUBITZA, Fernando. **A produção de tilápia no Brasil**. Alvarez Machado: Portal Matsuda, 2016. Disponível em: <http://www.matsuda.com.br/matsuda/web/entrevistas/detalhe.aspx?idnot=H12101114130328&lang=pt-BR>. Acesso em 21 out. 2015.

LOPES, Jackelline Cristina Ost. **Técnico em agropecuária**: piscicultura. Floriano: EDUFPI, 2012.

NAME, Ivie Engel. **Eficiência do filtro biológico em águas com Resíduos de ração de treinamento alimentar do Pseudoplatystoma corruscans em piscicultura de tanques de alto fluxo**. 2007.66 p. Dissertação (Mestrado em Produção e Gestão Agroindustrial) - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande, 2007.

RURAL CENTRO. **Criação de peixes em tanques-redes é realidade em Concórdia e região**. Campo Grande, MS, 2011. Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/criacao-de-peixes-em-tanques-redes-e-realidade-em-concordia-e-regiao-51965#y=200>. Acesso em 15 out. 2015.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 4.493/2014**: regulamenta a Lei nº 3.380/2000, que dispõe sobre o serviço de inspeção municipal e dá outras providências. Curitibanos, SC, 30 set. 2014. Disponível em: <http://edicao.dom.sc.gov.br/pdfjs/web/viewer.html?file=http%3A%2F%2Fedicao.dom.sc.gov.br%2F1415635280_edicao_dom_1611_14.pdf#page=210>. Acesso em 22 out. 2015.

NOMENCLATURA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

Bruna Wisbeck[1]
Raíza Gonçalves Franco[2]
Márcia Maria Junkes[3]
Wallace Nóbrega Lopo[4]

RESUMO

O projeto de desenvolvimento regional criado para o município de Botuverá tem como intuíto a nomenclatura das vias públicas da cidade, sendo que esta proposta se croncretizará através da implantação de placas toponímicas. Para tanto, era necessário realizar um mapeamento de todo o território da cidade e identificar as áreas que não possuem identificação oficial, para produzir um mapa de todas as ruas e localidades do município, podendo utilizá-lo como base do projeto. Porém estes objetivos específicos sofreram alterações ao longo do desenvolvimento da pesquisa em razão de novas informações obtidas. Por fim, analisar todos os dados capturados para a realização desse mapeamento. Para a elaboração da proposta, realizaram-se pesquisas bibliográficas acerca do tema e análise das necessidades de Botuverá. Trata-se de uma pesquisa que é concebida e realizada em forma de ação e com a resolução de um problema coletivo, onde todos pesquisadores participantes estão envolvidos, participando de todos os processos do projeto. Com o desenvolvimento deste projeto, foi possível encontrar diversas carências no município que podem ser sanadas com a aceitação e execução do mesmo. Após o levamentamento de dados, com auxílio de diversos professores, o escopo da pesquisa foi definido tendo como objetivo oportunizar a cidade de Botuverá o desenvolvimento regional sustentável, priorizando a qualidade de vida de seus moradores, oferecendo maior segurança e comodidade, que são direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Palavras-chave: Nomenclatura. Botuverá. Vias públicas.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, é visível a necessidade que nós, cidadãos, possuímos das entregas de correspondências e encomendas em nossas residências. O município de Botuverá-SC, é uma das cidades brasileiras que ainda não possue nomenclatura em suas vias públicas, resultando na ausência de um endereço registrado e individual para seus moradores.

[1] Estudante da 6ª fase do curso de Design de Moda da UNIFEBE. E-mail: bruwisbecke@unifebe.edu.br

[2] Estudante da 4ª fase do curso de Design de Moda da UNIFEBE. E-mail: raizafranco@unifebe.edu.br

[3] Profª Dra. Orientadora do projeto - PROESDE UNIFEBE. E-mail: mmjunkes@unifebe.edu.br

[4] Profº Esp. Coordenador do programa - PROESDE UNIFEBE. E-mail: wallace@unifebe.edu.br

Após ser constatado junto à prefeitura de Botuverá que o mapeamento da cidade sobre nomes das ruas já estava em andamento, o objetivo geral da pesquisa tornou-se implantar as placas toponímicas nas vias públicas de Botuverá com custo zero para os cofres do município. Esta estratégia foi adotada como argumento para a aceitação da proposta, e será possível realizá-la criando parcerias com moradores e empresários que adotariam uma placa toponímica, bancando seu custo de confecção e implantação, recebendo em troca a gravação de seus nomes nas mesmas.

Atualmente, a cidade de Botuverá encontra-se dividida em localidades: Areia Alta, Vargem Grande, Ourinho, Barra da Areia, Ribeirão do Ouro, Lageado, Lageado Alto, Lageado Baixo, Gabiroba, Ribeirão Porto Franco, Águas Negras, Sessenta, Vargem Grande. Algumas comunidades maiores foram divididas em subcomunidades: Caçador, Chapadão, Chapadão Figueira, Vargem Pequena, Agrião, Praia Vermelha, Vila Catorze, Salto de Águas Negras, Bracinho, Oito, Alto Pedras Grandes, Senci e Sete.

Mas, essas subdivisões e nomenclaturas não auxiliam na localização dentro do município. As residências não têm numeração e as ruas não têm nomenclatura registrada, resultando na inexistência de CEPs específicos. Com a ausência de informações, os moradores de Botuverá não podem receber correspondências em suas casas, sendo necessário deslocarem-se até o centro da cidade onde se encontra a unidade dos Correios.

Ainda no ano de 2015, o Brasil possuía centenas de municípios que enfrentam o problema da falta de localização interna. Mas, existem maneiras simples de ofertar a população um direito já lhes pertence, dando ao cidadão um verdadeiro endereço onde ele possa comprovar sua moradia, seja para exercer suas obrigações perante a lei através do pagamento de seus impostos ou melhorando a condição de vida de sua família ao receber correspondências e encomendas em sua própria casa.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 DEFINIÇÃO DO OBJETIVO GERAL E PLANO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Após definido o objetivo do projeto, que foi a implantação de placas toponímicas nas vias públicas de Botuverá, o primeiro passo foi pesquisar se havia alguma proposta semelhante em tramitação na câmara de vereadores do município. No site oficial da câmara de vereadores de Botuverá foi encontrada uma indicação feita pela vereadora suplente na época, Sra. Margarete Leitis, que propunha a implantação de placas com endereços em algumas localidades da cidade.

Quando procurada para conversar sobre o assunto, a vereadora explicou que o projeto provalelmente, não teria andamento por questões de divergências de partidos políticos. Desta conversa, também foi obtida uma informação importante para o andamento da proposta: ela informou que a prefeitura municipal já estava realizando o proceso de mapeamento de toda a cidade em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Com estes dados foi possível definir o projeto de desenvolvimento regional para Botuverá, que possui apenas algumas ruas principais nomenclaturadas.

A etapa seguinte à definição do objetivo principal foi a pesquisa de propostas semelhantes que haviam sido aplicadas em outros municipios do Brasil, podendo avaliar seu desempenho e funcionalidade para as cidades. Nesta etapa, foi também, definido o objetivo de fazer a implantação do projeto a custo zero.

Após pesquisas, foram encontrados exemplos de municipios que com auxílio de empresários e moradores confeccionaram e implantaram placas toponímicas em suas cidades com gratuidade para os cofres municipais. A ideia é apresentar aos empresários, moradores e demais interesados a proposta de adotarem um placa, bancando seus custos e terem como retorno seus nomes ou de suas empresas gravados nas mesmas. Um exemplo de sucesso foi o municipio de Porto Velho – RO, que nomenclaturou toda a cidade apenas com o auxílio dos patrocinadores que adotaram as placas.

Para uma maior organização e efetividade, propôs-se que fosse feito um cadastramento dos interessados em firmarem a parceria e adotarem as placas.

2.2 METODOLOGIA

Essa pesquisa pode ser caracterizada, quanto aos objetivos, como uma pesquisa descritiva. A pesquisa descrita pode ser conceituada como a que realiza um estudo, ou uma análise, registra e interpretação dos fatos do mundo físico. A autora Beuren (2006, p.81) destaca que “a pesquisa

descritiva preocupa-se em observar os fatos, registra-lós, analisá-los, classifica-lós e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles".

Quanto à abordagem de dados, foi utilizada a pesquisa-ação que tem como principal objetivo intervir, desenvolver e mudar o âmbito de grupos, organizações e comunidades. Tendo como base proporcionar o ato de conhecimentos transparentes, precisos e objetivos. A partir de Gil (2010, p. 42) "a pesquisa-ação tem características situacionais, já que procura diagnosticar um problema específico numa situação específica, com vistas a alcançar agum resultado prático".

Trata-se de uma pesquisa que é concebida e realizada em forma de ação e com a resolução de um problema coletivo, onde todos pesquisadores participantes estão envolvidos, participando de todos os processos do projeto, pois as autoras da pesquisa são moradoras na cidade de Botuverá.

3 DESENVOLVIMENTO

O serviço de nomenclatura de ruas é muito importante para os transeuntes, não apenas pra os servidores dos Correios que trabalham com a entrega de documentos e correspondências, mas se constitui num grande instrumento de orientação para que as pessoas possam chegar, com mais facilidade, aos endereços desejados.

Com as grandes vantagens que a a nomenclatura de vias públicas dentro dos municípios oferece, várias cidades que ainda não a possuíam têm investido para a organização da cidade através da implantação das placas toponímicas.

A cidade de Brusque que faz divisa com Botuverá, teve sancionada a lei 166/1964 em 1964, aprovando que a cidade de Brusque tivesse todo seu território mapeado, para que cada logradouro do município recebesse sua nomenclatura, aumentando assim o perímetro urbano da cidade. O município de Brusque viu a necessidade de se organizar através dos logradouros mais cedo, já que a cidade possuí hoje mais de 100 mil habitantes contra os 4500 de Botuverá. Porém, nos últimos 10 anos, centenas de pequenos municípios brasileiros começaram a investir em sua infraestrutura, o que tem como base a instalação das placas toponímicas: Ararenda, Contagem, Santo Angelo, Rio Claro, Araucaria, Paranaiba e Porto Velho.

Por se tratarem em sua maioria de municípios pequenos, os projetos para a nomenclatura das vias públicas acabam sendo vetados por falta de recursos. Foi passando por esta situação que Porto Velho-RO viu como solução criar parcerias com empresas da cidade, que poderiam adotar uma placa toponímica bancando seu custo de produção, e como retorno, teriam seus nomes gravados na mesma. Esta iniciativa foi aceita pelos empresários e rendeu a implantação das placas a custo zero para os cofres municipais e para os moradores.

4 CONCLUSÃO

A experiência de poder propor um projeto com o intuíto de causar melhorias em um município inteiro, afetando talvez todos os seus moradores, além de se ruma grande oportunidade, permitiu que acadêmicas autoras da pesquisa desenvolvessem um senso de responsabilidade social ao idealizar uma mudança positiva para a cidade de Botuverá.

É esperado que com os argumentos e dados apresentados a proposta seja aceita pelo governo municipal de Botuverá, levando maior segurança, organização e comodidade para seus moradores e visitantes.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Construindo o saber:** metodologia científica, fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 2012.

UNIDOS PELOS DIREITOS HUMANOS. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Disponível em: <http://br.humanrights.com> Acesso em: 08 ago. 2015.

ASSOCIATIVISMO ALIADO À AGROINDÚSTRIA: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Alan Cristian Hillesheim[1]
Makerle Cristine Marcelino[2]
Francieli Mara Heinz Neves[3]
Marcia Fuchter[4]

RESUMO

Este trabalho tem como proposta descrever como a implantação de uma agroindústria, em uma associação de agricultores familiares, pode ser uma alterativa para a geração do desenvolvimento no meio rural. A pesquisa só foi possível devido à orientação dada por meio do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde), e se caracteriza como estudo de caso, pois foi realizada uma pesquisa com um dos coordenadores da agroindústria, na Associação de Agricultores Dona Luiza, no município de Atalanta, por meio de um questionário estruturado, e obtenção de respostas em estrutura descritiva, onde seis famílias, das 18 participantes da associação, implantaram uma agroindústria de processamento da cana-de-açúcar, a fim de diversificar e agregar valor à produção, em decorrência houve a redução do nível de geração dos impactos ambientais. Porém, o processo de comercialização ainda é falho, e acontece somente nas propriedades, pelo motivo da agroindústria não obter cadastramento de marca, entre outros fatores, que não permitem a venda em outros mercados, sendo esta uma das perspectivas futuras para essas famílias de agricultores.

Palavras-chave: Associação; Agroindústria; Agricultores familiares; Agregação de Valor.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo descrever como a implantação de uma agroindústria, em uma associação de agricultores familiares - a Associação de Agricultores de Dona Luiza, que processa a cana-de-açúcar a fim de obter açúcar integral, aguardente, melado e posterior comercialização - pode ser uma alternativa para a geração do meio rural em Atalanta, Santa Catarina. O presente artigo se justifica através do objetivo que, cientes destes métodos e processos, o associativismo e a

[1] Graduando da oitava fase do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

[2] Graduanda da quarta fase do curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

[3] Professora Orientadora.

[4] Professora Orientadora.

agroindústria sirvam de alicerce para desenvolvimentos de novas técnicas e práticas de produção, por meio de alternativas econômicas que atendam à demanda de nichos de mercado na agricultura familiar em grupos associativistas. Além de uma visão teórica, é necessário e relevante destacar que o trabalho ainda se justifica por demonstrar o caso alinhado à literatura e o meio em que se insere, assim agregando conteúdo e informação ao conhecimento científico.

A finalidade do artigo é descrever o processo de implantação de uma agroindústria em uma associação de agricultores familiares. Para tanto, é necessário apresentar o meio em que a agroindústria e a associação estão inseridas. Sendo a agricultura familiar este meio, esta pode ser uma forma de produção de alimentos onde a condução de todo o processo produtivo e gestão da propriedade é realizada por agricultores e suas famílias, com finalidade a sua sobrevivência ou empreendimento agrícola. Muitas destas famílias se organizam em associações para defender e estimular a sobrevivência e o desenvolvimento dos integrantes. A fim de ampliar e desenvolver estas metodologias, o Estado de Santa Catarina vem praticando políticas públicas nos últimos anos para construir um ambiente que favoreça e inclua a pequena produção.

Portanto, tanto governo quanto os próprios agricultores do Estado de Santa Catarina conduziram a uma esfera que desenvolva a resistência local visando a permanência dos pequenos agricultores. Além do associativismo, a agroindústria é uma oportunidade de agregar valores, gerar emprego e renda aos sócios e, com isso, mais do que sobreviver, conseguir um empreendimento coletivo que se sobressaia no mercado.

Cabe destacar que o presente relato foi desenvolvido no decorrer do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, onde na matéria de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional foi efetivamente realizada a pesquisa e orientada a um tratamento científico-metodológico. As matérias trabalhadas dentro do programa serviram de apoio para o estudo de campo e a pesquisa bibliográfica. O presente estudo ainda pretende ilustrar e acrescentar dados e informações a um assunto que representa a região, pois a agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí representa um número expressivo de famílias que obtêm desta sua fonte de renda.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Agricultura familiar

A agricultura familiar pode ser caracterizada como forma de produção de alimentos, em que os próprios integrantes da unidade familiar conduzem o processo produtivo, mas também um estilo de vida, onde o agricultor apresenta uma relação com o campo e os processos produtivos são realizados com os recursos naturais da propriedade e com a mão de obra familiar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

Onde a propriedade do agricultor familiar é delimitada à pequena e média posse agrária, e que a renda familiar deve ser oriunda em percentual mínimo – definido pelo Poder Executivo – das atividades realizadas na propriedade. Sendo que a gestão do empreendimento deve ser realizada na própria família.

2.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA

O princípio da agricultura familiar em Santa Catarina se deu através do processo de colonização, com os portugueses e com base em uma agricultura de subsistência. Na segundo etapa, o processo se dá por meio da imigração principalmente de alemães e italianos, onde os países envolvidos passavam por um processo acelerado de industrialização bem com uma superação das relações pré-capitalista e feudalismo. Sendo que este período denota uma vasta influência na formação do modelo econômico catarinense, com os imigrantes trazendo consigo uma experiência de gestão da economia policultora familiar e, em conjunto, desenvolvendo atividades de transformação artesanal familiar (MUSSOI, 2002).

O próximo período é marcado pela introdução ao mercado nacional, através de implantação de empresas agroindustriais no oeste e meio oeste do estado, gerando modificações graduais nos

processos produtivos das unidades familiares. Um crescente nível de especialização das unidades somado à incorporação de tecnologias mais sofisticadas, por meio de política clara de modernização da agricultura em nível nacional, condiciona um processo de diferenciação na esfera da agricultura familiar no final da década de sessenta e assim provocando sua integração definitiva ao complexo agroindustrial (MUSSOI, 2002).

Com os novos padrões de tecnologia e uma nova posição da agricultura, tem-se como resultado a atribuição de novos papéis à agricultura com o prisma de desenvolvimento de evidência urbano-industrial assumida no país. Assim, a agricultura é responsável por uma produção especializada, assumindo, portanto, dois aspectos: um de corresponder às exigências dos complexos industriais e outro de consumidor dos produtos procedentes destes mesmos complexos (MUSSOI, 2002).

Com os Planos Diretores de Extensão Rural tendo o mesmo posicionamento nos posteriores anos do modelo de agricultura a ser implantado no Estado, caracterizado em um perfil centralizador e autoritário dos processos de tomada de decisão, determinou-se a ação da extensão rural como executora da política de modernização agrícola no Estado de Santa Catarina. Embora o mesmo posicionamento adotado resultasse em políticas com papel quase inexistente à participação dos pequenos agricultores familiares como protagonistas efetivos na formulação e gestão das políticas de desenvolvimento tecnológico (MUSSOI, 2002).

Esse nível centralizador e com pouca participação na gestão da política agrícola, se mantém até o final dos anos oitenta e início dos anos noventa, quando na esfera estadual são tomadas ações que recomendam a participação mais efetiva dos agricultores, devido às atmosferas incorporadas pelos movimentos sociais ocorridas neste período (MUSSOI, 2002).

2.1.3 AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL

O sistema da agricultura familiar na região Sul é reconhecido nacionalmente pela sua formação e desenvolvimento. Isso pode ser notado na sua distribuição de renda e os melhores indicadores de desenvolvimento do país. Esses fatores, aliados ao investimento na qualificação profissional, mostram oportunidades desse setor da agricultura continuar auxiliando o desenvolvimento local (GUANZIROLI *et al.*, 2009).

O desenvolvimento está associado à melhoria dos indicadores econômicos e sociais bem como a preservação do meio ambiente. É necessário ressaltar que o desenvolvimento não significa crescimento econômico, pois este segundo não tende a beneficiar a população como um todo de forma igualitária (SOUZA, 2011).

Mas para que esse desenvolvimento continue será necessário uma iniciativa para superar algumas barreiras que vêm travando seu crescimento nas últimas décadas. Os obstáculos tanto quanto as capacidades demonstram a resistência e o potencial da agricultura familiar na região Sul. Os principais obstáculos enfrentados por esses agricultores são a disponibilidade de crédito e problemas relacionados à mão de obra e algumas restrições que os impedem de se manter competidores no mercado (GUANZIROLI *et al.*, 2009).

2.2 Associativismo

O Estado de Santa Catarina está frequentemente associado à imagem de paraíso da pequena produção e pequenos empreendimentos, em âmbito agrícola e urbano-industrial. Entretanto, uma análise do processo de desenvolvimento do Estado apresenta que as políticas públicas, adotadas nas esferas federais, estaduais e municipais, não se apresentavam em conformidade com os ambientes que as inserem, assim criando uma atmosfera fortemente seletiva à sobrevivência deste tipo de empreendimento. Devido a este forte processo seletivo, o Estado teve de encontrar uma opção para se sobressair, que foi por via do Cooperativismo e Associativismo (SCHIMIDT *et al.*, 2002).

As cooperativas foram introduzidas inicialmente pelos imigrantes europeus, em especial alemães e italianos, sendo que no início, antes de serem incorporadas como instrumento político de modernização da agricultura, confrontaram um longo momento de dificuldades (SCHIMIDT *et al.*, 2002).

Em decorrência da exclusão e falta de perspectiva aos agricultores marginalizados pelo sistema cooperativo tradicional, e da busca pelo fortalecimento da organização social e política deste segmento, surge assim uma forma alternativa de cooperação, o associativismo em Santa Catarina (SCHIMIDT *et al.*, 2002).

Heinzelmann e Souza (2009) apontam que o associativismo é uma prática há muito realizada. Há milhares de anos os homens agrupavam-se com o objetivo de conseguir melhores soluções aos seus problemas. Então, o associativismo é uma forma das pessoas se organizarem em grupo, com o objetivo de defenderem interesses próprios e em comum e, por consequência, instigar o desenvolvimento do todo. Assim, o sistema de associação colabora para a sobrevivência e aprimoramento dos resultados aos seus colaboradores.

2.3 Agroindústrias

Uma agroindústria é constituída em meio a um processo de transformações. Nesta se destacam as mudanças ocorridas na agricultura familiar, nela se encontram fragilidades, ao passo que cresce os movimentos ligados ao campo. Ela vem da ideia de processar alimentos dentro da própria terra do agricultor familiar, essa técnica permite a geração de um novo empreendimento que acaba agregando valor para o agricultor (MIOR, 2005).

Como já foram apresentados, os problemas que entravam o crescimento da agroindústria é mão de obra escassa, principalmente por parte dos jovens, o fato da agricultura ter se tornado um setor muitas vezes tecnológico com um alto custo, e políticas públicas que certas vezes acabam prejudicando a subsistência desses agricultores. Para tanto, eles buscam novas alternativas para se manter no campo, aumentando sua produção e sua renda. A agroindústria é um exemplo. Aliada a instituições e associações de agricultores ela pode se tornar uma nova fonte de renda (FACHINELLO; SANTOS F., 2010).

Dessa forma, a agroindústria no meio familiar é um modelo de organização, que será dada à produção, ao processamento e comercialização. Possui especificidades tais como: situa-se no meio rural, usa máquinas e equipamentos em pequena escala, com matéria-prima derivada de uma rede endógena onde é produzida pelo agricultor, ou por vizinhos e, em algumas vezes, pode ser um empreendimento associativista (MIOR, 2005).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O artigo foi elaborado no Proesde, seguindo quatro etapas para sua elaboração. A primeira destinou-se à escolha do tema a ser abordado, posteriormente formulando os objetivos, justificativa e metodologia. Sendo assim, é caracterizado como estudo de caso, pois demostra como uma agroindústria, formada por seis famílias, que são integrantes da Associação de Agricultores de Dona Luiza, no município de Atalanta, SC, estão promovendo o desenvolvimento no meio rural. O estudo de caso, de acordo com Gressler (2003), é uma pesquisa intensiva do passado e do presente, na socioeconômica, na política ou cultura, que pode ser analisada em uma determinada unidade como: indivíduo, grupo, organização, entre outros. Por ser uma pesquisa aprofundada retrata todo conjunto de períodos de vida da unidade.

A segunda etapa foi desenvolver uma pesquisa para ajudar na elaboração deste estudo. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, onde referências sobre agricultura familiar, associativismo, agroindústria, desenvolvimento rural, favoreceram a compreensão do tema. Segundo Lakatos e Marconi (1986), a pesquisa bibliográfica pode ser explicada como algo que já foi publicado sobre o assunto a ser estudado, apresentando ao pesquisador uma direta relação com o que já foi estudo sobre o apontado tema.

Na terceira etapa foi desenvolvida a pesquisa em campo, realizada por meio de entrevista estruturada e gravada. Sendo motivo de escolha da organização, a acessibilidade à pesquisa (MARTINS & THEÓPHILO, 2009; YIN, 2010).

A última etapa constitui-se através da análise dos dados que foram buscados na terceira etapa, que foram tratados de forma descritiva, com abordagem do problema de forma qualitativa. Para Gressler (2003), uma pesquisa descritiva discorre aspectos de uma verificada população ou foco de

interesse, na intenção de verificar o que está acontecendo na mesma. Não se trata somente de uma tabulação, e sim estudo que precisa de um componente interpretativo, objetivando uma descrição do cenário analisado, para identificar problemas e explicar condições.

A metodologia qualitativa está focada em verificar de forma mais específica sobre investigações, hábitos, atitudes, tendência de comportamento analisando e interpretando aspetos mais intensamente (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Para tanto, o início da pesquisa em campo foi realizado com o pedido de permissão da pesquisa à associação e juntamente entregue uma carta de apresentação e o protocolo de pesquisa do mesmo a um dos coordenadores da sociedade, o senhor Eder Serafim.

Na carta de apresentação foi descrito o objetivo do trabalho, e no protocolo de pesquisa estavam descritos o problema de pesquisa, proposta de estrutura teórica do trabalho, procedimentos de coleta dos dados, instrumento de coleta, tempo estimado para entrevista e possíveis análises dos resultados. Para aplicar a pesquisa em forma de entrevista com questionário com 20 questões descritivas, em bloco único, o questionário aplicado foi elaborado pelos autores com base na metodologia de dissertação do mestrado do Programa de Desenvolvimento Regional de Marcia Füchter (2014).

A entrevista foi realiza com o senhor Eder Serafim no dia 02 de novembro de 2015. A mesma foi gravada. Após a gravação, a entrevista foi transcrita, com a análise das repostas, e formulados textos, que ajudaram a atingir o objetivo desta pesquisa.

4. RESULTADOS

4.1 Associação de Agricultores de Dona Luiza

Serafim (2015) conta como a associação surgiu, qual seu objetivo e quantas famílias integram-na atualmente. A Associação de Agricultores de Dona Luiza surgiu em 1999, quando as famílias se reuniram com o objetivo de reduzir os custos de aquisição dos maquinários por meio do apoio, ao adquirir recursos, do setor público. Atualmente a associação é integrada por 18 famílias da comunidade que se reúnem uma vez por mês e não há intervenção por parte do setor público.

Segundo Serafim (2015) a maior dificuldade da associação está em se reunirem, por este motivo os encontros são obrigatórios, fazendo com que os integrantes realmente participem. Para facilitar os encontros, o número de famílias integrantes é baixo e nem todas as famílias da comunidade querem participar, mas aquelas que têm este objetivo devem apresentar o seu nome à associação para posterior votação, em que todos os atuais membros devem aprovar, a fim de ser efetivada a entrada na associação.

Serafim (2015) explica que por ser um grupo de famílias com objetivos em comum, aumento da renda e qualidade de vida, por meio dos encontros mensais que realizam com minicursos, orientações ou a obtenção dos equipamentos, a relação de parceria entre as famílias torna a associação ainda mais unida, portanto havendo uma verdadeira cooperação entre as famílias.

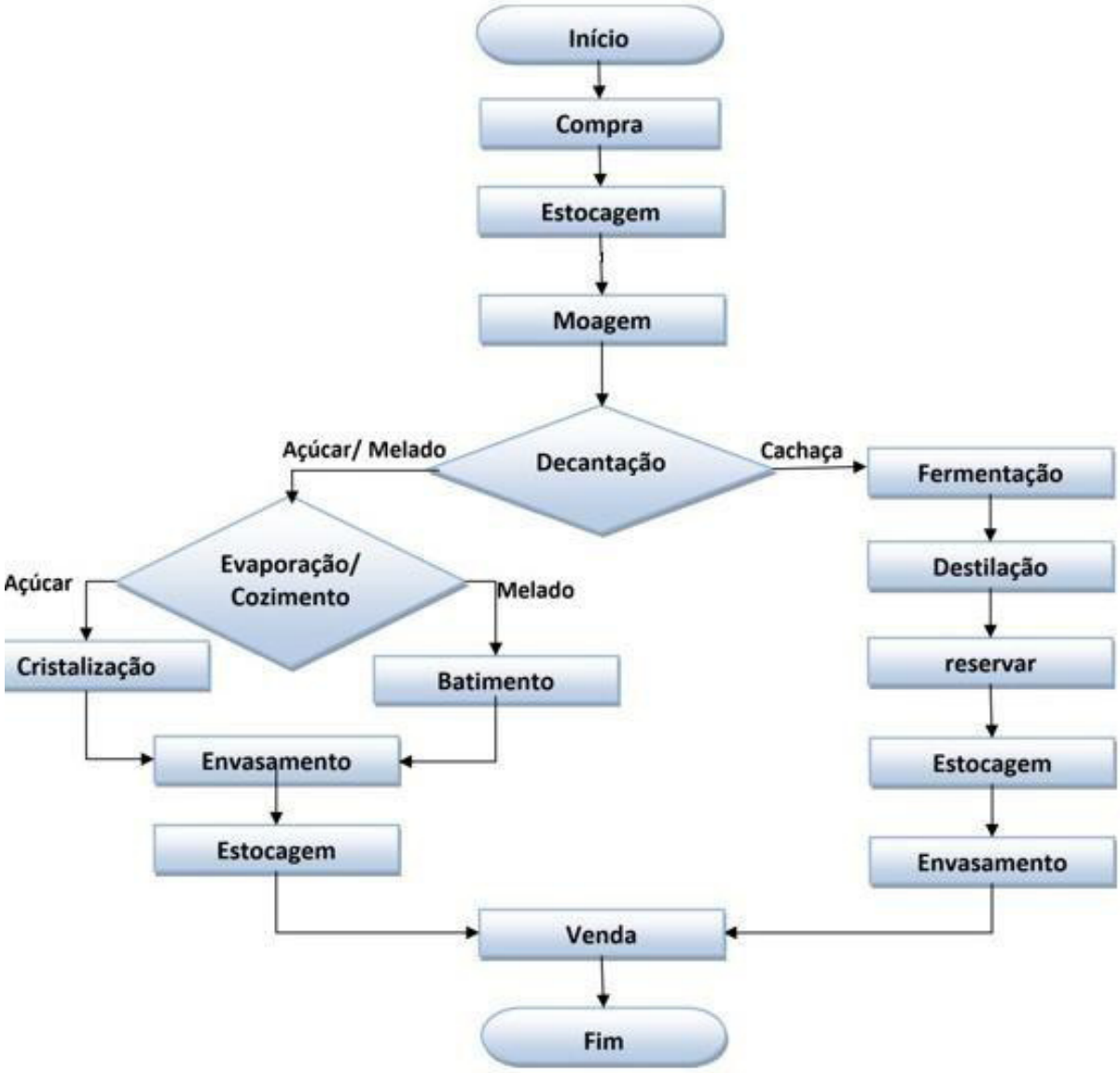
4.2 Agroindústria

Serafim (2015) relata que a agroindústria nasceu do objetivo do próprio, em dar continuidade no trabalho realizado por seu pai. Que por meio de um curso de cachaçaria surgiu a ideia e, posteriormente, em 2008, foi apresentada à Associação de Agricultores de Dona Luiza. Onde outros cinco sócios, após a análise de viabilidade, demonstraram interesse em formar a agroindústria que logo foi encubada na associação. Em 2009 foi dado início à construção.

Serafim (2015) conta que apesar do próprio já desempenhar a produção anteriormente com os produtos melado e açúcar mascavo, os outros sócios não realizavam e, posteriormente ao desenvolvimento da agroindústria, além dos produtos já citados, a cachaça passou a fazer parte da produção.

Os sócios possuem a matéria-prima. Após o corte, as canas-de-açúcar são levadas até a agroindústria, onde esta compra a cana-de-açúcar dos agricultores. Ainda, são os mesmos agricultores que realizam todo o serviço de processamento da matéria-prima até os produtos finais, como a figura abaixo, sendo que após a comercialização dos produtos os sócios são pagos por todo o serviço prestado à agroindústria e a compra da matéria-prima (SERAFIM, 2015).

Figura 01: Fluxograma das etapas de processamento da cana-de-açúcar e comercialização de seus derivados.



Fonte: Elaboração dos autores com base na entrevista concedida por SERAFIM (2015).

Na figura 1 é apresentado o processo de produção e comercialização da agroindústria, onde a primeira etapa é a compra da matéria-prima dos agricultores e na sequência é iniciado o processo de produção com a moagem da cana e a filtração da garapa, através da decantação. Em seguida a garapa é destinada ao processo produtivo selecionado, onde a escolha é transformar em cachaça, onde seguindo seu processo, ou pode ser direcionado aos produtos de melado e açúcar que possuem o mesmo processo antes de serem divididos nas etapas que faltam. Que em comum são destinadas ao setor de embalagem e estocagem antes de serem vendidas.

O setor de vendas da agroindústria, por motivo de não ter registro de marca, rótulo, entre outros, possui uma comercialização somente na propriedade, ou seja, uma agroindústria em uma pequena propriedade rural (SERAFIM, 2015).

Toda mão de obra familiar é utilizada, e neste ano a agroindústria elaborou uma política onde cada semana uma família fica responsável pela moagem da cana-de-açúcar (SERAFIM, 2015).

Percebe-se o plantio da cana-de-açúcar como algo vantajoso, que possibilitou aos agricultores uma nova alternativa de renda. Isso enfatiza a agregação de valor, onde se desenvolveu uma agroindústria, sendo que atualmente ela tem a capacidade de atender as normas da vigilância sanitária e responder às procuras de mercados, desejadas pela associação (SERAFIM, 2015).

A instalação da agroindústria permitiu também uma diversificação na produção, já que em um primeiro momento eram produzidos somente melado e açúcar, posteriormente se inicia o trabalho com a cachaça, e a partir da entrada de cachaça no mercado, desenvolver novos produtos (SERAFIM, 2015).

Um grande diferencial é percebido porque a agroindústria é a única que realiza o processamento dos derivados da cana-de-açúcar no município de Atalanta. Como a agroindústria é dividida em seis famílias, ela pode ofertar uma maior quantidade de seus produtos e reduzir os custos (SERAFIM, 2015).

Os impactos ambientais são muito reduzidos, uma vez que o plantio da cana-de-açúcar utiliza uma quantidade inferior às demais lavouras praticadas anteriormente. A queima é feita com madeira reflorestada, e como o clima propicia geadas no inverno, há necessidade somente de desbastar e não queimá-la, resultando em um índice bem menor de poluentes. E o vinhoto[5] é coletado e tratado para não ir diretamente aos lençóis freáticos, ele é tratado e utilizado como adubo nas plantações (SERAFIM, 2015).

Para adquirir uma melhor qualificação, Serafim (2015) conta que ele e outros membros da agroindústria participaram de cursos para melhoramento de melado, cachaça e açúcar em São Miguel do Oeste. Posteriormente participaram de um curso de capacitação em Urussanga, também um curso de manipulação de alimentos, e possuem a intenção de capacitar-se, para estar aprimorando ainda mais. O próprio fica responsável por passar as capacitações que ele busca para os demais sócios da agroindústria.

Como a Associação é uma organização que não possui fins lucrativos, os agricultores não obtiveram uma renda extra retirada diretamente da mesma, porém indiretamente na redução de custos, principalmente no que se refere aos implementos. Quanto à agroindústria, também não alcançaram lucros, pois a agroindústria foi financiada, e todo capital que recebem é revertido ao pagamento do financiamento, contudo estão conquistando um bem, que possibilitará no inverno o surgimento de receita, que anteriormente não tinham (SERAFIM, 2015).

Desse modo, a Associação traz avanços aos agricultores no sentido técnico, com o acompanhamento de agrônomos, realização de cursos de interesse, e a agroindústria na produção, ao trazer uma nova alternativa de plantio e produtos, para geração de renda (SERAFIM, 2015).

Os membros da agroindústria têm um objetivo perspectivo futuro de estar ampliando ainda mais a produção que ainda é pequena, legalizar toda ela com o desenvolvimento da marca e do rótulo, para estar chegando ao mercado ofertando seus produtos (SERAFIM, 2015).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência foi realizado com objetivo de descrever como a implantação de uma agroindústria, em uma associação de agricultores familiares, pode ser uma alterativa para a geração do desenvolvimento no meio rural. Analisando através da pesquisa aplicada, elaborada no âmbito do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, o cotidiano dos membros da Associação de Agricultores de Dona Luiza e a agroindústria ali encubada. Percebe-se que a Associação de Agricultores de Dona Luiza surgiu no ano 1999, do objetivo de reduzir os custos com a compra de maquinários da produção agrícola. Atualmente conta com 18 famílias. Um grande obstáculo que as famílias enfrentam é organizar formas de se encontrarem para obterem conhecimentos técnicos e objetivo proposto inicialmente.

[5] Produto resultante da destilação do licor de fermentação do álcool de cana-de-açúcar; restilo, vinhaça (MICHAELIS, 2015).

Seis famílias oriundas da Associação encontraram na agroindústria uma nova alternativa para a geração de renda, principalmente no período de inverno, período no qual sofrem redução na receita.

A agroindústria foi toda financiada e atualmente os agricultores membros trabalham para o pagamento desse financiamento. Para tanto, toda mão de obra familiar é ocupada no cultivo da cana-de-açúcar e na manufatura de seus produtos, ou seja, as famílias cultivam a cana-de-açúcar e a vendem para a agroindústria que realiza os processos de moagem, decantação e seguindo com processos diferenciados para cada produto final gerado. Para tanto, posterior à produção, a comercialização é realizada na propriedade.

Contando com todo o processo de cultivo, produção e comercialização, as famílias obtiveram diferencias comparados com outros agricultores, o que demostra que a associação aliada à agroindústria pode gerar desenvolvimento no setor rural. Assim como é demostrado pela literatura, ou seja, o caso encontra-se de acordo com a mesma.

No estudo a literatura é agricultura familiar. Ela é disposta como uma unidade onde os integrantes da família produzem no campo alimentos e produtos que são disponibilizados por meio dos recursos naturais, constituindo sua subsistência e, até mesmo, para estarem comercializando. Portanto, a configuração desse estilo de vida ligado com a manufatura da matéria-prima proveniente dos recursos naturais, gera produtos acabados, podendo, desta forma, ser apresentado como uma agroindústria, devido à mesma realizar o processo de industrialização da matéria-prima e não como anteriormente, onde as famílias produziam e forneciam o excedente às indústrias, havendo modificação no espaço econômico, promovendo o desenvolvimento da Agroindústria.

A formação de uma Agroindústria geralmente é dada pela busca de um acréscimo na renda, e vem da ideia do próprio agricultor processar os alimentos, como já citado anteriormente. Ressalta-se que, em muitos casos, elas são formadas em meio a uma associação, que tem por finalidade a integração de vários agricultores familiares que procuram capacitação, redução de custo. Logo, a agroindústria formada em uma associação vem para agir como um meio facilitador na promoção do desenvolvimento, este que por sua vez eleva os indicadores sociais, ambientais e econômicos.

7. REFERÊNCIAS

FACHINELLO, Arlei Luiz; SANTOS FILHO, Jonas Irineu dos. Agricultura e agroindústria catarinenses: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (organizador). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI.** Chapecó: Argos, 2010.

FÜCHTER, Marcia. **O programa acolhida na colônia como uma alternativa de promoção do desenvolvimento territorial sustentável**: a experiência da regional de Rio do Sul – sc. 2014,122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** 2.ed. São Paulo: Loyota, 2003.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

HEINZELMANN, Marta Regina; SOUZA, Sirlei de. **Associativismo: uma história de sucesso.** Joinville: Editora da Univille, 2009.

LAKATOS, Eva Maria de. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Universo Online: Melhoramentos, Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php. Acesso em: 14 de nov de 2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Agricultura familiar:** caracterização, 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cgsgrupos_populacionais/textos/agricultores_familiares.pfd Acesso em: 01 de ago de 2015.

MIOR, Luiz Carlos; **Agricultura Familiar, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

MUSSOI, Eros Marion. Agricultura familiar: Reflexão a partir de novas perspectivas. In: VIEIRA, Paulo Freire (organizador). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SERAFIM, Éder. **Associativismo aliado a agroindústria: uma alternativa para o desenvolvimento rural.** 02 de nov de 2015. Atalanta: Entrevista concedida a Alan Cristian Hillesheim.

SCHMIDT, W.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A.; SCHMIDT, V. B.; SCHMIDT, W.; GELBCKE, D. Associativismo e cooperativismo: O terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire (organizador). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

IMPLANTAÇÃO DE POSTOS DE COLETA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES USADOS OU CONTaMINADOS PROVENIENTES DE EMBARCAÇÕES MARÍTIMAS COMO FORMA DE PREVENÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Ana Karla dos Reis Cardoso[1]
Fabiana Fragnani[2]
Guilherme Cesar Christino da Silva[3]
Ruth Mendes[4]
Yuri Almeida Reinert[5]
Maria Eugênia Furtado[6]
Samara Aparecida da Silva Garcia[7]

RESUMO

O presente projeto tem por objetivo propor a implantação de postos de coleta de óleos lubrificantes provenientes de embarcações marítimas no município de Penha. Destarte, o Município já conta com a Lei Municipal nº 2.696/2014, que dispõe sobre o correto destino dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, provenientes das embarcações. Porém, a Lei não possui efetividade, pois o município ainda não tem os postos de coleta implantados. Entretanto, os maiores prejudicados são a Sociedade. Diante deste panorama, tem-se como proposta, analisar determinadas leis que tratam da proteção ao Meio Ambiente e descrever os benefícios para os pescadores quanto a correta coleta e descarte dos óleos lubrificantes, para então, elaborar uma cartilha com informações relevantes, promovendo a conscientização do impacto ambiental decorrente do derramamento do óleo no mar. A metodologia foi qualitativa, embasado em investigação bibliográfica e documental. Com relação aos resultados, o que se obteve foi o entendimento de que só será possível a efetivação da Lei Municipal, mediante a construção dos EcoPontos, para a disposição ambiental adequada dos resíduos de óleos lubrificantes, garantindo a saúde de todos e a subsistência da vida marinha.

Palavras-chave: Óleos Lubrificantes. Ecopontos. Meio Ambiente.

[1] Aluna do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Bolsista do Programa do PROESDE 2015. E-mail: ana_karlareis@hotmail.com.

[2] Aluna do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Bolsista do Programa do PROESDE 2015. E-mail: fabiana.fragnani@edu.univali.br.

[3] Aluno do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Bolsista do Programa do PROESDE 2015. E-mail: guii_cesar@yahoo.com.br.

[4] Aluna do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Bolsista do Programa do PROESDE 2015. E-mail: ruth2813mendes@outlook.com.

[5] Aluno do Curso de Administração da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Bolsista do PROESDE 2015. . E-mail: yurireinert@live.com.

[6] Professora do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Professora do PROESDE 2015. E-mail: mariaeugenia@univali.br.

[7] Professora do Curso de Logística da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Professora e Coordenadora do PROESDE 2015. E-mail: samaras@univali.br.

1 INTRODUÇÃO

A correta destinação dos óleos lubrificantes usados ou contaminados é um problema que vem alcançando grandes proporções nos últimos anos. Conforme os dados coletados no site Ecycle (2013), consoante a Resolução nº 362/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, pelo menos 30% de todo o óleo lubrificante usado deveria ser reaproveitado, pois o seu descarte incorreto acarreta inúmeros danos à saúde.

De acordo com as informações do referido site, os danos causados a saúde estão geralmente relacionados ao consumo de alimentos que tiveram contatos com esses lubrificantes, Isto é, esses contaminantes se acumulam em grandes concentrações nos organismos, independente do nível alimentar, por ser, em sua maioria bioacumulativos, além de danos à saúde, o óleo lubrificante pode gerar impactos negativos irreversíveis ao meio ambiente (ECYCLE, 2013).

Segundo Louredo (2015), os animais aquáticos são os principais prejudicados pelo derramamento de todo esse óleo, pois os peixes em contato com o petróleo morrem asfixiados, decorrente do impedimento de trocas gasosas com o ambiente. Consequentemente, as pessoas que vivem da pesca também são diretamente prejudicadas com a extinção da vida marinha oriunda da água contaminada.

De acordo com a pesquisa realizada por Tristão *et al*. (2005), em todo o planeta é consumido, aproximadamente, "45 bilhões de litros de lubrificantes, que dão origem a mais de 20 bilhões de litros de óleos usados". Como resposta a esse panorama, muitos países desenvolvidos adotam políticas de gestão ambiental com o objetivo de incentivar a reciclagem do produto.

Países como Portugal, Estados Unidos, Alemanha e Brasil, estão entre os maiores consumidores de óleos lubrificantes. Portugal consome cerca de 100 milhões de litros de lubrificantes usados anualmente, apesar do elevado número de consumo, ainda possui deficiência na coleta de óleos usados ou contaminados, por não possuir pontos de coletas e nem refinarias. Entretanto, 30% dos óleos usados são coletados por empresas licenciadas, outros 30% são coletados no mercado paralelo, dando um destino ilegal a esses óleos. Já nos Estados Unidos, é consumido cerca de 5 bilhões de litros de lubrificantes, aproximadamente 60% são coletados e outros 40% desprezados irregularmente (TRISTÃO *et al*., 2005).

O país mais desenvolvido em termos de coleta é a Alemanha, que consome cerca de 1,4 bilhões de litros de lubrificantes. De acordo com a pesquisa, "os pontos de comercialização são obrigatórios a ter um ponto de coleta de óleo usado e embalagens vazias. O país conta com uma legislação mais rigorosa quanto ao controle ambiental e apresenta a maior taxa de refino de óleo usado" (TRISTÃO *et. al.* 2005).

No Brasil, apesar da legislação determinar um mínimo de 30% de coleta do óleo produzido, apenas 25%[8] são coletados, o que significa em média 250 milhões de litros para cerca de 1 bilhão de litros de lubrificantes comercializados. "Os 200 milhões restantes tem destinação desconhecida, sendo o fim mais provável a queima *in natura* ou o descarte direto no meio ambiente" (TRISTÃO *et al*., 2005).

Santa Catarina, culturalmente possui certa tradição na atividade pesqueira no que cerne seus municípios litorâneos, em decorrência disso, os riscos de contaminação por óleos lubrificantes oriundos das embarcações marítimas podem ser elevados, e o que contribui para essa situação é a falta de políticas públicas para a coleta dos óleos provenientes das embarcações de pesca, podendo apresentar um risco visível quanto ao descarte incorreto de todo óleo lubrificante.

Entretanto, o Município de Penha/SC destaca-se por apresentar e constituir em seu corpo normativo, o controle do óleo proveniente de embarcações de pesca artesanal, consoante Lei Federal que determina o destino correto dos óleos lubrificantes, prevendo o modo adequado quanto ao recolhimento, coleta e descarte destes resíduos.

Visando a efetiva conscientização, faz-se necessário buscar meios eficazes que alcancem o destinatário principal no que tange a relação homem e Meio Ambiente, neste caso, o pescador artesanal por vezes não apresenta consciência ambiental na sua atividade profissional cotidiana, sendo que o derramamento de hidrocarbonetos e seus derivados trazem luz a esses efeitos.

[8] Dados de acordo com o artigo científico publicado em 2005.

Neste sentido, o projeto pretende promover a conscientizar aos pescadores quanto aos benefícios da preservação ambiental, como também elaborar uma cartilha com informações relevantes no que diz respeito ao prejuízo ambiental decorrente do derramamento do óleo no mar.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 O MEIO AMBIENTE COMO DIREITO E DEVER DE TODOS

Antes de adentrar a análise da Lei Municipal n. 2.696/2014 deve-se destacar os princípios contidos na Convenção Internacional sobre as Baixas por Poluição do Óleo (*Intervention/69*). A referida Convenção em seu artigo 1º dispõe que as partes poderão tomar em Alto-Mar todas as medidas necessárias para prevenir, minimizar ou eliminar os perigos graves e eminentes que representem uma ameaça de poluição das águas do mar, provocadas pelos hidrocarbonetos suscetíveis de criar consequências prejudiciais sérias.

O Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002 dispõe em seu artigo 2º, inciso VII, a definição de óleo, sendo "qualquer forma de hidrocarboneto (petróleo e seus derivados), incluindo óleo cru, óleo combustível, borra, resíduos de petróleo e produtos refinados". Este conceito está em sintonia com o que já foi estabelecido pela MARPOL (Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 73/78).

O tema está em pauta no mundo, apresentando como desafio o alinhamento entre o desenvolvimento econômico e a preservação do Meio Ambiente. Durante muito tempo o desenvolvimento de cada país era observado utilizando como parâmetro exclusivamente o Produto Interno Bruto produzido – PIB, mas a degradação do ambiental tem provocado reflexos que não podem ser desconsiderados.

Verifica-se, desta maneira que no ordenamento jurídico brasileiro existem vários dispositivos que tutelam o Meio Ambiente e o problema enfrentado na presente pesquisa, são eles: a CRFB/88 que no art. 225 define o Meio Ambiente como bem comum de todos; a Lei do Município de Penha n. 2.696/2014 que, em sintonia com o que foi determinado pela Resolução CONAMA nº 450/2012, dispõe sobre o correto recolhimento, coleta e destinação dos óleos lubrificantes provenientes de embarcações de pesca artesanal.

A Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevendo a responsabilidade socioambiental, para aquele que fabrica, importa, distribui e comercializa o óleo lubrificante. No art. 33, IV consagrou práticas que são denominadas como "logística reversa" que consagrou a implantação de procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados; a disponibilização de postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis e atuação em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

O referido corpo normativo confere, àqueles que fabricam, importam, distribuem e comercializam os óleos lubrificantes, entretanto, essa responsabilidade e intangibilidade estende-se aos consumidores desses óleos, neste caso, aos pescadores que compõe a comunidade pesqueira da cidade de Penha, considerando a obrigação destes em efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, materializando a logística reversa.

A legislação define ainda que a devolução dos produtos e embalagens deverá ser efetuada aos fabricantes, e devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º do art. 33, IV, sendo que os tais, além de dar destinação ambientalmente adequada a este produto, informarão o órgão municipal competente e outras autoridades, no tocante aos dados completos sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

2.2 OS ECOPONTOS E SUAS FINALIDADES

Os postos de coletas ou "EcoPontos" são locais específicos disponibilizados para o correto descarte de objetos que precisam de tratamentos específicos, visto que tais possuem componentes de contaminação e difícil decomposição, causando danos irreversíveis ao Meio Ambiente quando em contato com o ar, solo e água.

Segundo a Associação Amigos do Meio Ambiente (AMA 2012), o EcoPonto configura-se numa ferramenta importante para a gestão ambiental correta de resíduos, complementar ao serviço público de coleta e manejo.

Assim, o objetivo dos Ecopontos é a destinação correta dos resíduos, materiais e objetos de difícil decomposição.

Destarte, "tem uma valiosa contribuição pedagógica, auxiliando na promoção, entre a comunidade, da noção de responsabilidade compartilhada pelos resíduos" (AMA, 2012), pois quanto mais a comunidade estiver engajada nas responsabilidades ambientais, mais consciente esta será.

Assim, são variados os tipos de EcoPontos existentes. Os mais comuns, de acordo com o Portal do Ambiente e do Cidadão (2015) são os destinados às coletas de "papel e cartão (contentor azul), embalagens plásticas e metálicas (contentos amarelo) e vidro (contentor verde)". É possível encontrar, também, incorporado a esses contentores, um contentor menor, de cor vermelha, destinado ao depósito de pilhas usadas.

Em algumas cidades brasileiras, como é o caso de Angra/RJ, também existem EcoPontos destinados ao recolhimento de óleo vegetal, pneus, eletrônicos e óleos lubrificantes. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (2012), o EcoPonto de óleos lubrificantes em Angra, armazena, temporariamente, óleos lubrificantes queimados provenientes de embarcações do município, sendo despejados nos recipientes pelos próprios usuários. Uma empresa especializada é responsável pela coleta, garantindo a destinação adequada, e depois de ser refinado retorna a cadeia produtiva economizando matéria-prima.

Na cidade de Macaé/RJ, também foi implantado em 2012 um EcoPonto destinado a coleta de lubrificantes para evitar que seu destino final fosse o Meio Ambiente, mas, segundo Vaz (2015), um ano e meio após sua implantação, o EcoPonto foi desativado por falta de pagamento dos funcionários responsáveis pela fiscalização desse EcoPontos. Conforme o relato dos pescadores para o jornal DEBATE,

Por estar fechado, os pescadores estão fazendo a retirada do jeito que era feito antes. O óleo está sendo armazenado em sacos e jogados ao lado do EcoPonto. Só que isso tem causado a poluição do solo e parte dele tem ido para o braço do Rio Macaé. Os pescadores estão preocupados com essa situação, pois ninguém quer ver o rio poluído (*Apud*, VAZ, 2015).

Vaz (2015), relata que, de acordo com os pescadores, quando a maré está baixa, é possível ver uma grande quantidade de óleo na água, enfatizando assim, a importância dos EcoPontos, que somente na última coleta retiraram mais de 800(oitocentos) litros de óleo que tinham sido armazenados em apenas 15(quinze) dias.

A LWART (2010), maior empresa Latino-Americana responsável por cerca de 45% (quarenta e cinco por cento) da coleta e refino de óleos lubrificantes, o que significa em média cerca de 148 (cento e quarenta e oito) milhões de litro por ano, enfatiza que:

O descarte inadequado do produto é destinado a aplicações ilegais, como a queima indiscriminada do produto, sem tratamento prévio, o que gera emissões de gases tóxicos. Além disso, sabe-se que apenas um litro de óleo lubrificante pode contaminar 1 milhão de litros de água.

Diante disso, vale salientar a importância do recolhimento destes óleos usados ou contaminados, pois a poluição do Meio Ambiente é a consequência direta daqueles que negligenciam o que a lei determinou.

Segundo a Agência de Notícias de Direitos Animais (2013), só no respectivo ano apareceram mais de cinco pinguins em estado grave, que foram capturados e levados para o laboratório de reabilitação. Um dos animais foi encontrado na Praia de Poá, localizada no Município de Penha. De acordo com o relato do coordenador do laboratório da UNIVALI, localizado no Município, os pinguins recebem tratamento adequado (...) e se recuperam dos ferimentos provocados por redes de pesca e danos causados pela contaminação por óleo (ANDA, 2013).

O coordenador também salientou os riscos que os óleos causam aos pinguins, pois:

> (...) danifica a função de impermeabilidade das penas fazendo com que a água alcance a pele do animal. Consequentemente as aves sentem frio pela queda da temperatura corporal, que é de, em média 40°C. Isso faz com que ele gaste muita energia. Com isso o animal emagrece, a camada de gordura ficará menos espessa e a musculatura de natação atrofia, incapacitando o nado e até mesmo a flutuação na superfície da água. Nessas condições, o animal acaba condenado a morte. (ANDA, 2013)

Tal risco também pode causar graves danos à saúde humana, como relata Louredo (2015), por "muitas vezes o petróleo derramado em alto mar chegar até as praias, tornando-as impróprias para o banho". Entretanto, vale lembrar que os óleos lubrificantes, em sua composição, possuem uma grande quantidade de petróleo.

Para minimizar tais riscos a saúde, o Município de Penha estabeleceu no seu corpo normativo os lugares estratégicos para a implantação dos EcoPontos previstos na Lei. Os locais determinados são:

a) Praia Alegre, localizada no centro da cidade. Esta praia é sede de diversos eventos esportivos e lazer o ano inteiro, por sua vasta extensão da faixa de areia;

b) Praia de Armação do Itapocoroy, conhecida por muitos como praia do "Trapiche ou Pescador", está localizada no bairro de Armação, o local é apropriado para a recepção de barcos e lanchas artesanais e industriais, pois conta com um trapiche para a ancoragem destas embarcações; e

c) Praia de São Miguel, localizada no bairro Gravatá, seu cenário é formado essencialmente por pequenas embarcações ancoradas por toda orla, o EcoPonto implantado nesta praia, também destina-se ao recolhimento dos óleos provenientes dos pecadores do "Rio do Gravatá".

2.3 OS BENEFÍCIOS MATERIALIZADOS PELA LEI MUNICIPAL N. 2.696

Primeiramente, cabe ressaltar que os benefícios quanto ao correto descarte dos óleos lubrificantes são notórios. Quanto a esses, o principal deles está relacionado diretamente à vida marinha e à qualidade dos produtos comercializados, provenientes do mar.

Como se sabe, Penha é uma das principais cidades produtoras de marisco, e esses moluscos bivalves, segundo a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (2015), "são os que oferecem maior risco ao consumidor, pois são animais filtradores que se alimentam de algas microscópicas e materiais em suspensão existentes na água onde são cultivados".

Com o descarte inadequado dos óleos oriundos das embarcações de pesca, prejudica o cultivo saudável desses mariscos, podendo ocorrer a intoxicação alimentar de seus consumidores.

De acordo com as informações do site da Secretária de Estado da Saúde de Santa Catarina (2015), a intoxicação alimentar acontece quando ingerimos alimentos ou bebidas contaminados com bactérias, parasitas e/ou vírus. Os sintomas geralmente afetam estômago e intestinos. O mais comum é a diarreia, podendo ocorrer náusea, vômitos, dor abdominal, cólica e febre. Com menos frequência pode haver fraqueza, dormência, confusão ou formigamento na face, mãos e pés. Em crianças e idosos, os sintomas podem durar mais tempo e a intoxicação gerar complicações, havendo o risco de morte. Isso também pode acontecer com mulheres grávidas e pessoas que sofrem comprometimento do sistema imune.

Vale destacar que, conforme pesquisa realizada pelo Projeto Programa Piloto para a Minimização dos Impactos Ambientais (SISTEMA FIERGS, 2006), "quando ingerido o óleo lubrificante, este pode causar pneumonia química e o edema pulmonar, consequentes do desvio para a traqueia por influencia da aspiração".

Portanto, é de se frisar que a economia de Penha é influenciada diretamente pelo cultivo do marisco. Assim, revela-se de grande importância a preservação da qualidade das águas. A qualidade da água impacta diretamente na qualidade do marisco, e, consequentemente, melhorará o nível de serviço oferecido juntamente com o preço do produto (BRITES, 2009).

Outro ponto relevante consiste na diminuição de possíveis doenças adquiridas por banhistas e pescadores, pois, os compostos químicos existentes nos óleos lubrificantes usados, principalmente os metais pesados, produzem efeitos diretos sobre a saúde humana e vários deles são cancerígenos. (...) O contato com a água contaminada com óleos lubrificantes pode provocar irritação da pele, principalmente pela continuidade e pelo tempo do contato (...) o contato com os olhos podem provocar irritação conjuntiva. (SISTEMA FIERGS, 2006).

Toda via, por ser o turismo outro fator destaque na economia de Penha, trazendo milhares de turistas todos os anos à cidade, tendo como pontos turísticos mais procurados as 19(dezenove) praias e também conta com o maior parque temático da América Latina, o Beto Carreiro World (PREFEITURA DE PENHA, 2015), nota-se que a balneabilidade das praias, é coeficiente na qualidade do turismo que a cidade proporciona.

De acordo com a Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA, 2015), dos 11(onze) pontos examinados, 3(três) praias do município estão impróprias para banho, comprovando a falta de comprometimento da cidade para com a qualidade da água do mar.

Por isso, faz-se necessário ressaltar que a segregação e reciclagem do óleo lubrificante provenientes de embarcações de pesca contribuem, nos aspectos biológicos, físicos e químicos, reduzindo a poluição do solo, água e ar.

No aspecto social, o benefício da reciclagem dos óleos provenientes das embarcações é a geração de emprego e renda com a coleta, contribuindo com a formação de uma sensibilização para a gestão ambiental, reintroduzindo no sistema uma parte de matéria e da energia que se tornaria lixo. Dessa forma, os recursos naturais ficam menos comprometidos.

2.4 CARTILHA DE CONSCIENTZAÇÃO "PROJETO MARÉ LIMPA"

A palavra "conscientização", de acordo com o dicionário informal (2015), transmite a ideia de conhecer, de modo que forneça ao seu destinatário a capacidade de julgamento de suas atitudes perante o certo e o errado no ambiente em que vive. Tendo em vista esse julgamento, as pessoas seriam capazes de transformar seu próprio pensamento, e, consequentemente, transformariam a Sociedade como um todo. Para isto, deve-se partir do princípio de que todos os recursos são finitos e toda ação, por mínima que seja, tem influência global.

São grandes os impactos e inegáveis as consequências geradas em todo o Meio Ambiente com o recorrente descarte incorreto dos óleos lubrificantes, independentemente de ser gerado por grandes empresas ou pescadores artesanais.

A educação, como instrumento base para a crítica da realidade, é um fator determinante e que deve ser trabalhado na busca pela conscientização acerca da problemática.

A cartilha terá como público alvo os pescadores, suas famílias e o público em geral. A referida cartilha deve ser distribuída nas colônias, secretarias de pesca, escolas, prefeitura e locais públicos, com o objetivo principal de levar a comunidade do Município de Penha conhecimento de consciência acerca da problemática.

Assim, a educação ambiental disponibilizada a esta comunidade através da conscientização, acabará com costumes antigos, formando cidadãos conscientes na preservação do Meio Ambiente e os tornando aptos ao correto julgamento diante das questões ambientais, de modo que possam oferecer uma maior preservação à fauna e flora marinha do município de Penha e, gradativamente, de todo o Estado.

A cartilha produzida para o Projeto Maré Limpa possui um objetivo de longo prazo, optando por utilizar uma linguagem coloquial, de modo que possibilite o entendimento do cidadão.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este projeto, em relação a sua natureza, é classificado como "aplicada", uma vez que o mesmo possui como objetivo a criação de Ecopontos, a fim de evitar o derramamento de óleos lubrificantes provenientes das embarcações no mar.

A abordagem do problema, por sua vez, é feita de forma qualitativa, tendo em vista a pesquisa realizada a fim de averiguar os prejuízos que este derramamento causa ao Meio Ambiente, assim como, também, a economia da região.

Com o objetivo de tornar o problema explícito aos pescadores e à cidade, a pesquisa é, também, exploratória, de forma que, através de bibliografias e sites obtiveram-se dados sobre como a fauna e a flora marinha são afetadas pela problemática.

Por fim, utilizou-se o procedimento técnico de pesquisa-ação, uma vez que, com o trabalho, propõe a ideia de EcoPontos como solução imediata para o problema, bem como a cartilha de conscientização, a qual recai o trabalho de longo prazo do projeto, de forma a conscientizar os pescadores e toda comunidade de Penha.

3.1 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Preliminarmente, realizou-se a investigação, em que foram reunidas as bibliografias-base, principalmente para a elaboração do referencial teórico sob o método cartesiano, tal consiste em conduzir a ordem dos pensamentos, começando pelos objetos mais simples e fáceis de conhecer, sendo necessário dividir os problemas em tantas partes possíveis para melhor poder resolver. (ALMEIDA, 2013).

Para propor a construção de "EcoPontos" no Município de Penha e para esclarecer a importância das coletas de óleos lubrificantes usados ou contaminados partiu-se dos estudos da Lei nº 2.696/2014 consoante a Resolução CONAMA nº 450/2012.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou demonstrar o prejuízo advindo do despejo inadequado de hidrocarboneto no mar e a necessidade de conferir um destinado adequado para este resíduo, sendo que os prejuízos afetam diretamente a Sociedade.

Desta forma, após o estudo e a análise dos atos normativos que disciplinam a matéria, propõe-se o uso da cartilha "Projeto Maré Limpa" com o intuito de levar à comunidade informações relevantes, de forma sucinta e agregadora, sobre o conteúdo objeto desta pesquisa.

A coleta adequada de óleos lubrificantes deverá ser realizada o quanto antes no Município de Penha. O Poder Público, junto ao PROESDE, com o auxílio dos próprios pescadores, a comunidade são os principais agentes para que essa proposta produza bons resultados. Nesta senda, espera-se que o Município de Penha seja um exemplo a nível estadual, ou até mesmo nacional, de práticas sustentáveis.

Por fim, Após todo o desenvolver do projeto, pode-se declarar a contemplação sob o beneplácito de cada partícula formadora da proposta, que visa não só fazer com que a lei se cumpra, mas com que o ambiente e a Sociedade sejam beneficiados de forma equiparente e amplificada.

Registre-se, por fim, que a oportunidade conferida pelo PROESDE, por meio das disciplinas e do trabalho final possibilitou a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com questões de interesse coletivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ricardo. **As Quatros regras do Método Cartesiano**. 2015. Disponível em: http://ricardoalmeida.net/as-4-regras-do-metodo-cartesiano/. Acesso em: 22 de set. de 2015.

AMA. Amigos do Meio Ambiente. EcoPontos. Disponível em: http://ecopontoama.blogspot.com.br/. 2012. Data de Acesso: 20 de setembro de 2015.

ANDA, Agência de Notícias de Direitos Animais. **Pinguim é Encontrado na Praia de Poá, Santa Catarina.** 2013. Disponível em: http://www.anda.jor.br/16/07/2013/pinguim-e-encontrado-na-praia-de-poa-em-santa-catarina. Acesso em: 20 de set. de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de1988, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 04 out. 2015.

BRASIL. Presidência da República do Brasil. **Lei nº 12.305/2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília: 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Política Nacional de Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 11 out. 2015.

BRASIL. **Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre Lei de Crimes Ambientais. In: Diário Oficial da União, Brasília, seção 01, p.01, 13 de fevereiro 1998. Suplemento.

BRASIL. Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 fev. 2002.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm> acesso em 01 de out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 7.661**, de 16 de maio de 1988. Disponível em: <http://www.br.shore.geocities.com/ambientche/lei_9966.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. Lei Municipal, nº 2.696, de junho 2014. Disponível em: > . http://www.ananindeua.pa.gov.br/public/arquivos/legislacao/LEI_No._2.696_DE_30_DE_JUNHO_DE_2014.pdf > Acesso em 10 de out. de 2015.

BRITES, Alice Dantas. **Moluscos**: Conheça as características desse filo. 2009. Disponível em: http://educacao.uol.com.br/disciplinas/biologia/moluscos-conheca-as-caracteristicas-desse-filo.htm. Acesso em: 25 de out. de 2015.

Decreto nº 6.478, de 9 de junho de 2008. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6478.htm> aceso em 20 de out. 2015.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Conscientização**. 2006. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/conscientiza%C3%A7%C3%A3o/. Acesso em: 25 de out. 2015.

ECYCLE. **Descarte Incorreto de Óleos Lubrificantes Pode Gerar Danos Irreversíveis à Saúde e ao Meio Ambiente**. 2013. Disponível em: http://www.ecycle.com.br/component/content/article/35-atitude/1669-descarte-incorreto-de-oleo-lubrificante-pode-gerar-danos-irreversiveis-a-saude-e-ao-meio-ambiente.html. Acesso em: 22 de agos. de 2015.

FATIMA, Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente. Disponível em: http://www.fatma.sc.gov.br/. Acesso em: 15 de out. de 2015.

FECAM. Disponível em: www.fecam.org.br/. Acesso em: 22 de agos. de 2015.

FIRJAN. Disponível em: www.firjan.org.br/. 2014. Acesso em: 22 de agos. de 2015.

IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home. 2013. Acesso em: 22 de agos. de 2015.

INSTITUTO JETRO. **Frases de Winston Churchill**. Disponível em: http://www.institutojetro.com/frases/winston-churchill/?f=649%7Cconstruir-pode-ser-a-tarefa-lenta-e-dificil-de-anos.-destruir-pode-ser-o-ato-impulsivo-de-um-unico-dia. Acesso em: 15 de out. de 2015.

LOUREDO, Paula. **Poluição da Água Causada Pelo Derramamento do Petróleo**. 2015. Disponível em: http://www.escolakids.com/poluicao-da-agua-causada-pelo-derramamento-de-petroleo.htm. Acesso em: 22 de setembro de 2015.

LWART, Grupo. **Lwart Lubrificantes Enfatiza a importância da Coleta de Óleo na XII FIMAI**. 2013. Dispinível em: http://www.lwarcel.com.br/site/content/imprensa/integra.asp?id=149. Acesso em: 20 de set. de 2015.

MARPOL. **Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios**. 1973/1978. Disponível em:file:///C:/Documents%20and%20Settings/4814983/Meus%20documentos/Downloads/Marpol_73_78_Anexos_I_V%20(1).pdf. Acesso em 15 de out. de 2015.

PORTAL DO AMBIENTE E DO CIDADÃO. **EcoPontos**. 2005. Disponível em: http://ambiente.maiadigital.pt/ambiente/residuos/mais-informacao-1/ecopontos. Acesso em: 20 de set. de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA. **Histórico**. 2013. Disponível em: http://www.penha.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/11293. Acesso em: 23 de setembro de 2015.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=466> . Acesso em 10 de out. de 2015.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 450, de 06 de março de 2012. Disponível em: > . http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=674> Acesso em 10 de out. de 2015.

SECRETARIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.** Disponível em: http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4331&Itemid=258. Acesso em: 24 de setembro de 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO. 2012. **Ecopontos em Angra**. Disponível em: http://www.angra.rj.gov.br/balcaoderesiduos/ecoponto.asp. Acesso em: 22 de set. de 2015.

SISTEMA FIERGS. **Projeto Programa Piloto Para a Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos**: Gestão de Óleos Lubrificantes Automotivos Usado em Oficinas Automotivas. 2006. Disponível em: http://wwwapp.sistemafiergs.org.br/portal/page/portal/sfiergs_senai_uos/senairs_uo697/proximos_cursos/Oleo%20lubrificante%20automotivo_PE.pdf. Acesso em: 29 de setembro de 2015.

TRISTÃO, et al. **Gestão Ambiental de Resíduos de Óleos Lubrificantes:** O processo de refinamento. 2005. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/APS/2005_APSC2161.pdf. Acesso em: 22 de set. de 2015.

VAZ, Maxwell. **Pescadores Lamentam a Desativação do Ecoponto de Óleo de Embarcações**. 2014. Disponível em: http://maxwellvaz.com.br/?meio=ver_not&id=1708&tp=mid. Acesso em: 22 de set. de 2015.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Moluscos Bivalves**: Informações para O Comércio e o Consumo. Disponível em: http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/phocadownload/Area_Atuacao/Inspe_Prod_Serv_Saude/Alimentos/moluscos-bivalves/moluscos%20bivalves%20-%20web.pdf. Acesso em: 22 de set. de 2015.

APÊNDICE:

a) Cartilha de Conscientização produzida para o Projeto Maré Limpa.

A IMPLEMENTAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC

Altair Borges[1]
Fabiane Camila Maboni[2]
Larissa Dalle Tese[3]
Juliana Querino dos Santos Marafon[4]
Rafael Santana[5]
Ricardo Tissiani[6]
Vanessa Paula Ramos[7]
Winissius Segatto[8]
Claudio Machado Maia[9]

RESUMO

Esta produção textual apresenta os pressupostos básicos a partir dos quais foi desenvolvido o Programa de Ensino Superior para o Desenvolvimento Regional no âmbito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Um processo de capacitação dos atores em torno da construção de um processo de desenvolvimento alternativo, um processo de desenvolvimento endógeno, onde a participação se apresenta como elemento central para a produção e reprodução do capital social, gerando autonomia e protagonismo dos atores envolvidos. O PROESDE/2015 na Unochapecó proporcionou atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, contribuindo para a capacitação de agentes multiplicadores, apropriação de conceitos norteadores e atividades que resultam na potencialização da eficácia de políticas públicas e iniciativas cidadãs, voltadas para as dinâmicas regionais do Oeste de Santa Catarina.

[1] Estudante da 6ª fase do curso de Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UNOCHAPECO E-mail: altairb@unochapeco.edu.br

[2] Estudante da 4ª fase do curso de Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UNOCHAPECO E-mail: fabianemaboni@unochapeco.edu.br

[3] Estudante da 4ª fase do curso de Ciências Contábeis da Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UNOCHAPECO E-mail: lari.tese@unochapeco.edu.br

[4] Estudante da 4ª fase do curso de Ciências Contábeis da Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UNOCHAPECO E-mail: julianaquerino@unochapeco.edu.br

[5] Estudante da 6ª fase do curso de Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UNOCHAPECO E-mail: rafaeldj@unochapeco.edu.br

[6] Estudante da 8ª fase do curso de Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UNOCHAPECO E-mail: ricardo.tissiani@unochapeco.edu.br

[7] Estudante da 6ª fase do curso de Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UNOCHAPECO E-mail: vaneramos@unochapeco.edu.br

[8] Estudante da 6ª fase do curso de Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UNOCHAPECO E-mail: wini@unochapeco.edu.br

[9] Professor orientador do Curso PROESDE/2015 – Chapecó. Doutor em Desenvolvimento Rural e Mestre em Desenvolvimento Regional. Professor Titular e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com

Com as atividades ocorrendo quinzenalmente, sendo distribuídas em estudos teóricos, (re)conhecimento da realidade dos territórios, seminários regionais e estadual, planejamento, implementação e avaliação de projeto de intervenção. Como resultados, apresentaram-se propostas de intervenção considerando temáticas e realidades identificadas e abordadas pelos alunos. A seguir, apresenta-se a sistematização da atividade realizada no município São Lourenço do Oeste (SLO), integrante da Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste. A elaboração do projeto de intervenção no município foi o baixo índice de adesão ao Cadastro Ambiental Rural. A intervenção busca analisar e demonstrar à comunidade afetada por tal disposição legal os benefícios da efetivação dos cadastros, bem como, os ônus que inevitavelmente surgirão diante da não observância desta.

Palavras-chave: CAR, capital social, desenvolvimento, divulgação.

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Extensão do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (PROESDE/2015 – Unochapecó) propiciou atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, que contribuam para a capacitação de agentes multiplicadores, assim como apropriação de conceitos norteadores e atividades que resultem na potencialização da eficácia de políticas públicas e iniciativas cidadãs, voltadas para as dinâmicas regionais do Oeste de Santa Catarina.

Participaram 86 estudantes, entre bolsistas e suplentes, provenientes de 18 cursos de graduação, pertencentes às cidades das respectivas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's): SDR Chapecó (Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas e Planalto Alegre), SDR São Lourenço (Campo Erê e São Lourenço do Oeste), SDR Palmitos (Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Palmitos, Riqueza e São Carlos) e SDR Quilombo (Quilombo).

2 A EXPERIÊNCIA

Como o PROESDE da Unochapecó proporciona elementos teóricos e metodológicos sobre o desenvolvimento regional para que os participantes se envolvam nas propostas de seus municípios, identificando potencialidades e limites do desenvolvimento nas múltiplas dimensões com sua participação social (MAIA e SANTIN, 2015, p.200), o grupo de alunos no município de São Lourenço do Oeste, a partir de contato com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), optou em desenvolver projeto de intervenção no âmbito do Cadastro Ambiental Rural (CAR), sobretudo, pelo cadastro possuir um baixo percentual de cadastrados.

Após levantamento feito com base em dados oficiais[10] disponíveis ao cidadão, feito à época da definição do tema, em agosto deste ano, constatou-se que o percentual de área cadastrada era de 59,70%, muito aquém do objetivo final, 100%, se considerado que o prazo já havia sido prorrogado. O presente projeto busca auxiliar o município a atingir a totalidade dos cadastros. O novo prazo final é 5 de maio de 2016, e depois desta data haverá a cobrança pelo serviço de cadastramento, daí o interesse em atingir a marca antes desta data.

A proposta gira em torno da conscientização dos proprietários de áreas rurais quanto à importância de realizar o CAR, pois foi evidenciado que a causa do baixo percentual de adesão é devido à falta de informação, o que gera insegurança numa parte dos proprietários de áreas rurais. O aumento do cadastramento se converterá em benefícios ao município, impactando principalmente no cenário ambiental e subsidiariamente na economia, mais especificamente em relação à produtividade das propriedades e através da correta transferência de propriedade das áreas, em conformidade com a lei.

A ampla divulgação do CAR é uma atitude necessária para que se atinja a totalidade dos cadastros, atitude esta que deveria ter sido adotada com maior comprometimento pelo governo

[10] Cadastro Ambiental Rural de Santa Catarina (CAR). Disponível em: http://migre.me/s93Ly . Acesso em: 10 nov. 2015.

federal, estadual e municipal, juntamente com os órgãos públicos ligados à agricultura e ao meio ambiente. O CAR, para o Governo Federal, é visto como fundamental, pois sem que esteja completo não será possível a plena implementação do disposto no Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012). Isso ajuda a explicar as consequências a que estarão sujeitos os proprietários de áreas rurais que não realizarem seu cadastro até o mês de maio do próximo ano.

O projeto visa também, de uma forma geral, evidenciar que os programas de divulgação devem ser feitos com outros programas de mesmo porte, seja ele federal estadual ou municipal, pois, todos os órgãos competentes podem auxiliar e divulgar tal feito, sendo que o benefício é geral. Ressalta-se a importância e a relevância do projeto de intervenção proposto, tanto como um benefício ambiental para a região, como componente do processo de desenvolvimento regional de uma região que se importa com tais fatores.

Têm-se como principais objetivos maximizar o número de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) no município de São Lourenço do Oeste – SC, juntamente com conscientizar os produtores rurais sobre a importância do CAR, expondo os benefícios existentes ao manter o cadastro atualizado, bem como, as consequências da não adequação às normas ambientais. Qualquer que seja a intervenção a ser proposta, faz-se necessária a existência de relevância do assunto para a comunidade a que será destinada. O Novo Código Florestal e os assuntos que o cercam, sem sombra de dúvidas, se enquadram perfeitamente neste requisito.

O CAR é o primeiro passo em direção à gestão conjunta do meio ambiente, feita pelo poder público e pelos cidadãos. Através da plena implantação daquilo que está disposto na Lei, o Governo deixará de lado a atitude proibitiva e coercitiva que adotava até então para tratar do desmatamento, e passa a incentivar a preservação.

> Antes, só existia a política do "não". Mas a ação proibitiva nem sempre funciona. Agora, vale também o "sim". Propostas inovadoras surgem para ajudar a transformação do produtor rural, induzi-lo ao caminho da sustentabilidade. Começa, dessa forma, uma verdadeira pedagogia ambiental no campo, com procedimentos que aplaudem o certo, e não apenas xingam o errado (GRAZIANO, 2015, p.1)

A intervenção que o poder público promove nas propriedades particulares, obrigando-as a manter determinada porção de terra como Área de Preservação Permanente (APP), nada mais é do que fazer com que cumpram sua função social, prevista na Constituição Federal[11].

> Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
> I - aproveitamento racional e adequado;
> II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
> III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
> IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 2015)

Segundo Duarte (2012, p. 23)

> A função social da propriedade levará em consideração, portanto, o aproveitamento racional e adequado da terra, buscando evitar a degradação do meio ambiente, o uso exaustivo da terra e sua insuficiente recuperação. Levará em consideração, ainda, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente

Sendo interesse comum do Estado e dos cidadãos a prevenção ambiental, ambos deverão arcar com os ônus de tal tarefa, do contrário a iniciativa novamente falhará, visto que se o antigo Código Florestal tivesse sido suficientemente eficiente, não seria necessária a elaboração de um novo texto.

[11] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://migre.me/s9Ljd. Acesso em: 18 nov. 2015.

> Os órgãos ambientais passarão a dar mais valor à educação agroambiental. Trocarão o chicote pela conversa e a caneta pelo convencimento. Essa nova pedagogia já começa pelos treinamentos que têm sido realizados nos sindicatos, associações e cooperativas, todos querendo ajudar seus filiados, em especial os pequenos agricultores, preparando-os para bem realizarem seu cadastramento. Gente simples, que nunca viu um computador, poderá preencher *offline* o CAR, nas repartições públicas e privadas que estão sendo credenciadas para tanto (GRAZIANO, 2015, p.1).

Como citado por Graziano (2015), o método escolhido pelo Governo foi bastante acertado, treinando funcionários públicos e de sindicatos, habilitando-os para que realizem o cadastramento. De fato, isso foi feito em São Lourenço do Oeste, duas pessoas foram treinadas para tal função, sendo uma delas fixada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outra na Prefeitura Municipal.

Logo, havendo legislação que exige determinada atitude por parte dos proprietários de áreas rurais e havendo estrutura pública disponível para que se cumpra aquilo que foi determinado, é possível verificar que a causa da baixa efetividade de cadastros seria a falta de ampla e clara divulgação. Num primeiro momento o CAR se mostra como um ônus que atinge somente o agricultor, sem lhe trazer nenhum bônus. Graziano (2015), neste sentido, provoca:

> [...] os homens do campo terão argumentos para cobrar o pessoal da cidade. Afinal, se eles mudaram de atitude, assumiram compromissos, educam-se ambientalmente, por que razão os citadinos continuariam a emporcalhar a natureza com os lixões a céu aberto, com habitações construídas nas áreas de mananciais ou naquelas encostas íngremes que rodam com a enxurrada, com esgotos jogados sem tratamento nos rios que cortam as cidades? Até quando a poluição será permitida na zona urbana, sem que as autoridades, useiras em maltratar o agricultor, tomem firme providência? Com a palavra os ambientalistas (GRAZIANO, 2015, p.1).

A intervenção rumará no sentido de esclarecimento à comunidade. Agirá de uma forma que não foi possível, ou tentado, pelo poder público, esclarecendo os pontos positivos de elaborar o CAR, bem como, alertar sobre as consequências de não o fazê-lo, diretamente com o destinatário: o agricultor.

2.1 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

As estratégias metodológicas foram desenvolvidas na forma de pesquisa exploratória documental e de campo sendo realizado no município São Lourenço do Oeste-SC, integrante da Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste-SC.

Para conseguirmos intervir, precisávamos interagir com os proprietários de áreas rurais para o efetivo entendimento do CAR, para apresentarmos os benefícios deste cadastro, afirmando assim, que a adesão total ao cadastro somente seria realizada se houvesse uma interação com os reais benefícios do mesmo.

Assim, combinamos em realizar reuniões após as missas (cultos) nas comunidades, pedindo ao ministro que nos anunciasse, mas sendo facultativa a adesão de todos os presentes. Nas reuniões, levamos questionários que podemos avalizar a significância do ato que estávamos fazendo, e também analisar, que a divulgação dos programas diretamente ao público alvo é importantíssima, sendo que, na pergunta realizada do cadastro, pedindo se já tinham visto alguma propaganda do mesmo, a resposta foi 100% que não haviam sido conscientizados. As reuniões eram divulgadas na rádio, juntamente com uma entrevista feita, das datas de término e as principais dificuldades vistas a campo, já conscientizando a todos do trabalho que estávamos realizando.

Por intermédio da SDR conseguimos publicar matérias em jornais locais, focando no auxílio que estávamos recebendo dos órgãos como a SDR, rádios, jornais, e da satisfação prevista pelo nosso público alvo.

Nosso método de pesquisa se alastrou de uma forma que quem participava das reuniões passava as informações juntamente com a cartilha que estávamos disponibilizando para outras pessoas que não haviam feito ainda o cadastramento.

Referente às cartilhas, utilizamos a cartilha disponibilizada pelo governo que pegamos já impressas na prefeitura de São Lourenço do Oeste-SC, que não haviam conseguido distribuí-las, e anexamos um

pequeno informativo dos lugares que os interessados conseguiriam efetivar o cadastro gratuitamente, e os horários de atendimento com os responsáveis, assim como, a documentação a levar.

A partir da entrevista na rádio, com o horário estratégico, vimos a aceitação na primeira intervenção, com o público comprovando que haviam ouvido a entrevista, e que estavam muito interessados pelo assunto discutido, pois as informações foram de grande valia para as comunidades acessadas, pois a intervenção proporcionou outra visão do cadastro para eles.

A partir deste momento começamos a ver os resultados em relação a aceitação do projeto, do mesmo modo que veremos em quantidades de cadastros apenas no próximo relatório disponibilizado pelo governo, no site do CAR.

2.2 CRONOGRAMA

O primeiro passo adotado pelo grupo de trabalho, obviamente, foi a definição do tema a ser trabalhado. A escolha pelo CAR surgiu em conversa na Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste, em que estavam presentes membros do grupo de trabalho, o Gerente de Desenvolvimento Econômico, Social e Agricultura e o Secretário Regional.

Depois da reunião em que foram expostos, pelos representantes do Estado, primeiramente, o que era o CAR e a que passo estava sua implantação, o assunto foi apresentado aos professores do PROESDE, que concordaram com a viabilidade do assunto e área de atuação, dando andamento ao prosseguimento do trabalho. O grupo, então, passou a fazer levantamentos sobre os dados oficiais acerca do CAR, além de marcar encontros com o responsável pelo cadastramento na Prefeitura Municipal e também no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Com isso, constatou-se a existência de grande volume de material de divulgação impresso pelo Governo Federal, mas que estava encaixotado e que muito provavelmente não seria disponibilizado a quem interessava de fato. A partir desse momento foi definida a forma de atuação: seria feito um trabalho de divulgação diretamente nas comunidades, utilizando-se do material já existente, além da adição de informações de como, onde e quando realizar o cadastro em São Lourenço do Oeste. A princípio havia a ideia de elaboração de uma cartilha própria, mas a hipótese foi descartada devido à necessidade de recursos específicos para tal, além de que o material já existente estava muito bem estruturado e poderia ser utilizado.

Em razão do curto período para implantação da intervenção, optou-se por realizar a intervenção nos principais distritos do município, a fim de que fosse alcançado o maior número possível de produtores rurais. Os distritos escolhidos foram Presidente Juscelino, Frederico Wastner e São Roque. Os trabalhos de divulgação foram realizados, após o encontro religioso da comunidade, pois é o momento em que a maioria da comunidade está presente, sem que para isso precisassem largar seus afazeres diários. Tal sugestão foi dada pelo Gerente de Desenvolvimento Econômico, Social e Agricultura da SDR de São Lourenço do Oeste e aceita pelo grupo de imediato.

Com o auxílio da assessoria de imprensa da SDR, foi possível a divulgação do curso (PROESDE) e do projeto em mídia digital[12] e auditiva, esta última sendo uma entrevista transmitida no dia 31 de Outubro pela Rádio Doze de Maio, com duração de uma hora.

As datas de divulgação nas comunidades, ficaram assim definidas:

- 31 de Outubro (sábado) – Distrito de Presidente Juscelino – 21 horas;
- 01 de Novembro (domingo) – Distrito de Frederico Wastner – 10 horas;
- 08 de Novembro (domingo) – Distrito de São Roque – 10h horas.

Nos dois primeiros encontros, houve boa aceitação da comunidade com a iniciativa. Nosso Grupo pediu a palavra ao final da celebração e explanou aos presentes os benefícios em se realizar o CAR, pontuou as consequências da não observância da lei, e também evidenciou a importância de eles mesmos divulgarem o tema ao restante da comunidade, que não estava presente no dia.

O encontro do dia 8 em São Roque não foi possível, visto que boa parte da localidade estava em viagem, por isso foi transferido para o dia 15 de Novembro, um domingo. Na nova data, os integrantes do grupo chegaram para a celebração, mas ela não aconteceu devido a uma festa que ocorreu no dia na comunidade de Planalto, que fica próxima.

[12] **SLO: Acadêmicos da Unochapecó na região irão desenvolver projeto voltado ao Desenvolvimento Regional.** Disponível em: http://migre.me/s9MX4. Acesso em: 19 nov. 2015.

Diante do entrave, o grupo se deslocou até o local onde ocorria a festa comunitária e, dividindo-se, passaram a abordar os presentes, utilizando-se da mesma metodologia dos encontros anteriores. Todos foram muito bem aceitos nos locais em que ocorreram as intervenções, podendo contar com a atenção e carisma dos produtores rurais presentes.

Com a realização dos encontros, a intervenção proposta pôde ser considerada exitosa e finalizada, mesmo que ainda não seja possível quantificar totalmente os resultados obtidos. Há que se destacar a excelente receptividade da SDR em relação aos componentes do grupo, por meio do auxílio e orientação sobre como tirar do papel o projeto, mostrando atalhos e metodologias específicas para lidar com o público alvo.

Em resumo, o grupo fez uso do estudo de caso sobre a situação dos cadastros no município de São Lourenço do Oeste, por meio de entrevista e documentos.

2.3 OS RESULTADOS ESPERADOS DAS ATIVIDADES DE CAMPO

Com a proposta de intervenção o grupo de trabalho espera que os números do CAR no município de SLO aumentem gradativamente até que seja atingida a marca de 100% das propriedades mapeadas antes da data final para isto, em Maio de 2016. A variação de cadastros entre julho e agosto foi de 2,4%. Entre agosto e setembro foi de 2% e entre setembro e outubro, apenas 0,7%.

A intervenção foi realizada no último dia de outubro e início de novembro, por isso espera-se que o número de cadastramentos tenha um considerável aumento no boletim a ser divulgado pelo Governo Estadual no mês de dezembro. Ao final de outubro, São Lourenço do Oeste tinha 61,33% das áreas já mapeadas, restando, portanto, 38,66% do território para ser cadastrado nos 7 meses restantes. Não é impossível, mas será necessário o empenho do poder público nesse período para que se atinja tal objetivo. Porém, o projeto já se torna válido na questão da compreensão e aceitação do público alvo, levando a conscientização esperada no início do projeto.

2.4 O QUE ESTE CURSO REPRESENTOU PARA O ACADÊMICO

Os conteúdos abordados ao longo do curso permitiram compreender a realidade regional e local em que se vive, sobretudo, como estudantes, cidadãos e futuros profissionais nas diversas áreas.

Nas palavras dos alunos “Permite conhecer a complexidade das comunidades, coisas quem nem imaginávamos que existissem”, “Oportuniza a reflexão acerca da realidade”, “É importante para os estudantes terem contatos com a comunidade e conhecer os problemas”.

2.5 POR QUE A CONTINUIDADE DO PROESDE

O curso objetiva uma formação humana e cidadã, sobretudo, formando atores sociais, econômicos e políticos no âmbito da construção de um processo de desenvolvimento regional. Conforme afirmados pelos alunos, o curso deve continuar porque proporciona “Formação humana, sensibilização para as questões sociais, tornar-se cidadão”, “É importante para os estudantes terem contatos com a comunidade e conhecer os problemas”, ou mesmo, por “Fortalecer/alimentar vocações para a atuação profissional em políticas públicas” ou permitindo “Exercício da integração multiprofissional, iniciativa e liderança”. Conforme Maia e Santin (2015, p. 205):

> A existência do PROESDE nas universidades permitirá que o tema do desenvolvimento regional se torne um eixo central na formação das diversas profissões. E, além da preparação profissional trás uma formação crítica que prepara para a vida social e familiar

Sendo assim, a continuidade do PROESDE é indispensável na medida em que através deste Curso formam-se novos atores potenciais, que participem na construção de um processo de desenvolvimento regional sustentável, assim como, gera um mecanismo de governança social, a partir da sociedade organizada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção e entendimento construído desde a aula inaugural, nas diversas manifestações dos alunos incentivadas pela questão norteadora proposta a partir da pergunta inicialmente realizada, “O que é desenvolvimento para Você”; e, da construção do mapa conceitual contendo as diversas e eventuais respostas apresentadas pelos alunos, desenvolveu-se noções de “desenvolvimento”. Nas saídas de campo e observação do território, identificou-se temáticas e alternativas de intervenção nas diversas localidades, municípios.

Entre as temáticas e projetos de intervenção realizados, identificou-se temáticos no âmbito da educação ambiental para a conscientização da população, separação de resíduos sólidos, coleta de lixo, audiência pública para discussão de políticas de resíduos sólidos e questões de meio ambiente e desenvolvimento rural, nomeadamente, o cadastro ambiental rural.

O caso do cadastro ambiental rural demonstra, por exemplo, a importância da mobilização do capital social para fins do envolvimento da sociedade para intervir diretamente na problemática identificada. Ou seja, o capital social, a interação das pessoas em torno de facilitar a troca de informações garantiu o desenvolvimento do trabalho dos alunos. O capital social existente conseguiu responder positiva e ativamente, facilitando o desenvolvimento de ações coordenadas, por parte do grupo de alunos, da sociedade e das instituições públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: http://migre.me/s9Onl. Acesso em: 10 nov. 2015.

CAR. **Cadastro Ambiental Rural SC**. Disponível em: http://migre.me/s93Ly. Acesso em: 10 nov. 2015.

Governo prorroga prazo e agora quer pressa para Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: http://migre.me/s93l4. Acesso em: 17 nov. 2015.

GRAZIANO, Xico. Cadastro ambiental rural. **Revista LEX Magister** [on-line]. São Paulo: 2015. Disponível em: http://migre.me/s9Ajb. Acesso em: 18 nov. 2015.

DUARTE, Evangelina Castilho. Reflexões sobre o novo Código Florestal. **Jurisprudência Mineira**. Belo Horizonte, a. 63, n° 203, p. 23-47, out/dez. 2012. Disponível em: http://migre.me/s9Lqa. Acesso em: 18 nov. 2015.

MAIA, Claudio Machado; SANTIN, Myriam Aldana Vargas. A participação social nos processos de decisão na construção regional. Relato de Experiência PROESDE/2014 – Unochapecó. **Revista Extensão em Foco,** Caçador/SC, v.3, n.1. p.199-207, 2015.

PROPOSTA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL PARA CRIANÇAS DA COMUNIDADE CHICO MENDES NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Daniele da Silva Bembom Huller[1]
Pâmella Scheimann da Silva[2]
Ayrton Santos de Queiroz[3]

RESUMO

Diante do aumento da violência, das constantes notícias jornalísticas, retratando a participação de crianças no crime, muitas delas abandonadas por suas famílias, deixando-as a mercê da marginalização; viu-se a necessidade de construir uma proposta de implantação de um projeto social na área educacional e cultural na Comunidade Chico Mendes. Dessa forma, este estudo teve por objetivo propor um projeto social para crianças de baixa renda, com faixa etária de 05 (cinco) a 12 (doze) anos de idade, moradoras da Comunidade Chico Mendes. A proposta teve como base a prestação de auxílio socioeducativa. Assim, este projeto tem como finalidade proporcionar acesso a atividades com intuito de estimular o desenvolvimento das crianças, através de oficinas de arte (recorte e colagens, desenho a mão livre, pintura com lápis de cor, tinta guache e aquarela), a prática de esportes, música, contação de histórias, entre outras. Para tanto, foi necessário buscar informações na localidade, a fim de saber os problemas enfrentados pelos moradores que ali residem. A busca dessas informações foi realizada através da pesquisa qualitativa, dados coletados em entrevista e visita ao local, transcrição da entrevista, anotações feitas em campo, fotografias e reportagens sobre o tema. Após as análises dessas informações, tornou-se possível propor um modelo de projeto para que pudesse atender as necessidades da comunidade.

Palavras-chaves: Atividade Extracurricular; Sociocultural; Florianópolis; Chico Mendes.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira é repleta de problemas, que acabam afetando na aprendizagem dos alunos, problemas como evasão escolar e péssima infraestrutura, são observados no dia a dia.

A educação é um direito de qualquer cidadão, porém o governo ainda não demonstra a devida importância com a educação nacional, pois elementos como: baixa escolaridade dos adolescentes e a repetência refletem nas atitudes dos jovens e adultos atualmente.

Diante dessa problemática, surge a necessidade de identificar e analisar quais os principais problemas e como resolvê-los. Desta forma, buscou-se conhecer quais são os problemas na educação,

[1] Estudante da 6ª fase do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: danibembom@gmail.com

[2] Estudante da 7ª fase do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: pamellah_ss@hotmail.com

[3] Professor Orientador do Curso de Administração/PROESDE da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: ayrtonsantos@univali.br

que estão presentes no nosso dia a dia, aqueles problemas que de alguma forma, nós podemos melhorar, reduzindo significativamente.

Sendo assim, por meio de pesquisas realizadas durante o PROESDE, identificamos que o município de Florianópolis, apresenta um nível de educação que precisa ser melhorado nos próximos anos.

Focando no problema, deve-se começar a pensar, o que fazer para que estes problema acabem, ou pelo menos, possa diminuir, a ponto que o convívio entre as pessoas e a vida dos pais que tem filhos em escolas públicas. Com o problema devidamente localizado, buscou-se introduzir a ideia, através de implementação de atividades extracurriculares em uma Comunidade Carente, localizada no Município de Florianópolis; vez que com as mesmas é possível conseguir estimular a cooperação, a socialização, o respeito, o trabalho em equipe e muitos outros valores, além de experiências de extrema importância.

No entanto, no Brasil, as atividades extracurriculares, na sua maioria estão presentes nas instituições de ensino particulares, que na qual, para que essas crianças possam praticar as atividades, é necessário o desembolso por parte de seus responsáveis, de quantias, que na maior parte das vezes, perfaz um montante muito acima da realidade da maioria da população brasileira, na qual é carente, ou seja, população de baixa renda.

Nesta vertente, são tão notórias que devido à fragilidade do ensino público, na maioria das cidades, são as raras, as instituições que disponibilizam as atividades as crianças menos favorecidas, fazendo com que estas sejam prejudicadas, pois estão distantes da realidade em poder fazer parte de uma instituição privada.

No entanto, há escolas públicas, que já começaram a criar alternativas para oferecer outras atividades, principalmente na educação infantil, garantido futuramente a formação dos jovens mais preparados para faculdade e mercado de trabalho. Dessa forma, o que se percebe é que para que seja realizado a implementação dessas atividades, é necessário acima de tudo o apoio de um projeto social, para que assim tanto o governo, como as instituições privadas e ONG's, possam dar auxílio às crianças carentes, com intuito de ajudar a inserção social, e consequentemente buscar contribuir para o desenvolvimento humano, pois há mudanças que necessitam ser realizadas no âmbito da estrutura escolar.

Nesta vertente, a comunidade Chico Mendes, localizada no município de Florianópolis, por apresentar alta taxa de criminalidade, tráfico de drogas, assaltos e como visto em diversas pesquisas e visitas realizadas, por possuir uma educação de péssima qualidade de apenas um período; foi escolhida para implementação do projeto, no qual, buscou-se alternativas para que as crianças pudessem frequentar a escola em um período integral, podendo seus pais irem trabalhar tranquilos e melhorando a educação daquelas crianças.

Para o desenvolvimento do projeto, foi necessária a busca de diversas informações sobre a localidade a ser implantado o trabalho, como serão custeadas as compras e melhorias na escola, quem serão estes professores que trabalharão no período e quais as atividades a serem oferecidas pelo projeto.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

Neste tópico, será apresentado o referencial teórico que norteou este projeto, nele foram descritas algumas abordagens sobre educação, atividades extracurriculares e educação e cultura. No próximo tópico serão apresentados os aspectos metodológicos e em seguida os resultados alcançados, como: possível local de aplicação do projeto, modelos de atividades, fontes de financiamento e por fim as considerações finais.

2.1 Referencial Teórico

Neste tópico serão apresentados os principais conceitos que nortearam este projeto.

2.1.1 Educação

Quanto ao conceito de educação, pode-se destacar alguns pensadores e seus entendimentos, quais sejam:

O filósofo grego Platão, considerado o primeiro educador; acredita que a educação deve ser direcionada à aquisição do conhecimento do Bem e da Verdade, e também, entende que aprender é recordar! Neste sentido, Platão entendia que o objetivo final da educação, era a formação do homem moral, vivendo em um Estado Justo (SANTANA, 2014).

Dessa forma, para Platão "toda verdade é conhecimento". No entanto, diferentemente de Platão, o pensador Aristóteles compreendia a educação como aquela capaz de desenvolver as condições necessárias para a segurança do regime, isto é, para a saúde do Estado (CABRAL, 2015). Segundo o pensador, é somente através da educação que o homem irá desenvolver aquela que é considerada a mais importante das ciências (CABRAL, 2015).

Educação para Paulo Freire, no qual foi o maior e mais célebre educador brasileiro, por destacar-se quanto ao método de alfabetização de adultos, entendia que a educação é simplesmente conscientizar o aluno. Ou seja, Paulo compreendia que o objetivo da educação, é fazer que aquelas pessoas que fazem parte da classe mais desfavorecida da população, entender sua situação de oprimidas, e dessa forma agir a favor da própria liberdade. (FERRARI, 2015).

Sendo assim, educação no sentido mais amplo, significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para outra.

2.1.2 Atividades Extracurriculares

Atividades extracurriculares são aquelas que ajudam a complementar, aperfeiçoar as habilidades e capacidades, ou ainda, pode-se entender que é uma ótima opção para evitar que as crianças e adolescentes passem o dia inteiro sozinhas, em frente à televisão ou computador, por exemplo, ou ainda, evitar que as mais carentes, ficam expostas à violência e à marginalização, que infelizmente estão presentes e são a realidade de diversas comunidades carentes (BUCHALLA; CHAN, 2015).

No mesmo sentindo, percebe-se que estas atividades acabam contribuindo para o desenvolvimento de diferentes capacidades, fazendo preencher o tempo ocioso da criança ou adolescente quando não estão em sala de aula, dando dessa forma, melhor preparo educacional e psicológico (BELOTTI; FARIA, 2009).

Sendo assim, se forem propostas de maneira adequada, além do desenvolvimento de novas habilidades, ajudarão também a desenvolver características pessoais.

As opções de atividades são abundantes, e podem ser desenvolvidas e aplicadas de diversas maneiras. Podemos tomar como exemplo a musicalização, os jogos, danças, leituras, entre outras atividades, que deverão ser impostas de acordo com a faixa etária de cada criança e/ou adolescente (SOARES, 2006).

Segundo pesquisadores, "as crianças que participam de diversas atividades extracurriculares, têm mais chances de se favorecerem futuramente no mercado de trabalho, pois terão maior capacidade de organização, resolução de problemas e assim, saberão como projetar o futuro com mais qualidade" (UFMG, 2007).

Com a implementação das mesmas nas escolas, é possível conseguir estimular a cooperação, a socialização, o respeito, o trabalho em equipe e muitos outros valores, além de experiências de extrema importância. Por este motivo, é necessário que as elaborações das atividades sejam feitas de maneira diversificadas, pois somente dessa maneira atenderam aos interesses dos menores (ROSA *et al*., 2011).

No entanto, há escolas públicas, que já começaram a criar alternativas para oferecer outras atividades, principalmente na educação infantil, garantido futuramente a formação dos jovens mais preparados para faculdade e mercado de trabalho. Dessa forma, o que se percebe é que para que seja realizado a implementação dessas atividades, é necessário acima de tudo o apoio de um projeto social, para que assim tanto o governo, como as instituições privadas e ONG's, possam dar auxílio às crianças carentes, com intuito de ajudar a inserção social, e consequentemente buscar contribuir para o desenvolvimento humano, pois há mudanças que necessitam ser realizadas no âmbito da estrutura escolar.

Deste modo, as atividades extracurriculares, apoiadas pelos projetos sociais causaram grande impacto e mudanças na vida desses jovens, que por diversas vezes são esquecidos. Ainda, para que as atividades tenham excelente desempenho, é necessário que não se verifique, apenas, as mudanças visíveis com relação à criança, a família e a sociedade. É necessário que tudo seja acompanhado,

avaliado e tanto os pontos positivos, assim como os pontos negativos, devem ser sempre estudados e abordados com propostas de melhorias para novas atividades, e se necessário buscar melhor adequação para as que já estão sendo praticadas.

2.1.3 Educação e Cultura

Um dos caminhos facilitadores da educação e da cultura é através de locais, onde são transmitidos conhecimentos, como por exemplo, escolas, e até mesmo, projetos sociais.

Sendo assim, estes projetos, quando inseridos no cotidiano das crianças, faz com que seja trabalhado um conceito de cultura mais amplo, do que aqueles que elas estão acostumadas a conviver; fazendo com que as mesmas, tenham uma visão mais ampliada sobre cidadania, educação, sustentabilidade, cultura, entre outros.

Dessa forma, quando se tem uma interação entre cultura e educação, pode-se trabalhar, de uma forma mais diversificada, os aspectos práticos, entre as atividades impostas, para o melhor desenvolvimento da criança (SETUBAL, 2014).

Educação e cultura são questões que devem ser sempre discutidas no espaço do âmbito escolar, ou até mesmo no âmbito de um projeto social; vez que estes, sempre irão transmitir e impor valores de uma cultura, à aquelas crianças de baixo poder aquisitivo, que vivem em comunidades carentes, que na qual, simplesmente ficaram esquecidas, por fazerem parte de uma sociedade, muitas das vezes egoísta.

2.2 Aspectos Metodológicos

A abordagem utilizada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa, dados coletados em entrevista e visita ao local, transcrição da entrevista, anotações feitas em campo, fotografias e reportagens sobre o tema. Quanto aos objetivos finais utilizou-se a pesquisa explicativa referente aos procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental.

A técnica, coleta de dados e análise foram dados primários e secundários. Para os dados primários utilizou-se de uma entrevista semiestruturada na Comunidade Chico Mendes. Foi visitado o “Projeto Social Instituto Cristo para Todos” no dia 24 de outubro de 2015, a fim de conhecermos o projeto existente e a realidade da comunidade. A entrevista foi realizada no período vespertino, com o Sr. Jailton, um dos idealizadores do projeto. Os dados secundários foram coletados por meio de jornais, entrevistas digitais, artigos e livros.

2.3 Resultados Alcançados

Nesse tópico serão apresentados os resultados obtidos na visita realizada à Comunidade Chico Mendes, ao Projeto Instituto Cristo para Todos e as sugestões de atividades a serem desenvolvidas.

3.1.1. Possível Local de Aplicação

O projeto poderá ser desenvolvido na Comunidade Chico Mendes, em um local visitado para implantação do mesmo, localizado no chamado Carandiru. O intuito deste projeto, é prestar auxílio sócio educativo às crianças da faixa etária de 05 (cinco) à 12 (doze) anos, provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo, no qual vivem nesta comunidade carente, que apresentam na maior parte das vezes, carências afetiva, cognitiva e econômica, contribuindo para melhoria na formação da cidadania e auto estima, através das atividades extracurriculares, apresentadas, logo abaixo.

O horário que na qual serão impostas as atividades, compreenderão tanto no período matutino, assim como no período vespertino, de terça à sexta feira, dependendo sempre dos horários que os profissionais e voluntários estarão disponíveis para a realização das mesmas.

É de grande êxito mencionar, que estes trabalhos serão desenvolvidos de forma coletiva, sempre com auxílio de profissionais capacitados, que atuaram de forma voluntária, com a finalidade de contribuir com o projeto, que na qual tem como princípio básico a cooperação, a solidariedade e o respeito mútuo, entre todos que estão envolvidos. No Apêndice encontra-se a entrevista realizada com o senhor Jailton, responsável pelo projeto, Instituto Cristo para Todos.

1.2. Modelos de Atividades

Sabe-se que a prática pedagógica extraclasse através de atividades e projetos extracurriculares, pode contribuir para um melhoramento geral, não apenas na aprendizagem, mas em diversos aspectos de formação cognitiva e sociocultural das crianças que frequentam escolas públicas, oferecendo as mesmas, capacitação e habilidades para sua atuação individual e social.

A seguir serão apresentadas as atividades propostas:

• Teatro: as artes cênicas permitem aos alunos a integração com outros, assim como, desenvolvimento de expressões corporais e emocionais;

• Dança: auxilia no equilíbrio, coordenação motora, resistência cardiovascular e desenvolvimento de novas formas de expressão;

• Oficinas de artes: estimulam o lúdico das crianças, assim como estimula o olhar crítico, a curiosidade e a expressividade;

• Culinária: permite à apuração dos sentidos e estimula à uma alimentação saudável e sobretudo balanceada;

• Oficinas de práticas de sustentabilidade: proporciona a prática de atividades relacionadas com a reciclagem de materiais, o plantio de plantas, sempre mostrando as crianças que é possível realizar ações que podem fazer a diferença no futuro do nosso planeta;

• Atividades sobre as profissões: mostrar as crianças e principalmente aos adolescentes, que ter acesso as informações sobre carreira e profissões, são muito importantes. Estas atividades deverão ser sempre orientadas de acordo com cada faixa estaria;

• Brinquedoteca: espaço para que as crianças possam aprender brincando;

• Inglês para todos: proporcionar as crianças o conhecimento de um novo idioma;

• Cuidado com a higiene: a importância que se deve ter com a higiene pessoal;

• Literatura: mostrar a importância da literatura, através de leituras de livros, contos de histórias, sejam eles de livros infantis, ou até mesmo inventados pelos educadores; com a utilização, por exemplo, de fantoches, fantasias; sempre com a finalidade de estimular também a criatividade;

• Atividades com as famílias: desenvolver atividades que visam ampliar a participação das famílias nas práticas pedagógicas propostas por este projeto, trazendo melhorias para a relação familiar e o desenvolvimento afetivo da família, através de reuniões pedagógicas com os pais, realização de festas em datas especiais, confraternização social, além de apoio psicopedagógico;

• Intervenções comunitárias: o principal objetivo é inserir o projeto no cotidiano das pessoas que vivem nesta região, e dessa maneira, articular suas ações às atividades da comunidade.

No entanto, o projeto que vem sendo desenvolvido na comunidade Chico Mendes, e visa trabalhar com crianças de 06 (seis) a 10 (dez) anos, e de 12 (doze) a 17 (dezessete) anos, no qual são divididas em grupos, para dessa maneira serem desenvolvidas as atividades, de acordo com cada faixa etária, de terça à sexta feira. As atividades realizadas tem finalidade de estimular o desenvolvimento da criança, respeitando sempre seu nível de maturação, através de oficinas de artes, no qual são efetuados desenhos, recortes, pinturas, músicas, danças, assim como, aulas de costura, proporcionando sempre um ambiente rico, prazeroso e saudável, para as pessoas que ali frequentam.

Dessa maneira, ainda são desenvolvidas atividades com intuito de buscar uma maior aproximação das crianças e jovens, com seus familiares, através de eventos, principalmente, quando se trata de datas especiais, na qual são comemoradas, por exemplo, com festividades (cafés, brincadeiras, distribuição de presentes, entre outras coisas). Insta salientar, que pelo fato de não haver um espaço adequado, devido a falta de infraestrutura do local, a falta de recursos, a falta de voluntários e profissionais qualificados, acaba sendo dificultado a realização de outras atividades, que na qual, no momento só estão sendo desenvolvidas pela responsável Senhora Kely e por seu esposo, Senhor Jailton. As atividades propostas neste projeto foram todas baseadas no Instituto Kairos.

1.1. Fontes de Financiamento

O maior desafio encontrado em nosso projeto social foi verificar as possíveis fontes de financiamento para a realização do projeto, onde escolhemos quatro instituições do Terceiro Setor.

O Terceiro Setor tem o diferencial de serem instituições sem fins lucrativos, onde atendem as necessidades da sociedade civil, onde muitas vezes contribuem com o Estado e com os agentes econômicos. Para a realização de suas atividades são realizadas mobilizações para a arrecadação de recursos, sendo eles: venda de produtos, organização de eventos, produção de materiais, contratos de prestação de serviços, entre outras opções. Também são utilizadas as doações de dedução do imposto de renda, tanto de pessoas físicas, como de pessoas jurídicas, patrocínios, subsídios, voluntariados, entre outros. Os principais financiadores do Terceiro Setor são: agências de fomento, organizações não governamentais, sem fins lucrativos, o Governo e o Setor Privado. Para serem beneficiadas, as instituições deverão atender a alguns critérios de seleção e projetos (OBSERVATÓRIO TERCEIRO SETOR, 2013).

Seguem as quatro instituições do Terceiro Setor, escolhidas por nós, como possíveis fontes de financiamento:

- BANCO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
- CÁRITAS BRASILEIRA
- FUNDAÇÃO ABRINQ
- FUNDAÇÃO ODEBRECHT

2.4 Considerações Finais

A educação é um fator fundamental para que a sociedade em que vivemos melhore, com isso, fazem-se necessários, investimento público e um olhar com mais cuidadoso do governo. O objetivo principal deste trabalho foi elaborar um projeto de educação, para que as crianças possam ficar mais tempo na escola, realizando atividades extracurriculares. A criação deste projeto não foi tarefa fácil, pois a informação sobre o problema e o lugar a ser estudados era escassa, sendo difícil o grupo ter um ponto de partida. Por isso, as aulas do PROESDE e as pesquisas realizadas, foram de grande importância para a realização do projeto.

A presente pesquisa apresentou importantes contribuições sobre a educação tanto de Florianópolis, quanto do bairro Chico Mendes, mostrando os diversos problemas que seriam resolvidos com uma educação de qualidade. O programa de educação integral é um projeto que visa um ensino de qualidade, com o objetivo de oferecer a crianças e jovens das escolas públicas, mais contato com o esporte, arte, música, literatura, cuidados com a higiene, entre outras atividades.

Com o aumento do conhecimento, esses alunos têm a oportunidade de se tornarem pessoas melhores e mais capacitadas para enfrentar a vida, sendo cidadãs competentes, porém para que esse projeto funcione com eficiência e que seja feita a implantação do programa, é preciso de investimentos na infraestrutura das escolas e na remuneração dos profissionais da educação.

Este projeto, além de tirar as crianças das ruas, tem por objetivo contribuir na formação dos alunos, melhorar o rendimento escolar, suprir as necessidades extracurriculares dos alunos, tranquilizar as famílias quanto ao cotidiano das crianças, melhor aproveitamento no tempo ocioso dos alunos, pois a educação desempenha um papel significativo na formação humana.

REFERÊNCIAS

BELOTTI, S. H. A.; FARIA, M. A. **Relação Professor / Aluno**. 201-. Disponível em: <http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/file.php/8051/extra/material_extra_1a_aula.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BUCHALLA, A. P.; CHAN, I. **Curso Extracurricular**. 2015. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/atividades-extras-618810.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2015.

CABRAL, J. F. P. **Aristóteles e a Educação**. 2015. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/filosofia/aristoteles-educacao.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

POLIT, D. F.; BECKER, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OBSERVATÓRIO TERCEIRO SETOR. **Fontes de Financiamento Nacionais e Internacionais.** 2013. Disponível em: <http://observatorioterceirosetor.org.br/wp-content/uploads/2013/12/entidadesfinanciadoras.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2015.

ROSA, E. **Guarapuvu**. 2013. Disponível em: <http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/36749-garapuvu-arvore-simbolo-da-cidade-colore-de-amarelo-as-montanhas-de-florianopolis.html>. Acesso em: 22 ago. 2015.

SETUBAL, M. A. **Diálogos entre cultura e educação na escola**. 2014-. Disponível em: < http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/dialogo-cultura-escola-499667.shtml>. Acesso em: 31 out. 2015.

SANTANA, A. L. **A Educação Segundo Platão**. 2014-. Disponível em: <http://www.infoescola.com/pedagogia/a-educacao-segundo-platao/>. Acesso em: 23 ago. 2015.

SOARES, J. M. **A Importância do Lúdico na Educação Infantil**. 200-. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/diario/ARTIGO%20JIANE%20JOGO1.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

UFMG. **Alfabetização e Linguagem**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/fasciculo_port.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: O CURSO DE EXTENSÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA UNIPLAC EM 2015

Geraldo Augusto Locks[1]
José Batista da Rosa[2]
Joselaine Antunes Pereira[3]
Selênio Sartori[4]

Resumo

A edição do Curso de Extensão do Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional (PROESDE- 2015) da Universidade do Planalto Catarinense percorreu um caminho singular. Este relato tem o objetivo de caracterizar e enfatizar este caminho apontando seus limites e possibilidades. O Projeto de Curso, novamente submetido à apreciação do Conselho Superior Universitário, recebeu mudanças substantivas que foram postas em práticas neste ano letivo. A metodologia e os conteúdos, compreendidos enquanto elementos estruturantes do Curso foram alvos merecedores de maior atenção, focos de mudanças e complementações. Das duzentas horas/aulas que perfazem as atividades, buscou-se maior equilíbrio entre o "tempo- universidade" quando o estudante se familiariza com os módulos temáticos e o "tempo- comunidade" endereçado à interação do estudante e professores com processos sociais e projetos socioeconômicos de desenvolvimento locais ou municipais. Deve-se salientar que no tempo-comunidade os estudantes, organizados em três grupos, cada grupo com um professor acompanhante, visitaram e interagiram com lideranças, gestores públicos, direção de organizações sociais e econômicas, de três microrregiões do Planalto Catarinense. O resultado concreto da articulação e unidade da teoria e prática traduziu-se em três projetos apresentados no II Seminário Regional de Desenvolvimento. Para a elaboração dos projetos os estudantes receberam um roteiro servindo de guia para tal empreendimento. Os projetos contêm referenciais teóricos, princípios e valores que orientam a temática arbitrariamente eleita pela proposta pedagógica do curso nesta edição: a economia solidária tendo em perspectiva o desenvolvimento regional justo, solidário e sustentável. Esta outra economia vem tendo significativo impulso na região, dado que a UNIPLAC abriga uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas populares (ITCP UNIPLAC). O caminho percorrido demonstra mais uma vez a relevância do PROESDE enquanto uma política educacional do Estado de Santa Catarina realizada em parceria com Universidades Comunitárias, as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) e as Gerencias Regionais

[1] Prof. Dr do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE) da Universidade do Planalto Catarinense. Coordenador pedagógico do Curso de Extensão do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE).
e-mail: geraldolocks@gmail.com

[2] Prof. Ms. da Universidade do Planalto Catarinense.

[3] Profª Ms. da Universidade do Planalto Catarinense.

[4] Engº. Agrônomo. Diretor do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA).

de Educação (GEREDs). A iniciativa estimula a permanência do estudante no ensino superior, amplia sua qualificação profissional à medida que o prepara também para sua inserção no desenvolvimento regional.
Palavras-chave: PROESDE. Relato de experiência. Novas metodologias. Projetos socioeconômicos. Desenvolvimento Regional Sustentável.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Curso de Extensão Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) apresenta em cada edição desafios a serem enfrentados com engajamento e criatividade. Ocorre que o mesmo tem caráter complementar à graduação de onde o estudante é originário, sendo ofertado sistematicamente aos sábados. O estudante da Universidade Comunitária, como é o caso da UNIPLAC, tem nas características de seu perfil, ser trabalhador; estudar no período noturno uma vez que precisa conciliar seu trabalho profissional com a atividade acadêmica. Além de buscar recursos para complementar a renda familiar, ainda custeia seus estudos. Busca ansiosamente a possibilidade de uma bolsa para ter sua receita amenizada. Este contexto gera inúmeros desafios para a gestão do curso devendo ser considerado no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

O maior estímulo à participação do estudante no Curso reside na possibilidade de acesso à bolsa de estudos, que de fato é de direito e garante continuidade nos estudos, ao menos em caráter provisório. “Estou cansado”, “tenho muitas tarefas”, “neste sábado ainda tenho outras atividades acadêmicas”, são expressões usualmente repetidas pelos estudantes nos corredores da instituição. Trata-se de uma situação desafiadora para gestores, coordenação pedagógica e professores no sentido de se manter a mobilização, assiduidade e interesse efetivo dos acadêmicos integrantes do Curso. Persiste na cultura acadêmica regional recorrentemente uma classificação hierárquica do tripé universitário: em primeiro lugar o ensino, em segundo a pesquisa, e por último a extensão. Isto não se observa somente entre os estudantes, pois cérebros de gestores, pró-reitores, professores estão contaminados por esta ideia.

Além de ocupar no imaginário e na prática social o último lugar na classificação, a extensão ainda é compreendida como ação filantrópica, assistencialista, provisória, que de qualquer modo faz a universidade algo pela comunidade de seu entorno. Alterar esta percepção é necessário para que a Universidade se torne “socialmente relevante”, conforme refletem Mello; Filho e Ribeiro (2009). Ao comparar modelos de universidades do norte com a brasileira, afirmam estes articulistas que:

> Se uma universidade europeia ou norte-americana pode dar-se ao luxo de exibir, como principal distintivo, a pertinência científica – já que as ações sociais e as iniciativas de inovação tecnológica são assumidas pela forte e atuante sociedade civil ali presente –, a universidade brasileira precisa demonstrar, além da qualidade acadêmico-científica e sem de forma alguma renunciar a ela, relevância social. Justamente pela fragilidade da sociedade civil, no Brasil, a universidade tem o dever de ser culturalmente engajada, comprometida com a solução dos problemas da sociedade, com a superação da pobreza crônica, com o fim do analfabetismo, com a geração de alternativas econômicas. Pois, cumprir a Universidade parte da tarefa do estado e da sociedade civil não é uma questão de opção ideológica ou de voluntarismo: é uma imposição de sua própria historicidade desenvolvimento. (2009, p. 294)

As inúmeras edições do PROESDE tem demonstrado que se trata de uma iniciativa diferenciada da tradição extensionista da universidade. Atualmente o Curso perfaz uma carga de 200 horas e possibilita uma inserção acadêmica teórico-prática na realidade social, econômica e política com foco na formação do agente para o desenvolvimento regional.

Não obstante a relevância social deste Curso de extensão, ele não possui o controle acadêmico com as ferramentas que o professor detem na sua disciplina: um diário, diferentes modalidades de avaliação, uma nota bimestral e final que de certo modo estimula o estudante a cumprir seu 75% de frequência e conquistar um conceito ou nota que lhe indique aprovação. Nesta extensão, temos um contrato que obriga a frequência mínima, a possibilidade até da perda da bolsa, mas não se tem aquele elemento que define a “passagem” do estudante para outro patamar ou outro estágio. Os

critérios de avaliação residem nos valores da presença, participação, responsabilidade, engajamento nos estudos e práticas sociais desenvolvidas ao longo das atividades. O estudante tem a cultura da disciplina, da "matéria", da "nota", do "passar de ano", sendo muito diferente é o cenário do PROESDE. O que tem efeito positivo, ou seja, que gera efetivo compromisso discente é o "Regulamento do PROESDE" discutido e delineado entre as instituições de ensino superior que abrigam o Programa e a Secretaria de Estado da Educação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Segundo o Projeto Pedagógico de Curso aprovado em 2015, o "Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional tem como missão, habilitar profissionais com visão sistêmica e empreendedora, capazes de planejar, implantar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento regional sustentável da Serra Catarinense" (UNIPLAC, 2015, p.4). E como objetivo

> formar profissionais com visão social sistêmica e empreendedora, capazes de planejar, implantar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento sustentável e solidário. Bem como oportunizar ao estudante de graduação complementação à sua formação profissional por meio de referenciais teóricos articulados com sua inserção no desenvolvimento regional do Planalto Catarinense (idem, p. 11).

Outro dado de fundamento é que:

> O PROESDE é oferecido na modalidade de Curso de Extensão, contudo, busca-se articulação com o Ensino e a Pesquisa. Neste sentido o Curso organiza-se e em momentos de universidade e momentos de comunidade. Na universidade o estudante aproxima-se de referenciais teóricos por meio de módulos temáticos e nos momentos de comunidade, realiza sua inserção com a realidade social, econômica, política, cultural e ambiental de uma determinada microrregião Planalto Catarinense. A articulação teoria/prática/teoria ocorre na interação dos tempos universidade e comunidade (ibidem, p. 12).

Do ponto de vista dos módulos temáticos o Curso pauta-se pelos seguintes temas: Desenvolvimento Regional, Cidadania e Políticas Públicas; Infraestrutura/logística Planejamento Estratégico e Participativo; Elaboração de Projeto de Desenvolvimento Regional, Educação Ambiental e Sustentabilidade, Estudos sócio-antropológicos: cultura regional e relações de gênero, Economia Solidária: política pública e a ITCP/UNIPLAC. Faz-se desnecessário qualquer detalhamento sobre estas temáticas uma vez que são discutidas no coletivo das Instituições de Ensino Superior e os demais parceiros do Programa, como as Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs), Gerências Regionais de Educação (GEREDs) e a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Inovação do PROESDE/UNIPLAC 2015, ocorreram nos aspectos metodológicos e na orientação do que denominamos de eixo temático. O grupo de 53 estudantes foi organizado para se protagonista das ações pedagógicas. O "tempo universidade" se constituiu em 80 horas em sala de aula, onde foram ministrados os módulos temáticos por professores com aderência às respectivas áreas dos conhecimentos. Os módulos no "tempo-universidade" tiveram finalidade, segundo o Projeto de Curso, de proporcionar aos estudantes a aproximação com conceitos e referenciais teóricos articulados com a realidade local e global (p. 15), sem perder de vista o "tempo-comunidade". Neste, onde o grupo é subdivido em três Grupos de Trabalhos (GTs) inserido em três microrregiões numa carga horária de 120 horas, incluindo as conferências e os dois seminários regionais. Pode-se identificar no quadro abaixo o mapa das microrregiões cujos critérios de elaboração foram proximidades geográficas, características socioculturais comuns e de desenvolvimento socioeconômico similares.

Microrregião I	São Joaquim, Bom Jardim, Urupema, Urubici, Rio Rufino e Bom Retiro
Microrregião II	Lages, Palmeira, Otacílio Costa, Correia Pinto, Painel, Ponte Alta e Bocaina do Sul
Microrregião III	Capão Alto, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Anita Garibaldi, São José do Cerrito

Cada GT teve o acompanhamento de um professor para desenvolvimentos os seguintes objetivos: a) caracterizar sócio, econômica, cultural, polícia e ambientalmente a sua microrregião; b) identificar e descrever o processo de desenvolvimento em curso; c) apontar lacunas, demandas e potencialidades da microrregião; d) propor plano, programas projetos ou ações que venham incrementar o desenvolvimento numa perspectiva sustentável e solidária.

As visitas de campo foram preparadas entre professores e o GT de estudantes com bastante antecedência. Podemos sintetizar em 4 momentos: Momento I: Elaboração do diagnóstico/caracterização da microrregião a ser apresentado e debatido no primeiro seminário; Momento II: Identificar lacunas, demandas e potencialidades da microrregião; Momento III: Momento de construção de planos, programas, projetos ou ações em vista do desenvolvimento microrregional; Momento IV: Sistematização do documento a ser apresentado no segundo seminário regional quando ocorrerá a entrega de um Plano de Desenvolvimento Regional aos agentes de desenvolvimento do Planalto Catarinense.

Na prática os GTs realizaram a visita de campo com um eixo temático arbitrariamente definido: a economia solidária. A razão desta escolha foi a convicção de que a econômica solidária apresenta uma nova forma de organização econômica e que tem potencial para colocar em cena um paradigma de desenvolvimento regional justo, solidária e sustentável. Paul Singer (2002, p. 83), afirma que na dinâmica de um empreendimento econômico solidário o capital da empresa é apropriado por aqueles que dela fazem parte, pois todos são seus proprietários e todos os trabalhadores tem o poder de decisão. O autor defende que a economia solidária é mais que um modo de produção, ela é também um novo modo de vida, de relações, pois está embasada na solidariedade entre as pessoas, no estabelecimento de laços de confiança e, na participação dos trabalhadores. Ela apresenta-se como uma alternativa de trabalho e renda para muitas pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal. Ou seja, trata-se de uma economia onde sua lógica vai além da geração de trabalho e renda, mas considera novas relações, uma convivência solidária entre as pessoas. A escolha desta temática ocorreu também pelo fato dos professores acompanhantes dos GTs já acumularem conhecimentos e práticas neste campo do conhecimento.

A economia solidária desde 2014 vem conquistando espaço na Universidade e se desenvolvendo como política pública na região. Podemos ilustrar o caso de Lages, cujo município em dezembro de 2014, teve sua lei municipal de fomento à economia solidária e à agricultura familiar. A feira municipal de economia solidária vem produzindo visibilidade social e política a esta “outra economia” no território do Planalto Catarinense. A UNIPLAC atualmente tem num de seus projetos de extensão a Incubadora de Cooperativas Tecnológicas Populares (ITCP). Conta com uma equipe de 15 professores, estudantes e técnicos realizando processo de incubação e pós incubação de empreendimentos econômicos solidários existentes ou emergindo no meio urbano e rural. Entre outras atividades econômicas que movem estes empreendimentos, a organização de trabalhadores catadores de resíduos sólidos vem se constituindo num dos focos de atenção e da ITCP, administrações públicas e outros parceiros apoiadores.

O Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA), desenvolve o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS), buscando desenvolver na região a Política Nacional de Resíduos Sólidos conforme preconiza a Lei 12.305/2010. Entre 18 municípios que compõem o CISAMA, dois deles em 2015, tiveram cooperativas de catadores constituídas e mais quatro municípios de forma integrada já discutem outra cooperativa. Estas organizações se orientam pela legislação do cooperativismo brasileiro e pelos princípios e valores da economia solidária, ou seja: autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, distribuição equitativa dos resultados do trabalho, cuidado com o meio ambiente e compromisso com o entorno social onde atua o empreendimento. Na edição dos PROESDE 2015, o eixo temático da economia solidária ocupou significativa agenda, tanto no “tempo- universidade”, como também no “ tempo-comunidade”, pois se aposta nesta estratégia como um caminho para o desenvolvimento regional justo, solidário e sustentável.

Do ponto de vista metodológico, anteviu-se que a realidade a ser conhecida ou reconhecida por meio da visita de campo deveria ser observada criticamente, ouvida em suas interpelações, registrada em caderno de campo e interpretada, conforme, ensina a produção do conhecimento em ciências

sociais, como indica Oliveira (1998). Junto desta perspectiva teórica de pesquisa, foi entregue aos GTs, um roteiro como ferramenta para orientar a elaboração de projetos, isto é, uma proposição concreta de ação que fosse exequível e referência a ser adotada possivelmente, enquanto política púbica. O projeto que apresentamos no decorrer deste relato de experiência segue o roteiro indicado previamente.

Alguns encontros dos GTs com os professores foram realizados no "momento- universidade" tendo em vista o cumprimento de alguns momentos supracitados. As visitas de campo, ou "momento-comunidade" tiveram como objetivo o conhecimento in loco dos dados e informações obtidas. Não foi possível visitar todos os municípios que compunham a priori todas as microrregiões, mas um ou dois municípios visitados, serviram de referência para a pesquisa. O roteiro elaborado com o auxílio dos professores tornou-se uma ferramenta fundamental para que os GTs pudessem seguir os passos na elaboração do projeto. Ele pode ser visualizado num dos projetos desenvolvidos por um GT que apresentamos abaixo com finalidade de ilustrar um dos resultados do PROESDE desta edição 2015, ressalvando-se que se trata de um projeto em construção.

Projeto:
Organização e Fortalecimento de Redes Agroindústrias Familiares, Artesanato e Agroecologia

1. Proponente: PROESDE/ UNIPLAC

2. Identificação do Projeto: Organização e fortalecimento de redes de agroindústrias familiares, artesanato e agroecologia, como estratégia de certificação e construção de mercados alternativos de comercialização na região serrana de Santa Catarina.

3. Identificação de parcerias da sociedade civil e política no desenvolvimento do Projeto. Na economia solidária três atores estão relacionados sua atividade:
Poder público: Empresa de Pesquisa, Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Secretaria Municipal de Agricultura de Lages, Serviço de Inspeção Municipal–SIM, Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense, Universidade do Estado de Santa Catarina/Centro AgroVeterinária/ AV/UDESC, Instituto Federal de Santa Catarina/Lages, Secretarias de Desenvolvimento Regional (Lages e São Joaquim).
Empreendimentos/ Organizações da sociedade Civil: Agroindústrias familiares registradas no SIM, Associações e cooperativas da agricultura familiar, empreendimentos da economia solidária e artesanato, rede de agroecologia, sindicatos da agricultura familiar, Centro Vianei de Educação Popular, Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP UNIPLAC).
Entidades apoiadores: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil- SICOOB, Prefeituras Municipais, Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária- CRESOL, Associação Comercial e Industrial de Lages-ACIL, Banco do Brasil/TDEX, Secretaria de Planejamento Municipal - SEPLAM/ Lages.

4. Descrição da metodologia:
- Constituir Equipe Multidisciplinar de Assessoria nos campos do conhecimento: (Administração, Contábeis, Agronomia, Veterinária, Marketing, Jornalismo, Direito, Arquitetura, Engenharia, Economia, Serviço Social);
- Realizar o mapeamento dos empreendimentos econômicos;
-Constituir e articular as redes de: Agroecologia, Agrindústrias familiares, Artesanato e economia solidária.
-Certificação sanitária, de orgânicos e de origem para os produtos das redes participantes do projeto.
-Organização/unificação das estratégias de comercialização: Pontos de venda, Circuitos de comercialização e mercado público regional.
-Gestão e operacionalização da comercialização dos produtos da Agroecologia, das Agroindústrias familiares, do Artesanato e da Economia Solidária.

5. Justificação: relevância do Projeto; demandas, dificuldades e potencialidades
A economia solidária desenvolve um papel fundamental de fazer avançar no contexto dos territórios os novos paradigmas e práticas de desenvolvimento econômico com sustentabilidade, qualificando sua capacidade de planejamento, organização e desenvolvimento territorial. Fortalecendo, por meio de ações integradas, os empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação.

Constata-se que, isoladamente, esses empreendimentos têm pouca força de sustentação econômica em uma situação de forte dependência. A organização e fortalecimento de redes de cooperação possibilita a estruturação da economia familiar e da economia solidária, agregando valor aos seus produtos e serviços; dinamizando portanto a economia do território.

Partimos das constatações feitas durante o trabalho de campo. Há diversas unidades familiares rurais que se encontram organizadas em associações, cooperativas e sindicatos. Ambas apresentam dificuldades semelhantes na certificação de seus produtos para inserção no mercado.

Na certificação sanitária, os empreendimentos da Associação de Produtores de Frangos Caipiras em São José do Cerrito e Associação dos Apicultores de Capão Alto, encontram-se com o acesso ao mercado limitado pela abrangência do Serviço de Inspeção Municipal. O alcance do Serviço de Inspeção Brasileiro – SISBI é a meta do CISAMA para expandir o mercado das agroindústrias participantes do programa.

Na certificação de origem, o queijo artesanal serrano busca o reconhecimento como produto historicamente produzido na região e a indicação geográfica é meta da EPAGRI no projeto queijo serrano. Para além do queijo, a região possui outros produtos com possibilidade de alcance da indicação geográfica: a maçã, mel de bracatinga, frescal, vime e mais recentemente os vinhos de altitude.

Na certificação de produtos orgânicos, os produtores ligados à Rede de Agroecologia – ECOVIDA tem alcançado mercados fora do território, através das rotas de comercialização e o mercado institucional. O limite é a produção, a falta de alimentos orgânicos para atender o mercado, além da formulação de uma estratégia de venda direta em toda a região serrana e inclusão de novos produtores à rede.

A certificação dos empreendimentos no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário é feita pelo Mapeamento da Economia Solidária, ação desenvolvida na região por duas vezes sendo que, no entanto, os empreendimentos visitados não foram mapeados. Pode ser uma meta da ITCP/UNIPLAC a atualização e mapeamento dos empreendimentos de economia solidária do território.

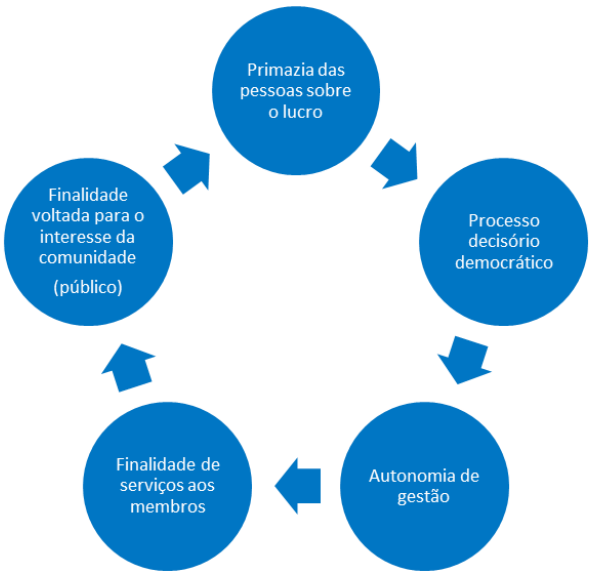
Identificou-se que a maioria das organizações não tem clareza das exigências legais e o que deve ser encaminhado para a comercialização de seus produtos. Qual é o impasse: a certificação da produção. As organizações de agricultores e empreendimentos da economia solidária estão dando certo, mas há um distanciamento dos órgãos públicos no atendimento ás demandas das organizações para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

6. Referenciais teóricos: fundamentar teoricamente com autores do campo do conhecimento – economia solidária – trazendo os conceitos, princípios e valores que orientam o projeto
Delimitando a Economia Social e Solidária: pelos atores, atividades e Princípios.

- Atores: Relativamente excluídos das atividades econômicas formais

- Atividades: Necessárias, inovadoras, que , em geral, não são oferecidas pelo mercado e pelo Estado

- Princípios: De cooperação: funcionamento democrático, as atividades são determinadas pelos membros (finalidade); participação dos membros na governança; apropriação sustentável e coletiva dos resultados.



Delimitando a Economia Social e Solidária: pelas dimensões
- Dimensão Social: Promove associação livre com vistas a atender a demandas da sociedade
- Dimensão Econômica: Geram empregos e produzem riqueza, além de combinar diferentes formas de atividade econômica
- Dimensão Política: Contribui para a promoção da democracia, por meio da participação cidadã.

As redes sociais de cooperação são instrumentos eficazes de emprego do capital social gerado em um território a partir das relações humanas e sociais, que o transforma em instrumento de otimização das iniciativas coletivas, rumo à formulação, implementação e gestão de planos de desenvolvimento sustentável. Estas redes se formam a partir do resgate do que foi historicamente construído entre as pessoas e os grupos sociais, da sua interação com o espaço e o ambiente, consolidando grupos sociais que reafirmam identidades e interesses comuns, onde se desenvolvem laços de solidariedade, reciprocidade, confiança e cooperação.

As redes são arranjos integradores onde transitam informações, conhecimentos, ampliando as capacidades humanas e institucionais, facilitando as relações políticas, econômicas, culturais e sociais. Naturalmente as redes sociais de cooperação são elementos facilitadores da integração e da aprendizagem, do intercâmbio e da cooperação, que podem viabilizar iniciativas que estão fora do alcance de grupos isolados e com referências restritas ao ambiente onde atuam. As redes sociais de co-operação são mecanismos fundamentais para a integração ativa do espaço local ao global e do incremento da competitividade territorial.

7. Articulação e incidência do Projeto com as Políticas Públicas em todas as esferas de governo, ou seja, municipal, estadual e federal
- Certificação sanitária: SUASA/SISBI: Ministério da Agricultura, CISAMA, Serviços de Inspeção Municipal e Rede de Agroindústrias Familiares;
- Certificação de orgânicos: Ministério da Agricultura, Comissão Estadual de Certificação e Rede Ecovida de Agroecologia
- Certificação de Origem: Ministério da Agricultura e associações de produtores/produtos regionais
- Certificação de empreendimentos participantes do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário: Ministério do Trabalho e Previdência Social/ SENAES

8. Apresentação da Planilha ou valores estimados para execução do Projeto com as respectivas fontes dos recursos a serem buscados

O valor de referência do projeto será proporcional à quantidade de empreendimentos diretamente beneficiados no território serra catarinense, não podendo ser superior a R$ 30 mil por empreendimento (edital 01/2015 SENAES); o número de empreendimentos mínimo de 20 e máximo de 40; o prazo do projeto mínimo de 24 meses.

As despesas financiáveis referem-se somente a custeio: material didático e combustível, horas técnicas dos profissionais, participação em feiras, eventos, capacitações, intercâmbios, circuitos de logística de produtos...

9. Descrição dos resultados esperados;
-Produtos certificados; geração de emprego e renda reduzindo êxodo rural; expansão de mercados e valorização dos produtos regionais; criação, organização, fortalecimento, unificação e inclusão de empreendimentos nas redes

10. Explicitar como está previsto o processo de avaliação do Projeto ao longo de seu desenvolvimento:
-Construção de indicadores: Números de empreendimentos participantes da rede, número de empreendimentos certificados, evolução da renda, nível de aceitação dos produtos regionais.

11. Nome do(s) responsáveis do projeto e contato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de experiência do Programa de Ensino Superior para o Desenvolvimento Regional descrito acima, além de cumprir um quesito acadêmico, é útil para socializar uma prática educativa na modalidade de extensão universitária. Um curso complementar à graduação realizado pela Universidade e articulado com parceiros tais como a Secretaria de Estado da Educação, as Secretarias Regionais de Desenvolvimento e as Gerências Regionais de Educação é da maior importância.

Coloca importantes atores coletivos institucionais num movimento comum: implementar iniciativas de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional. É da natureza destas instituições esta missão, ainda que cada qual apresente suas especificidades, diversidades e complexidades de ações.

O desenvolvimento regional do Planalto Catarinense tem se caracterizado historicamente por ser socialmente desigual, economicamente injusto e ambientalmente predatório. As estruturas administrativas e seus gestores municipais tem tido dificuldades políticas, econômicas e de gestão na implementação de um modelo de desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável. Neste sentido, é sempre bem vindo um curso que oportunize formação de quadros ágeis, eficientes e comprometidos com o interesse público, contribuindo assim com a formação de agentes sociais e políticos; desenvolver dirigentes, gerentes e técnicos para a gestão do desenvolvimento bem como formar lideranças para organizações e movimentos sociais comprometidos com o desenvolvimento regional solidário e sustentável; favorecer a capacitação continuada de recursos humanos na região da Serra Catarinense; favorecer a formação de competências essenciais para a gestão de qualidade.

A escolha arbitrária do eixo temático “economia solidária” perpassando o curso foi positiva uma vez que os cursistas familiarizaram-se com práticas sociais e econômicas coletivas orientadas pelos valores desta “outra economia”, reiterando o que afirma Singer (2002), ela representa muito mais do que simples geração de trabalho e renda, mas permite novas relações humanas, centradas nas necessidades dos bens indispensáveis ao bem viver, onde não há subordinação do capital sobre o trabalho.

Recorrendo a trajetória da edição do PROESDE 2015, observada por meio dos processos socioeducativos empreendidos, conhecidas as proposições de projetos formulados pelos GTs, podemos saudar como muito positiva, tendo em perspectiva esta escolha teórico-metodológica a ser implementada novamente no cenário do PROESDE de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MELLO, Alex Fiúza; FILHO, Naomar de Almeida; RIBEIRO, Renato Janine. Por Uma Universidade Socialmente Relevante. In: **Atos de Pesquisa em Educação** – PPGE/ME/ Universidade Regional de Blumenau. v. 4, nº 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 1998.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.2.p. p. 81-129.

UNIPLAC. Projeto de Curso de Extensão: Programa de Educação Superior para o desenvolvimento Regional. Lages, SC. 2015.

LEIS DE INCENTIVO FISCAL E O POTENCIAL DE DOAÇÃO AO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DA REGIÃO DA AMREC

Diandra Meneghel[1]
Marília Alexandre[2]
Mario Sérgio Bortolatto[3]
Alisson Joaquim Flor[4]
Vanessa Isabel Cataneo[5]

RESUMO

O FIA (Fundo da Infância e Adolescência) trata-se de um fundo especial para captação de recursos para programas direcionados à infância e à adolescência. Por meio da Lei 12594/2012, tornou-se mais fácil fazer as doações. As contribuições arrecadadas serão aplicadas ao desenvolvimento de projetos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes com vulnerabilidade social. O programa é gerido pelo órgão CMDCA de cada município, que direciona tais recursos aos projetos aprovados. Resultados?

Palavras-chave: FIA. Lei 12594/2012. Recursos.

1 INTRODUÇÃO

O poder público federal possibilita que o contribuinte pessoa física e pessoa jurídica contribuam com projetos que englobam destes eventos culturais, como música, dança, teatro até projetos assistencialistas a criança e ao adolescente. O presente artigo tem a finalidade de esclarecer sobre como o contribuinte pode ser um agente ativo para com projetos que atendam as diretrizes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA municipal.

O Fundo da Infância e Adolescência - FIA que é a ferramenta utilizada pelo CMDCA para gerir os recursos oriundos da colaboração destinados a atender as diretrizes em benefício de crianças e adolescentes.

Apresentaremos (escrever no impessoal) também o levantamento do potencial de colaboração dos municípios pertencentes à Associação do Municípios da Região Carbonífera – AMREC, correlacionando com o Produto Interno Bruto – PIB de cada um dos participantes.

Em função da falta de conhecimento de grande parte da sociedade, bem como do meio acadêmico, o referente artigo também será uma ferramenta para exemplificar qual o valor e os passos a serem realizados para destinação dos recursos ao referido fundo.

1 Graduando da 4ª fase do curso de Ciências Contábeis da Universidade Unibave. E-mail: diandra.meneghel@gmail.com

2 Graduando da 4ª fase do curso de Direito da Universidade Unibave. E-mail: mah.alexandre@hotmail.com

3 Professor do curso Proesde do Centro Universitário Barriga Verde - E-mail: mariobortolatto@hotmail.com

4 Professor do curso Proesde do Centro Universitário Barriga Verde - E-mail: alissonjoaquim@hotmail.com

5 Coordenadora de extensão do Centro Universitário Barriga Verde: vanessaisacataneo@hotmail.com

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 LEIS DE INCENTIVO FISCAL

O incentivo fiscal é um instrumento usado pelo governo para estimular atividades específicas por prazo determinado e constitui-se em uma forma de a empresa ou pessoa física escolher a destinação de uma parte dos impostos que já seriam pagos por ela, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de projetos pela sociedade.

Na prática, o poder público abre mão de uma parte dos recursos que receberia para incentivar a execução de iniciativas sociais, culturais, educacionais, de saúde e esportivas, em benefício de várias pessoas. O investidor, por sua vez, apoia causas que podem acompanhar e potencializar. Atualmente, pessoas físicas e jurídicas têm à disposição mecanismo de renúncia fiscal, estaduais e municipais com diferentes regras. Em troca do aporte de recursos, as empresas obtêm contrapartidas dos apoiados - como exposição da marca em materiais de divulgação, cotas de ingressos para espetáculos, selos públicos, placas de reconhecimento, entre outras possibilidades.

2.1.1 Lei do Audiovisual

A Lei 8.685/93, conhecida como lei do audiovisual, concede incentivos fiscais a pessoas físicas e jurídicas com Certificados de Investimento Audiovisual, títulos representativos de quotas de participação em obras cinematográficas. A dedução está limitada a 3% do Imposto de Renda devido, tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas.

2.1.2 Lei do Incentivo ao Esporte

Por meio da Lei Federal nº 11.438/06, ou Lei de Incentivo ao Esporte, empresas podem investir até 1% do imposto de renda devido em projetos esportivos. Investe-se em um ano e só se vai deduzir do imposto a pagar no ano seguinte, após se fazer a declaração de IRPJ. Essa lei permite que municípios, estados e autarquias sejam também proponentes de iniciativas, desde que tenham finalidade esportiva educacional, de participação ou de rendimento, preferencialmente para comunidades de elevada vulnerabilidade social. Os projetos também são avaliados e monitorados pelo Ministério???. Os incentivos dessa lei têm dedução de 100% do que? e podem ocorrer nas formas de patrocínio, quando têm finalidade promocional e institucional de publicidade, ou de doação, quando o benefício é usado em iniciativas de cunho social sem publicidade e há, por exemplo, distribuição gratuita de ingressos para grupos vulneráveis, a fim de contribuir para sua inclusão.

2.1.3 Lei do Incentivo à Cultura

Pela Lei Federal de Incentivo à Cultura ou Lei Rouanet, nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, as empresas têm a chance de investir em projetos culturais realizados em todo o país. A pessoa jurídica pode destinar até 4% do seu imposto de renda devido a um projeto cultural e obter dedução total desse valor no imposto de renda (pelo artigo 18 da lei) ou dedução parcial (pelo artigo 26). Verificar como citar os artigos da lei

Pelo artigo 18 da Rouanet, bastante ligado à conservação de patrimônio e de acervos, as pessoas jurídicas podem obter abatimento de até 4% do imposto de renda devido, texto que repete calculado à alíquota de 15%, para apoiar projetos. Ao declarar seu imposto, a pessoa jurídica que apoia projetos classificados pelo Ministério da Cultura no artigo 18 não pode deduzir o valor da doação ou do patrocínio como despesa operacional. A despesa do incentivo fiscal é considerada não dedutível, porém 100% do seu valor pode ser abatido no imposto qual imposto? a ser pago.

Via artigo 26, voltado, sobretudo, à realização de projetos e de espetáculos, a empresa também pode destinar 4% do imposto calculado à alíquota de 15% repete o texto?. No entanto, há abatimento do imposto a pagar de apenas 40% do valor da doação e de somente 30% do valor em patrocínio. A lei determina que os abatimentos no imposto sejam maiores na doação (40%) do que no patrocínio (30%). Isso porque, pelo patrocínio, haverá um ganho também pela exposição da marca. Ao declarar seu imposto, a pessoa jurídica que apoia projetos classificados pelo Ministério da Cultura no artigo 26

poderá considerar 100% do valor aplicado como dedutível na despesa operacional, tanto às doações, como para os patrocínios. Ao abater como despesa operacional, o investidor amplia seu incentivo em cerca de 25%.

2.1.4 Lei do Estatuto do Idoso

A Lei Federal nº 10.741/03, que estabelece o Estatuto do Idoso, permite à pessoa jurídica deduzir imposto de renda devido de doações feitas ao Fundo Nacional do Idoso, que financia ações voltadas a esse público nos níveis nacional, estadual ou municipal. O limite é de até 1% do que?, e o investidor tem de escolher a instituição sem fins lucrativos com projetos cadastrados no *site* do Fundo, gerar o boleto bancário e pagá-lo. A doação e a dedução devem ocorrer no mesmo ano-calendário.

2.1.5 Lei de Incentivo Fiscal Fundo da Infância e Adolescência

A Lei nº 8069/90, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, permitiu aos contribuintes do Imposto de Renda, deduzir da renda bruta o total das doações efetuadas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para as Pessoas Físicas, o limite de doação e até de 6% da renda bruta (Lei nº 9.250/95). Já para as Pessoas Jurídicas, de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 86/94, o limite é de 1% da renda bruta (Lei nº 9.532/97), sendo que somente pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real podem doar para o FIA, tendo o prazo de até o último dia útil de cada trimestre de apuração, caso possuir regime de lucro real trimestral ou até o último dia útil do ano de apuração, caso possuam regime de lucro real anual.

Por meio da Lei 12594/2012, as doações ao FIA - Fundo da Infância e Adolescente tornaram-se mais fáceis, pois as doações precisavam ocorrer até 31/12 no ano corrente. Com este avanço, os contribuintes podem efetivar suas doações diretamente em suas declarações de ajuste anual.

As contribuições são aplicadas ao desenvolvimento de projetos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes com vulnerabilidade social, para reduzir fome e miséria, usadas para fortalecer programas de acompanhamento e formação continuada de adolescentes, possibilitar a capacitação de Recursos Humanos, investimentos em projetos de pesquisa e estudo, além de evitar que crianças e adolescentes fiquem sujeitas a situações de abandono, desabrigo e maus tratos.

Os recursos do Fundo Especial à Infância e Adolescência não podem ser utilizados para manutenção das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes (Art.9 da Lei nº 8.069/90).

A receita arrecadada pelo imposto de renda, caso não seja destinada ao FIA, vai para o caixa único da União, de onde o recurso é repartido para as políticas coordenadas pelo Governo Federal, como a saúde, educação, infraestrutura, além de gastos com manutenção da máquina pública. Sobre esse aspecto, é importante destacar a oportunidade que o Fundo representa de municipalização e otimização de recursos.

3 FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA: CARACTERIZAÇÃO

De acordo com a da Lei nº 4.320/64, os recursos para o FIA ocorrem por meio de doações voluntárias, por multas administrativas, multas impostas em sede de ação civil pública e por parte da arrecadação do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas. Em âmbito municipal, o FIA é gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos das Crianças (CMDCA), com o apoio dos órgãos encarregados do planejamento e finanças do município, bem como as demais normas relativas à gestão de recursos públicos.

O CMDCA, criado pela Lei Municipal nº 2.514/90, é um órgão normativo, consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e à juventude. Tendo como competências básicas formular políticas de atendimento, defesa, promoção e fiscalização da violação aos direitos das crianças e adolescentes, além de ter como objetivo o controle social, articular os programas, serviços e ações em rede de atendimento integrado.

Fica instituído no âmbito do Município de Criciúma, o "Leão Amigo da Criança" de incentivo às empresas legalmente constituídas e às pessoas físicas residentes no município que contribuírem com o Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência. (Lei nº 5439/09, art 1º).

As referências citadas a cima (somente leis??) foram baseadas no municipio de Cricíuma, pois o mesmo é o municipio da AMREC com o maior Produto Interno Bruto e com o maior potencial de arrecadação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral desta pesquisa foi apresentar informações para o conhecimento sobre o Fundo da Infância e do Adolescente - FIA da região da AMREC. Adotou-se uma abordagem metodológica que fosse condizente com os dados que se encontravam disponíveis e com os que puderam ser gerados no prazo de realização desse estudo – qual foi a abordagem metodológica?. Este artigo está classificado em caráter qualitativo e exploratorio por que?

Apenas um parágrafo para falar do item procedimento metodológico?.

5 MECANISMOS DE ACESSO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pelo CMDCA relativas ao FIA, a campanha para captação de recursos é apenas uma das suas funções para que a campanha aconteça e produza resultados, um conjunto de ações e deliberações, inclusive por força de lei, devem ocorrer, antes e depois desse momento. Como, por exemplo, a:

- Elaboração do Plano de Ação e Aplicação dos recursos do FIA;
- Aprovação e publicação da Resolução com critérios para inscrição dos projetos e/ou Edital de Fundo Geral;
- Análise e chancela dos projetos pela comissão do CMDCA;
- Campanha de Captação do FIA no Ano Base;
- Análise dos recursos recebidos;
- Emissão da DBF;
- Assinatura do Convênio com instituições que arrecadaram o valor total do projeto;
- Início dos projetos que captaram recursos;
- Repasse dos recursos captados no Ano da Declaração;
- Monitoramento dos projetos;
- Prestação de contas;
- Publicação do relatório FIA.

Novamente um item com pouco conteúdo

6 PROCEDIMENTO DE DOAÇÃO - DEDUÇÃO NO IMPOSTO DE RENDA

6.1 PESSOAS FÍSICAS

A Lei 12.594/12 possibilitou as pessoas físicas a deduzir um valor de até 6% (seis por cento) do Imposto de Renda Devido. Para fazer a destinação do imposto de renda por pessoas físicas ao FIA é necessário fazer a declaração de ajuste anual pelo modelo completo.

A pessoa física poderá efetuar doação correspondente a um montante de 3% (se vai colocar o valor por extenso, coloca para todos) do valor do imposto de renda devido no exercício, não podendo ultrapassar esse percentual. Qualquer valor excedente a este percentual poderá ser deduzido quando da declaração de imposto de renda no próximo ano, desde que, somadas outras doações, não ultrapasse o montante de 6% (seis por cento) do imposto de renda devido. Relato vago referente ao processo

6.2 PESSOAS JURÍDICAS

De acordo com a Instrução Normativa SRF nº 86/94, somente podem doar para o FIA as Pessoas Jurídicas tributadas pelo lucro real. As Pessoas jurídicas com regime de lucro real trimestral têm até o último dia útil de cada trimestre de apuração para fazer a doação, já as Pessoas Jurídicas com regime de lucro real anual tem até o último dia útil do ano de apuração.

As Pessoas Jurídicas são limitadas a doar 1% do seu Imposto de Renda Devido, durante o período base, podendo abater inclusive do Imposto de Renda recolhido por estimativa. Essa dedução deve ser calculada sobre o Imposto de Renda Devido, diminuído do adicional, apurado no mês ou trimestre da destinação. Relato vago referente ao processo

7 ESTIMATIVA DO POTENCIAL DE ARRECADAÇÃO - REGIÃO AMREC

A tabela 1 demonstra um potencial estimativo de arrecadação dos municípios da região da AMREC, realizado através do PIB dos municípios. Dessa forma, foi possível estimar um valor de arrecadação por meio de doações do imposto de renda devido para o Fundo da Infância e do Adolescente.

Tabela 1 - Estimativa de potencial de arrecadação – Região AMREC

Município	Habitantes	PIB 2012	Fia Estimando
Balneário Rincão	11.628	-	-
Cocal do Sul	15.860	R$ 432.388.200,00	R$ 340.325,44
Criciúma	202.395	R$ 4.099.678.937,00	R$ 3.226.787,93
Forquilhinha	24.256	R$ 656.138.641,00	R$ 516.435,62
Içara	51.416	R$ 1.040.719.628,00	R$ 819.132,81
Lauro Muller	14.841	R$ 202.933.771,00	R$ 159.725,74
Morro da Fumaça	16.888	R$ 483.960.911,00	R$ 380.917,44
Nova Veneza	14.098	R$ 422.245.526,00	R$ 332.342,31
Orleans	22.171	R$ 608.016.504,00	R$ 478.559,50
Siderópolis	13.499	R$ 351.663.923,00	R$ 276.788,72
Treviso	3.706	R$ 188.694.542,00	R$ 148.518,28
Urussanga	20.826	R$ 563.196.251,00	R$ 443.282,24

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais -2012. Não consta na referência

O cálculo estimado foi levado em consideração a carga tributária de 6% do imposto de renda sobre o PIB e percentual de capitação possível de 0,08% em relação ao IR, com base em dados da Agência Florianópolis Receita Federal do Brasil.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O FIA (Fundo da Infância e da Adolescência) trata-se um fundo especial criado por lei para captar recursos que serão destinados especificamente para área da infância e adolescência, tendo a finalidade específica de financiar programas, projetos e ações voltados à promoção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente e suas respectivas famílias.

A gestão do FIA é de competência da CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente). A forma de utilização dos recursos captados pelo FIA deve estar prevista, em linhas gerais, pela Lei Municipal que o criou, cabendo ao CMDCA, dentro dos parâmetros legais estabelecidos, definir quais os programas que serão beneficiados.

O FIA tem várias formas de captação de receita: através de doações voluntárias, por multas administrativas, multas impostas em sede de ação civil pública e por parte da arrecadação do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas.

A receita arrecadada pelo imposto de renda, caso não seja destinada ao FIA, vai para o caixa único da União, de onde o recurso é repartido para as políticas coordenadas pelo Governo Federal, como a saúde, educação, infraestrutura, além de gastos com manutenção da máquina pública. Sobre esse aspecto, é importante destacar a oportunidade que o Fundo representa de municipalização e otimização de recursos. Ao invés de ser destinado ao Governo Federal, o dinheiro pode ser investido com maior agilidade em projetos locais de proteção aos direitos da infância e da adolescência, ajudando no futuro da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 8.685, de 20 DE Julho de 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8685.htm > . Acesso em 1707/2015.

_____. Lei complementar nº 11.438, de 29 de Dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm >. Acesso em 24/07/2015.

_____. Lei complementar nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm >. Acesso em 24/07/2015.

_____. Lei complementar no 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm >. Acesso em 26/07/2015.

_____. Lei complementar nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm >. Acesso em: 26/07/2015.

_____. Lei complementar nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9250.htm >. Acesso em: 30/07/15.

_____. Lei complementar nº 9.532, de 10 de Dezembro de 1997. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9532.htm >. Acesso em: 30/07/2015.

_____. Lei complementar nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm >. Acesso em: 30/07/15.

_____. Lei complementar no 4.320, de 17 de Março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm >. Acesso em: 30/07/15.

_____. Lei complementar Municipal nº 2.514/90. Disponível em: < https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-ordinaria/2009/544/5439/lei-ordinaria-n-5439-2009-institui-a-iniciativa-leao-amigo-da-crianca-no-ambito-do-municipio-de-criciuma-e-da-outras-providencias >. Acesso em: 02/08/15.

_____. Lei complementar nº 12.594 de 18de Janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm > Acesso em: 02/08/2015.

Sistema Normas Receita Federal. Disponível em: < http://sijut2.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?&visao=original&idAto=14422 > Acesso em: 05/08/2015.

Demetrio, Ademir José – Coordenador PROESDE
ademir.jose@univille.br
Kempner, José – Professor PROESDE
jose.kempner@gmail.com
Kunze, José Dionício – Professor PROESDE
Jose kunze323@terra.com.br

RESUMO

Trata-se do relato de um projeto de extensão da UNIVILLE, participante de um Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE, o qual consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação do cidadão capaz de intervir nas políticas públicas, mediante a articulação entre sua formação acadêmica com o desenvolvimento socioeconômico da região, oferecendo aos estudantes bolsas de estudos, tendo como contrapartida a participação em curso dividido em módulos. Oportuniza-se aos estudantes conteúdos sobre desenvolvimento regional dentro dos limites de abrangência da Universidade O projeto acontece há um ano e os resultados mostram o quanto é importante para os estudantes e para a comunidade. Embora os alunos estejam matriculados em diferentes cursos, os conteúdos oferecidos colaboram para a sua integração, a buscar alternativas para a solução dos problemas que afetam à comunidade. . Os professores servem como indutores do processo de conhecimento teórico e prático das questões públicas. Foram elaborados pelos acadêmicos projetos para auxílio à comunidade, atualização de projetos junto à Agência de Desenvolvimento Regional e troca de experiência com os professores e participantes da gestão pública.

Palavras-chave: Projeto. Desenvolvimento Regional. PROESDE.

INTRODUÇÃO

A concretização do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional - PROESDE oportuniza maior inserção da UNIVILLE na sua região de abrangência, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento regional através da formação de profissionais com visão sistêmica e empreendedora, capazes de planejar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, entende-se que para gerar desenvolvimento não basta produzir crescimento econômico, mas é necessário integrar, articular e gerir. Dessa maneira, a promoção do desenvolvimento requer um novo posicionamento dos agentes envolvidos a fim de que possam compreender seu protagonismo nesse processo.

A formação de agentes de desenvolvimento constitui-se em ativo estratégico que um dado território pode mobilizar para projetar, gerenciar, monitorar e avaliar um processo de desenvolvimento sustentável, uma vez que a falta de recursos humanos qualificados implica numa profunda limitação na capacidade do poder local em promover desenvolvimento, sua tarefa prioritária.

Nesse sentido, tem como objetivo geral a formação de pessoas, em nível superior, para atuação na gestão do desenvolvimento regional. Sem esse investimento, municípios e regiões ficarão confinadas à mera execução de políticas desenvolvimentistas ditadas de fora, ou a mercê da falta de inovação e de dinamismo.

A região apresenta os problemas do desenvolvimento fragmentado, alguns municípios são mais fortes economicamente, porém, todos têm os problemas sociais, econômicos, ambientais e de infraestrutura. Com a visão de agir e construir coletivamente soluções para estas questões pode-se diminuir os impactos socioeconômicos, ambientais e de infraestrutura que o futuro nos apresenta. O programa proposto vem incorporar uma visão de desenvolvimento, inclusive numa dimensão maior daquela puramente econômica. Este é um pressuposto fundamental para projetar uma sociedade fundamentada na justiça social, no bem comum, na ética e, principalmente no respeito às condições necessárias a dignidade humana.

Faz-se necessária a promoção de ações mais claramente voltadas à articulação do ensino superior com o desenvolvimento regional, através do binômio teoria-prática. Nesse processo, ganham em qualidade o ensino superior e o desenvolvimento regional.

Esta é uma região que se destaca pela diversidade das etnias que constituem a população, bem como pelos setores que movimentam e fomentam a economia e o desenvolvimento.

A economia da região tem como base a indústria metalúrgica, metal-mecânica e plástico, mobiliário, fiação e tecelagem, o comércio e o turismo. As áreas de prestação de serviços e comercial merecem destaque especial. Constata-se cenários futuros turbulentos, com muitas oscilações econômicas, desencadeando, portanto, também processos sociais complexos, reduzindo muito as perspectivas de crescimento regional. Verifica-se também, uma pressão da população e dos trabalhadores exigindo melhor qualidade de vida, melhores condições de trabalho, bem estar social, ética e eficiência das instituições.

Revela-se assim, a necessidade de se diminuir as diferenças socioeconômicas existentes entre os municípios desta região. Existem alguns setores fortes, bem estruturados e desenvolvidos, e em outros, identificam-se demandas socioeconômicas, como a baixa renda per capita, desemprego, falta de moradia, infraestrutura para instalação de novos empreendimentos, entre outros.

O Programa de Ensino Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE apresenta-se como estratégia para minimizar a problemática referenciada. Esta proposta visa num primeiro momento à qualificação e motivação de estudantes para atuarem no fomento e na gestão de ações voltadas ao desenvolvimento regional. A proposta fundamenta-se na concessão de bolsas de estudos para cursos de educação superior e, ao mesmo tempo, a participação em curso de extensão para qualificação de agentes para o desenvolvimento.

Assim sendo, alunos matriculados em cursos de graduação considerados prioritários para o desenvolvimento regional serão contemplados com bolsas de estudo na graduação. A contrapartida dos alunos será a participação no Programa com formação complementar qualificando-se dentro de premissas para o desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo há obrigação à matrícula e frequência no curso, articulada com atividades de pesquisa e de extensão, favorecendo maior comprometimento e atuação efetiva de acadêmicos como agentes sociais sintonizados às necessidades de sua região e fomentadores de transformações sociais.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

No desenvolvimento deste trabalho são apresentadas as disciplinas relacionadas ao curso e suas contribuições ao aprendizado, a organização das atividades teóricas e práticas e que serviram para dar fundamentação aos projetos elaborados pelos alunos. Foram registradas apenas as ideias consideradas relevantes . Como critério de seleção, as ideias foram transformadas em projetos, e, por sua vez, apresentados durante o 2º Seminário de Desenvolvimento Regional. Em função da relevância para a comunidade foram escolhidos pelos professores, para participação neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES DAS DISCIPLINAS

A disciplina de Gestão Pública tem como ementa: Gestão da Educação e Inovação, Infraestrutura, Turismo, Desporto e Lazer, Saúde.

Este módulo teve como objetivo fazer o estudante compreender que a Gestão Pública é importante para regular e minimizar os problemas sociais, administrativos e econômicos de uma região. Logo, é de extrema importância sua aplicação no Curso de Desenvolvimento Regional, pois como cobrar e fiscalizar as ações de nossos administradores? Conhecendo sua prática e ação.

A disciplina de Cidadania e Políticas Públicas tem como ementa: A cidadania e os direitos sociais. Pobreza e exclusão. As formas de mensuração da pobreza e exclusão. Programas voltados para o combate à exclusão: desafios e limites das intervenções. Consequências da concepção de exclusão sobre o desenho de políticas e programas sociais. Trabalhou-se Cidadania e Políticas Públicas tendo como objetivo levar o estudante a compreender que a cidadania tem respaldo nas políticas públicas que, que por sua vez, servem para minimizar os problemas sociais e optou-se por trabalhar conceitos. Por isso, na primeira semana de aula trabalhou-se os conceitos, seguidos de uma discussão e formação de uma linha de pensamento comum.

As atividades complementares foram fundamentais, pois auxiliaram na formatação da aula e na linha de desenvolvimento dos trabalhos.

A disciplina de Gestão de Projetos para o Desenvolvimento Regional tem como ementa: Conceito de projeto e gerenciamento de projetos. Ciclo de vida do gerenciamento de projetos. Áreas do conhecimento do gerenciamento de projetos. Fatores críticos de sucesso da implementação de projetos. Métodos, técnicas e ferramentas de gerenciamento de projetos. Logo, este módulo objetiva fazer com que os estudantes entendam como são elaborados os projetos e seu trâmite nos diversos setores para sua conclusão. Também, as diferentes formas de escrever um projeto, conforme a necessidade de cada setor. Portanto, é legítima sua importância para a formação dos acadêmicos, pois se todos os cidadãos tivessem conhecimentos dos trâmites gerais dos projetos de obras e intervenções, nossa forma de cobrar e acompanhar seriam diferentes.

A disciplina de Planejamento e Orçamento Participativo contribui para que os alunos dos cursos envolvidos exerçam sua cidadania, cobrando dos políticos a realização dos seus planos de governo, à medida que são colocados em contato com todas as metas e objetivos estabelecidos pelos governos em seus planos anuais e plurianuais. Nesse módulo, discorre-se sobre o orçamento público, seu conceito, origem, evolução histórica (no mundo e no Brasil), evolução conceitual, princípios orçamentários, tipos de orçamento, a legislação pertinente, o processo orçamentário e seu controle nos órgãos públicos, toda estrutura em nível federal, estadual e municipal que é abrangida pelo orçamento público.

A disciplina de Desenvolvimento Econômico e Social foi elaborada pensando em levar ao conhecimento dos acadêmicos os meios que o Estado elabora suas políticas de desenvolvimento. Saber como são feitas as escolhas e como as regiões são contempladas com verbas e projetos de desenvolvimento, assim como, saber como são mensurados os resultados destes projetos.

Para entender este processo, foram apresentados para os estudantes teorias e modelos econômicos para que estes tivessem argumentos para as discussões posteriores. Após este aparato inicial, fez-se uma análise da situação municipal, a regionalização e as políticas e ações de desenvolvimento.

Para entender os processos que ocorrem no Estado de Santa Catarina, fez-se uma visita na ADR – Agência de Desenvolvimento Regional, onde os técnicos fizeram uma explanação dos modelos de desenvolvimento adotados pelo Governo Estadual. Também, foi observado e discutido o relatório anual de desenvolvimento do Governo Federal, analisando, principalmente as linhas do desenvolvimento e suas metas.

ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Como princípio metodológico fez-se uso de aulas teóricas, discussão em sala de aula, aulas expositivas e dialogadas, estudos de casos, pesquisa de campo e virtual, aula de campo e atividades extras. Os estudantes precisavam buscar informações sobre políticas públicas e trazer para discutir

no grande grupo. Esse método foi importante, pois durante a semana os estudantes formavam grupos de bate-papo virtual para fazer atividades e aprofundar as discussões dos assuntos da semana anterior. Por várias vezes os professores recebiam e-mails com pedidos de opinião e fontes sobre determinada discussão.

Não tinham conhecimento dos processos físicos existentes na Administração Pública, como por exemplo, o significado de PPA (Plano Plurianual), LDO (lei das Diretrizes Orçamentárias), LOA (Lei do orçamento Anual) e os processos dos centros de custos existentes. Os estudantes passaram a entender como ocorrem os processos de arrecadação de recursos, preparação de projetos, execução e legalização dos orçamentos até sua aprovação pelo Tribunal de contas.

Também, o porquê algumas obras públicas são mais demoradas e outras ocorrem de forma mais rápida, assim como, o sistema e os elementos necessários para liberação de verbas, pagamentos e contratação de obras, por meio de licitação ou dispensa. Fez-se uma aula de campo para observar o status de algumas obras públicas na cidade e entender como funciona na prática uma medição de obra para o pagamento da empreiteira. Com isso, eles entenderam que para cada fundo existe uma forma de arrecadação e, projetos e formas de prestação de contas.

Observou-se que os estudantes conseguiram entender que as regiões mais desenvolvidas não devem receber o mesmo tipo de investimento das regiões menos desenvolvidas, pois as necessidades são diferentes. Assim como, as demandas e resultados devem ser diferentes, pois o papel do Estado é de fomentar e manter o desenvolvimento das regiões.

O fato de ter atividades extras facilitava o desenvolvimento das disciplinas, pois entre uma aula e outra havia um intervalo de uma semana, tempo mais que necessário para os alunos fazerem leituras e pesquisas sobre determinadas ações. Com isso, obteve-se uma grande contribuição para as ações de Desenvolvimento Regional, já que os estudantes conheceram na prática as ações governamentais que fazem a diferença para a sociedade.

Também, visitar os sites dos governos nas três esferas e ver os projetos em trâmites e as verbas disponíveis nas diversas linhas de desenvolvimento, assim como, as formas de acesso.

No início, percebeu-se que os estudantes tinham dificuldades em entender que os recursos existiam, assim como a necessidade da população, mas este recurso não viria sozinho da fonte para a população, era necessário ter um projeto adequado para buscar este dinheiro na fonte e transformá-lo em uma ação social ou obra pública.

Com o desenvolvimento do curso, os estudantes perceberam que não se trata de preguiça ou descaso dos gestores públicos. A não apresentação dos projetos se dá por questões técnicas, ou seja, muitas vezes, por que a Prefeitura, principalmente, das pequenas cidades, não tem uma equipe com condições técnicas para a elaboração do projeto, ou nem sabe onde procurar a demanda para tal fim. Em outras situações, o modelo solicitado é tão complexo que, se chegar de forma inadequada é desclassificado pela apresentação e não pela necessidade ou conteúdo.

Contudo, no final dos trabalhos a maioria dos estudantes conseguia desenhar um fluxo administrativo de acesso às linhas de crédito de acordo com a demanda, tipo de serviços e competência administrativa.

A medida que os acadêmicos conhecem a estrutura completa dos órgãos públicos, como são geridos e têm definidos seus resultados, a prática dos acadêmicos no acompanhamento das atividades realizadas pelos governos locais, estaduais e federal, certamente trará contribuições positivas para o desenvolvimento regional.

Apresentou-se a metodologia do orçamento participativo e o case da Prefeitura de Porto Alegre, tido como modelo de participação popular nas decisões sobre investimentos públicos. Trabalhou-se fortemente sobre os instrumentos de planejamento e orçamento, passando pelo Plano Plurianual de Governo (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), destacando que cada instrumento destes deve ser aplicado pela União, nos 27 Estados, Distrito Federal e pelos mais de 5.000 municípios brasileiros. As equipes tiveram que levantar informações como:

- Diretrizes do PPA
- Principais programas, metas e objetivos de governo
- Valores globais com envolvimento de Indicadores econômicos projetados
- Indicadores sociais
- Políticas sociais e de desenvolvimento

- Riscos fiscais
- Avaliação do cumprimento de metas
- Quadro geral de receitas e despesas
- Participação % das principais receitas e despesas
- Valores de orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos das empresas
- Gastos (despesas) e investimentos por órgão
- Quadro de pessoal
- Menção a orçamento participativo
- Outras informações que os grupos consideraram relevantes para enriquecer a apresentação.

No último dia de aula do módulo Desenvolvimento Econômico e Social, as equipes fizeram as apresentações em sala de aula, onde todos os membros das equipes tiveram que participar. Cada grupo apresentou o projeto criado no desenvolvimento do curso. Os projetos foram selecionados para participação no Seminário Estadual. Neste dia, houve a presença da Coordenadora do Depto de Economia, do Coordenador do PROESDE e do professor do módulo de Projetos para o Desenvolvimento Regional.

A principal contribuição foi no sentido de que os alunos tiveram a oportunidade de relacionar os conteúdos disseminados na área do desenvolvimento regional e agrega-los a projetos importantes para a comunidade.

De todo este processo de ensino e aprendizagem surgiram diversos projetos, dentre os quais destacam-se:

1.EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INSERÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL DE JOINVILLE-SC

Alison da Rosa
Ana Paula Cercal
Cristiane Batista
Fabiana Santos
Glauciane de Mello Vieira
Heloisa Prado
Wesley de Oliveira Bunn
Yara Elberhardt

RESUMO

Este documento apresenta considerações a respeito de um projeto de Educação Inclusiva, que visa evidenciar a necessidade de inserção de uma disciplina curricular que abranja o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas escolas regulares de ensino fundamental, da cidade de Joinville, Santa Catarina, e que foi idealizado por estudantes do curso PROESDE e que se justifica pela necessidade de ampliar e aprofundar a discussão a respeito do acolhimento e permanência dos surdos no ambiente escolar, que embora garantidos por lei, ainda são falhos, possivelmente pela dificuldade de modificar parâmetros em relação ao que se espera da escola. Além de gerar compreensão das necessidades reais de alunos surdos e suas dificuldades, bem como a exclusão social sofrida devido à falta de contato com pessoas que não dominam a utilização da língua de sinais.

Palavras-chaves: Libras. Educação Inclusiva. Disciplina curricular.

INTRODUÇÃO

A inserção de uma disciplina curricular obrigatória, de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no processo de ensino-aprendizagem nas escolas regulares, ou seja, tanto para alunos com deficiência na fala ou audição, como para alunos sem necessidades especiais vem sendo cada vez mais requisitada, principalmente, como forma de diminuir a exclusão social gerada pela dificuldade de comunicação entre os alunos. O foco é não é só a alfabetização de surdos e mudos, mas também preocupa-se com a atualização dos métodos de ensino nas escolas regulares, no sentido de garantir e facilitar a proficiência da língua portuguesa através de libras.

Por isso, o presente trabalho tem como objetivo destacar as dificuldades apresentadas por alunos surdos e mudos nas escolas regulares, mostrando que uma segunda professora é insuficiente no momento em que há a real necessidade de que esses alunos interajam com os demais, tornando-se evidente que o ideal é que haja a inserção da disciplina de Libras de forma comum a todos os alunos. Propicia assim, como resultado uma interação dos alunos regulares.

1.1 Libras como linguagem

Os seres humanos têm suas vidas estritamente ligadas à comunicação e à linguagem. É a língua que permite ao ser humano relacionar-se com o mundo. A partir e por meio dela é possível a transmissão de ideias, disciplinas, pensamentos. Língua e linguagem estão ligadas e é impossível imaginar a vida sem elas, pois são instrumentos essenciais na vida humana, principalmente no que se diz respeito ao âmbito social. Cada grupo desenvolve uma ou mais línguas, e entre tantas, há a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – usada pela comunidade surda brasileira.

Segundo Quadros (2004,p.8):

> Línguas de sinais são línguas que são utilizadas pelas comunidades surdas. As línguas de sinais apresentam as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Linguística. As línguas de sinais são visuais-espaciais, captando as experiências visuais das pessoas surdas.

No caso de LIBRAS, por ser uma língua de modalidade gestual visual, a mesma não teve sua origem da língua portuguesa; que é constituída pela oralidade, portanto, considerada oral-auditiva; mas em outra língua de modalidade gestual visual, a Língua de Sinais Francesa, apesar de a Língua Portuguesa ter influenciado diretamente a construção lexical da Língua de Brasileira de Sinais, mas apenas por meio de adaptações por serem línguas em contato, conforme Quadros (2004,p.25).

No Brasil, a educação dos surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Ernest Huet. A primeira escola de surdos no Brasil foi criada pela Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, por Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, voltado à educação literária e ensino profissionalizante de meninos estabelece o oralismo puro como filosofia de educação, entretanto, a LIBRAS sobreviveu na sala de aula com idade entre 7 e 14 anos; teve como primeiro professor Ernest Huet, cidadão surdo francês, trazendo consigo a Língua de Sinais Francesa, segundo Quadros (2004, p.32).

1.2 Libras e a formação de identidade

É notório que é a partir da comunicação que conceitos são apreendidos, laços são construídos e identidades são formadas. Segundo Felipe (2007), todo ato de fala é um ato de identidade. A linguagem é o índice por excelência da construção da identidade de um indivíduo. As escolhas linguísticas são processos inconscientes que o falante realiza e está associado às múltiplas dimensões constitutivas da identidade social e aos múltiplos papéis sociais que o usuário assume na comunidade de fala. O que determina a escolha de uma ou outra variedade é a situação concreta de comunicação – ou seja, o meio em que o indivíduo está na hora da fala e com quem se está falando.

Dado o exposto, a importância da aquisição de LIBRAS como primeira língua do surdo, proporciona o seu desenvolvimento cognitivo e contribui para a formação de sua identidade, para que o mesmo se constitua como sujeito, se sinta participante de uma comunidade e se integre socialmente.

A formação da identidade é um processo que vai se construindo através das interações com o outro e o mundo. A criança surda, portanto, não deve ser privada de adquirir a Língua de Sinais, assim como deve manter contato com a comunidade surda (sem se isolar da comunidade ouvinte). A finalidade dessa interação é constituir a identidade surda, de se aceitar como uma pessoa normal, com potencialidades e limitações, como qualquer outra.

Para LEVY (1999,p.80):

> Se, por outro lado, enxergarmos o indivíduo nas suas capacidades, e não apenas no que ele não possui, como, no caso, a audição, veremos uma outra possibilidade para seu desenvolvimento. Uma delas é o canal espaço visual para a aquisição da linguagem. Isto não como uma alternativa à falta de integridade do canal oral/auditivo, mas como uma modalidade de comunicação, como uma língua que utiliza os canais visuais e espaciais dentro das possibilidades psicológicas humanas para a linguagem: a Língua de sinais.

Logo, para a melhor forma de inserção e socialização, não se pode impor regras e sim, somar diferenças para que os dois grupos sintam-se em sintonia.

1.3 A linguagem e a aprendizagem

Hoje se sabe que a linguagem é fundamental na construção de conhecimentos, bem como na constituição do próprio sujeito, além de servir diretamente no processo de comunicação entre as pessoas. As principais contribuições nesta direção são de Vygotsky e também de Bakhtin de acordo com Levy e Simonetti, (1999, p.25).

Para ambos, a linguagem não seria apenas uma forma de comunicação, mas através dela, as pessoas podem desenvolver o pensamento. A linguagem, para os autores, é, portanto, tudo que envolve significação e está presente no sujeito. Assim, é inquestionável o papel da linguagem nos processos mentais, bem como nos processos sociais. Portanto, a linguagem e a língua não podem ser pensadas separadamente, pois estão indissoluvelmente ligadas (GOLDFELD, 2002).

O problema linguístico cognitivo é apontado como o principal agravante nas dificuldades de aprendizagem das crianças surdas. A criança sendo surda não recebe estímulos auditivos e não consegue aprender a língua oral. A falta da compreensão da língua falada a impede de desenvolver uma linguagem (em geral seus pais são ouvintes). O período inicial de sua vida é caracterizado por atraso na linguagem e na comunicação. Nesse processo seu pensamento também não se desenvolve e ela enfrentará problemas, pois, ainda pequena ela já estará em defasagem no seu desenvolvimento cognitivo em relação às outras crianças da mesma faixa etária.

Embora a grande maioria das crianças surdas tenha seu intelecto preservado, sem os estímulos iniciais comuns a todas as crianças ela terá dificuldade em compreender as crianças de mesma idade e poderá afastar-se do convívio. Na escola, logo no início, ela aparentará atraso em relação às outras. Sem um trabalho muito criterioso do professor e dos profissionais que deverão atendê-la (fonoaudiólogo, psicopedagogo e psicólogo) ela irá apresentar dificuldades maiores, principalmente no período de alfabetização quando deverá aprender a Língua Portuguesa.

1.4 A necessidade de inclusão escolar

O direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. No Brasil este direito apenas foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, antes disso o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, o ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado àqueles que não podiam pagar. Durante a Constituinte de 1988 as responsabilidades do Estado foram repensadas e promover a educação fundamental passou a ser seu dever.

Segundo BRASIL, Constituição (1988):

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A inclusão escolar, até pouco tempo, não era um assunto de destaque. No entanto, nos últimos tempos, muitas têm sido as polêmicas em relação ao tema, especificamente quando diz respeito ao acesso das pessoas com surdez à escola comum. A educação inclusiva parte do princípio citado acima, de que a escola comum é o lugar (de direito) de todos. Ali, as pessoas devem se desenvolver e aprender juntas, sendo atendidas em suas necessidades específicas.

1.5 A inserção de libras no ensino regular de Joinville

Sabe-se que a pessoa surda tem necessidade do bilinguismo, ou seja, dominar a língua de sinais, e a língua falada pela comunidade em questão (na modalidade escrita). A aquisição de LIBRAS pela criança surda, ao contrário da língua oral, deve ocorrer espontaneamente, ou seja, através do diálogo.

Baseado nisto, nota-se que a linguagem não possui apenas a função comunicativa, mas, também de organização do pensamento, assumindo um papel essencial no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das pessoas, a situação dos surdos é muito séria. Quanto a isto cabe considerar que cerca de 95% de surdos nascem de pais ouvintes, de acordo com Levy e Simonetti (1999, p. 32). Estes, por sua vez, desconhecem as especificidades de uma criança surda e a existência de uma língua natural aos indivíduos que estão impossibilitados de fazer uso da linguagem oral. Sendo assim, as crianças surdas ficam impedidas de desenvolverem todo o potencial linguístico que dará suporte a outras áreas como a cognição e a socialização, pois não conseguem desenvolver a linguagem oral, pois lhes falta o canal de comunicação próprio: a audição. E, não acessam imediatamente os modelos comunicativos pautados na sua língua natural – a língua de sinais, pois seus pais desconhecem.

E é, também, por isso que se torna imprescindível o conhecimento de LIBRAS por parte dos estudantes sem deficiência das escolas regulares, para que o convívio social e a relação entre os dois grupos se dê de maneira eficiente.

De toda forma, é possível admitir que quando a escola desconhece aspectos como este, acaba negligenciando questões que são fundamentais para a inclusão do surdo. É preciso, portanto, considerar tais elementos para que possa desenvolver uma proposta de trabalho adequada às necessidades dos surdos.

O surdo não é responsável por todas as dificuldades que geralmente apresenta, pois “possui as capacidades orgânicas necessárias para constituir-se enquanto um indivíduo no sentido social dessa palavra”, no entanto, a sociedade não tem possibilitado ao surdo a utilização da sua forma mais peculiar de significar o mundo; não estimula e não entende a língua de sinais e sua importância para a comunidade surda (GOLDFELD, 2002, p. 53).

Segundo Schwartzman (2000, p.39), os professores do ensino regular não têm sido preparados para a tarefa de lidar com crianças com necessidades educativas especiais e sem este preparo, por melhor que seja o método utilizado, as chances de sucesso são muito limitadas. Em muitas “escolas inclusivas” da rede regular de ensino, a atual inclusão dos alunos surdos se faz por intermédio de um intérprete. “Este tem por função traduzir, para a língua de sinais, o que professor está falando. Neste sentido, o professor continua explicando o conteúdo para os alunos ouvintes e espera que o intérprete faça o seu trabalho para que os alunos surdos sejam incluídos”. Para o aluno surdo, é fundamental a presença de um intérprete de libras para mediar a comunicação em sala de aula. No entanto, não é possível incluir o aluno surdo em uma sala de aula regular apenas com a presença do intérprete – é necessário que todos consigam se comunicar com eles. Para que o processo de inclusão seja consolidado, deve-se criar um ambiente favorável, no qual, o aluno surdo possa desenvolver suas potencialidades. Neste sentido, é preciso que o sistema de educação disponibilize para as escolas, os recursos necessários a este processo. No entanto, muitas escolas que recebem estes alunos não disponibilizam destes recursos. Sendo assim, o aluno surdo é integrado nesta escola, porém, não é incluído.

1.6 Recursos Necessários Para a Inserção da Disciplina nas Escolas Regulares de Joinville

Para o projeto ser implantado nas 197 escolas municipais da cidade de Joinville (Santa Catarina) é necessária a contratação de dois professores para lecionar duas aulas semanais, e cursos uma vez ao mês para a capacitação desses profissionais. Os custos mensais serão de R$ 564.00,00, cuja origem dos recursos é a Secretaria de Educação.

Tabela 1 – Análise SWOT

Tabela 2 – 5W2H

O que?	Por que?	Quem?	Quando?	Onde?	Como?	Quanto?
Inserção da língua de sinais	Evitar a exclusão de alunos	Secretaria de Educação	2016	Escolas Municipais	Contratar 2 professores	564.000,00 por mês
					Cursos uma vez ao mês para capacitação	

Fonte: Primária 2015

Como é um projeto que poderá ser apresentado ao governo para seu desenvolvimento, os resultados não poderão ser mensurados. Ao considerar-se a matriz SWOT pressupõe-se a inserção maior das pessoas com deficiência auditiva no mercado de trabalho.

2 PROPOSTA DE USO DO EQUIPAMENTO SOCIAL: CEU AVENTUREIRO

Alberto Rodrigo De Oliveira Dos Santos
Clarissa Oliveira Thomaz
Junior Meneghelli
Luan Becker
Luana Kammer Rodrigues
Maria Eduarda Buss Jablonski
Rafael Ricardo Carneiro

RESUMO

Revitalizar o espaço do CEU Aventureiro que tem grande potencial para fins culturais e de lazer, buscando atender a necessidade da comunidade, melhorando a qualidade de vida local e tornando-a mais forte. Com isso, espera-se que a comunidade ocupe este equipamento público e faça dele um meio de socialização e aprendizado popular.

Palavras-chave: Comunidade, revitalização, qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa instiga o desenvolvimento de uma reflexão crítica a respeito das formas de apropriação dos espaços públicos em Joinville, dentro do contexto de requalificação destes, que estão inutilizados. Conforme analise previa, foi selecionado o CEU do Aventureiro, visto que se observou um potencial de atratividade do uso do espaço para fins culturais e de lazer.

De que forma revitalizar o uso dos espaços públicos para fins de lazer da comunidade e apresentar alternativas para o desenvolvimento do potencial de atratividade do local?

Tem com objetivo geral revitalizar o espaço do CEU Aventureiro que tem grande potencial para fins culturais e de lazer, buscando atender a necessidade da comunidade, melhorando a qualidade de vida local e a tornando mais forte.

Como objetivos específicos pretende-se avaliar a atual estrutura do CEU Aventureiro e suas potencialidades; incentivar a promoção de eventos no local, com conteúdos culturais, para a comunidade; contribuir para que a sociedade tenha novas opções de lazer e cultura; mapear as características necessárias para o desenvolvimento de atividades no local; buscar parcerias de entes públicos e privados com o objetivo de atrair a população para o desenvolvimento das atividades; desenvolver projetos que possibilitem a construção de uma comunidade mais forte.

2.1 Características do bairro

Segundo Fabel (2015) o bairro Aventureiro tem uma população de 37.574 habitantes, dados apurados em 2014, a população está dividida na seguinte faixa Etária: 0 a 14 anos 22,8%; 15 a 17 anos 5,7%; 18 a 59 anos 65,4% e acima de 60 anos 6,2%. Destes 37.574 habitantes, 50,17% são homens e 49,86% são mulheres.

Em torno de 71% da população do bairro Aventureiro se encontra entre 15 e 60 anos, mostrando assim a relevância de se investir em atividades que movimentem o laser e a cultura, bem como atividades que promovam práticas básicas de economia e informática. Assim como 6% da população ser maior de 60 anos, o que colabora com as atividades físicas proporcionadas pelo projeto.

Olhando por parte econômica da população do bairro Aventureiro, 92,54% da população, recebe uma renda mensal de até 3 salários mínimos. Com isto não tem condições de estar frequentando uma academia ou atividades práticas básicas de economia e informática.

O uso adequado do espaço público que é destinado á cultura, precisa ser um lugar Interessante para que as pessoas tenham uma razão para ir a este espaço, e voltar, precisa ser um lugar sociável com projetos e ações que envolvam a comunidade. A proposta para esse trabalho seria instalar projetos de extensão oferecidos atualmente e buscando parcerias com instituições de ensino e empresas para produzir e socializando os saberes científico, artístico, tecnológico e filosófico em programas, projetos e eventos, que tem a missão de ampliar a formação do seu aluno e construir uma sociedade mais justa.

2.2 Atividades propostas: Serão oferecidas várias atividades neste espaço, como atividades pedagógicas, lúdicas, de educação ambiental e atividades físicas, como as apresentadas a seguir:

ECONDOM Economia Doméstica: Administrando as contas da casa
Coordenadora: Profa. Jani Floriano
Departamento: Economia - Univille
Objetivo: Conciliar a educação teórica dos alunos de graduação da UNIVILLE com a prática nas comunidades, apresentando instrumentos de Economia Doméstica e sua utilização no dia a dia, com o intuito de possibilitar a otimização dos recursos financeiros e evitar, na medida do possível, desperdício.
Custo: Não obtém custos. São oficinas que duram em torno de uma hora aproximadamente e os participantes recebem uma cartilha e uma planilha de orçamentos.

SALA DE INFORMÁTICA - O investimento varia muito de acordo com o porte do empreendimento. A sala será projetada para ser estabelecida numa área de 30m2, com 7 computadores, exige um investimento inicial estimado em R$ 19 mil, aproximadamente, a ser alocado majoritariamente nos seguintes itens:

Mobiliário e equipamentos			
Descrição	**Quantidade**	**Valor**	**Total**
Computadores e periféricos	7	R$ 1.500,00	R$ 10.500,00
Ar Condicionado	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Impressora a Laser Colorida e Scanner	1	R$ 500,00	R$ 500,00
Software - Anti Virus - Sistemas Operacionais	1	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
Suprimentos de Rede	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
Materiais de Expediente Inicial	1	R$ 100,00	R$ 100,00
Quadro Branco	1	R$ 270,00	R$ 270,00
Cadeiras Giratórias	7	R$ 215,00	R$ 1.505,00
Mesas para equipamentos	7	R$ 215,00	R$ 1.505,00
		Total	R$ 18.880,00

Fonte: Primária 2015

ATIVIDADES FÍSICAS E AULA DE ZUMBA - Nos dias atuais aumentou muito a perspectiva de vida do ser humano, as pessoas vêm se preocupando cada vez mais com a saúde e a qualidade de vida, e assim, procurando com mais frequência formas diferenciadas de praticar exercício físico regularmente. A dança, coreografias fáceis, bom desempenho do professor e bem-estar pós-aula, são os principais fatores para adesão e permanência da prática na modalidade propriamente dita. Para o inicio do desenvolvimento das atividades é necessário o uso dos seguintes equipamentos:

Aparelhos	Quantidade	Valor total
Aparelho de Som	1	R$ 399,00
Ar condicionado	1	R$ 1.599,00
Halteres	20	R$ 96,00
Jump	10	R$ 2.400,00
Colchonete para ginástica	10	R$ 264,90
Bolada de Ginástica	10	R$ 699,00
	Total	R$ 5.457,90

Fonte: Primária 2015

Bons espaços públicos são aqueles que permitem à sociedade ter acesso a celebrações, trocas sociais e econômicas, ser um ponto de encontro entre amigos, possibilitando assim a cultura. Para que haja um melhor aproveitamento do espaço público, algumas estratégias devem ser utilizadas para viabilizar um espaço em comunhão com a comunidade.

Entre elas estão o olhar, ouvir e fazer perguntas para essa comunidade, buscando assim as necessidades e aspirações do local. Ao observar espaços públicos de lazer em uma cidade, por um determinado período, vislumbra-se um mundo de acontecimentos interligados, rotineiros ou eventuais. Pode-se compreender a função atribuída a cada local pelos seus usuários, a forma como a vida pública torna-se animada e interativa em determinados momentos e sombria e silenciosa em outros. É possível constatar que espaços públicos refletem uma realidade, ainda que a pequena realidade de um bairro, mas que tem ligação com o restante da cidade e suas transformações. Entretanto, para que um espaço público possa ser considerado bom alguns pontos precisam ser avaliados, como acesso e conexões, conforto e imagem, usos e atividades e sociabilidade. No quesito acesso e conexões é importante ressaltar e avaliar o acesso de um lugar por suas conexões com seus arredores, tanto visual como física. Em conforto e imagem busca-se criar um espaço confortável e bonito, com visual agradável, levando em consideração que conforto inclui segurança e limpeza, assim como disponibilidade de lugares para sentar.

Usos e atividades são um dos pilares mais importantes de um espaço público, sendo que ter algo para fazer dá às pessoas uma razão para ir a este espaço, e voltar. Por fim a sociabilidade, que quando é atingida em um espaço público, traz às pessoas um sentimento de pertencimento, um lugar que pose ser usado para encontrar amigos, vizinhos, conhecer pessoas novas sem constrangimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base em tudo que foi aqui apresentado, pode-se concluir que não é possível aprendizagem sem cultivar o campo do sujeito e sem respeitar as suas raízes, a cultura na qual ele está inscrito. Por isso deve-se pensar a educação sempre utilizando termos interculturais e transculturais numa perspectiva transdisciplinar, que leve em consideração todas as dimensões do ser humano.

No início dos módulos percebeu-se que os estudantes tinham dificuldades em entender que os recursos existiam, assim como, as necessidades da população, e que, os recursos não viriam sozinhos da fonte para a população. Era necessário ter um projeto adequado para buscar este dinheiro na fonte e transformá-lo em uma ação social ou obra pública.

Percebeu-se que os estudantes tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre a existência de políticas públicas em qualquer nível. Eles tinham o discurso repetido da massa sobre ser contra ou a favor de determinadas ações do Estado sem saber se isso era ou não possível. Pensavam que os problemas de segurança se resolveriam com maior efetivo de tropas nas ruas, que a educação tinha como principal problema o despreparo dos professores e outros chavões populares. Quando descobriram que havia uma organização do Estado e da sociedade civil, começaram a mudar o discurso e a forma de pensar. Porém, a principal mudança foi o fato de o estudante perceber a existência de uma organização e que as coisas só acontecem a partir de um planejamento, que em muitas vezes, se dá em uma década.

Com o desenvolvimento das disciplinas, os estudantes perceberam que não se trata de preguiça ou descaso dos gestores públicos. A não apresentação dos projetos se dá por questões técnicas, porque na maioria das vezes, as Prefeituras, principalmente das pequenas cidades, não tem uma equipe com condições técnicas para a elaboração do projeto, ou nem sabe onde procurar a demanda para tal fim. Em outras situações, o modelo solicitado é tão complexo que se chega de forma inadequada e desclassificado pela apresentação, e, não pela necessidade ou conteúdo.

Porém, ao concluir as disciplinas eles entenderam que para cada demanda social existe um fundo específico e que para cada tipo de obra há um tipo exclusivo de financiamento.

Pela interação dos módulos, os estudantes obtiveram conhecimento de conteúdos relacionados à questão pública, portanto, já tinham noção de como as coisas aconteciam, mesmo não tendo conhecimento dos processos físicos existentes na Administração Pública, como por exemplo, o significado de PPA (Plano Plurianual), LDO (lei das Diretrizes Orçamentárias), LOA (Lei do orçamento Anual) e os processos dos centros de custos existentes. Passaram a entender como ocorrem os processos de arrecadação de recursos, preparação de projetos, execução e legalização dos orçamentos até sua aprovação pelo Tribunal de contas.

Fez-se aula de campo para observar o status de algumas obras públicas na cidade e entender como funciona na prática uma medição de obra para o pagamento da empreiteira. Com isso, eles entenderam que para cada fundo existe uma forma de arrecadação e, projetos e formas de prestação de contas. Para cada demanda social existe um fundo específico e que para cada tipo de obra há um tipo exclusivo de financiamento.

Representou para o acadêmico uma oportunidade de exercer sua cidadania, dando ideias para desenvolver o ambiente onde vive. Como profissional, pode vir a representar uma nova oportunidade na carreira, participando de concursos públicos, ou simplesmente aprender novas ferramentas para aplicar em suas funções nas empresas. È importante trabalhar com a estrutura e conteúdos estabelecidos. Fazer parte de uma mudança de pensamento sempre é muito positivo para um profissional da educação.

No âmbito profissional foi possível demonstrar a responsabilidade e importância da participação de cada cidadão no processo de discussão dos planos de desenvolvimento.

A IMPORTÂNCIA DA CONTINUIDADE DO PROJETO PROESDE

É de extrema importância a continuidade deste curso, pois assim, está-se cumprindo o papel social do Governo e da Universidade em formar líderes e uma população mais crítica e consciente, além de propiciar bolsas de estudos para mais de 70 acadêmicos nesta região.

A continuidade de um trabalho como este é indiscutível, porque precisam-se formar pessoas com capacidade de discernimento, mais qualificadas e ter gestores públicos mais preparados. Então, cursos como este propiciam a relação direta dos atores com uma população consciente de seu papel, cobrando de gestores que devem estar preparados para responder.

Conhecer as Políticas Públicas deveria ser privilégio de toda a população, porém, somente algumas dezenas de alunos foram escolhidos. Com isso, tanto a Universidade, quando o Governo do Estado, cumprem seus papéis de formadores de pessoas capacitadas para a gestão, e, necessárias em um sistema social para que este possa se tornar autossustentável e que o permita crescer.

Como o desenvolvimento demanda ações contínuas e inovadoras, consequentemente, os debates e a participação dos cidadãos devem ser constantes. Tendo em vista que as universidades formam profissionais com capacidade de questionar, analisar de forma racional, inteligente e inovadora, a parceria entre este programa e as entidades de ensino superior carecem de continuidade e sucessivas adequações no sentido de melhor poder atender a demanda local. Isto posto, fortaleceria o espírito de cidadania, de participar de algo maior em benefício de toda uma região.

CONCLUSÃO

O Estado de Santa Catarina disponibilizou recursos públicos para pagamento dos custos das mensalidades da graduação aos alunos participantes do programa. Como contra partida, a

UNIVILLE ofereceu gratuitamente o Curso de Extensão do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional. Os alunos egressos deste programa serão elementos imprescindíveis para promover articulação da teoria com a prática voltada ao desenvolvimento regional tornando os profissionais ágeis, eficientes e comprometidos com o interesse público.

O curso na sua essência propôs desenvolver propostas ou sugestão de melhorias no serviço público, sendo que os acadêmicos desenvolveram alternativas como forma de promover mudanças significativas na condição de vida dos cidadãos de Joinville. Para melhor compreensão, buscou-se contextualizar na elaboração dos trabalhos, as problemáticas envolvendo a cidade e apresentar algumas noções básicas de correção dos problemas e os instrumentos primordiais para isto.

Acredita-se que a experiência prática do professor no serviço público define seu papel não só como transmissor de conhecimento, mas como aquele que organiza ações alternativas e inovadoras para o setor público. A partir das discussões propostas, compreende-se que quando se desenvolve politicas públicas visando diminuir as desigualdades sociais, é preciso pensar de maneira ampla, buscando abarcar as necessidades de maneira geral. De nada adianta desenvolver programas de acesso ao ensino superior se não houver suporte para a permanência do aluno na sala de aula. Ao propor a participação dos acadêmicos e, consequente agregação de conhecimentos com a proposição de projetos, a cidade de Joinville e região passarão a ter no futuro, profissionais que darão uma melhor condição qualitativa na condução da coisa pública.

Sugere-se para o futuro que os projetos aprovados, consistentes e que possam trazer custo benefício à comunidade possam ser desenvolvidos pelos mesmos alunos do ano anterior. Não se perderia a solução de continuidade.

REFERÊNCIAS

EFERÊNCIASASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FABEL, LUCIANA MACHADO TEIXEIRA: **Releitura conceitual e problematizada do direito de greve no serviço público federal e as possíveis contribuições para a reflexão do gestor público em relação ao corte de ponto.** Ed. LexML, Brasília, 2009.

FELIPE, Tanya Amara. **Libras em contexto**: Curso básico: livro do estudante. 8ª Ed. Distrito Federal: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 2ª ed. - São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LEVY, Cilmara C. A. da Costa; SIMONETTI, Patrícia. **O surdo em si maior**. São Paulo: Roca, 1999.

QUADROS, R. M. de. KARNOPP, L. B **Língua de Sinais Brasileira**: **Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SCHWARTZMAN, J.S. **Síndrome de Down**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2003.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. **Guia de trabalhos Acadêmicos** – Joinville, 2012.

PROJETO MAMÃE CORUJA

Daniel Francisco Gaspar Filho[1]
Mariana Cordeiro dos Santos[2]
Josiane da Luz[3]

RESUMO

O presente projeto de pesquisa foi realizado no decorrer do PROESDE – Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, que atualmente vem formando agentes de Desenvolvimento Regional. Trata de uma pesquisa que se debruçou em face da taxa de mortalidade infantil do município de Rancho Queimado, buscando elaborar uma campanha de conscientização para a redução da mesma, visto que estudos recentes demonstram um número de 31,3 mortes precoces. Foram realizados estudos na região, para então apresentar a taxa de mortalidade infantil do município de Rancho Queimado, bem como, posteriormente, identificar e analisar os principais fatores de causa da referida taxa para, finalmente, propor ações de conscientização, mais precisamente sob a égide de uma campanha, visando diminuir a taxa ao patamar estadual.

Palavras-chave: Conscientização. Saúde. Mortalidade Infantil.

1. INTRODUÇÃO

Para o devido crescimento de uma população, seja ela qual for, o setor da saúde deve ser prioridade de gestão. Isto para garantir que a sociedade como um todo possua algum tipo de respaldo por parte do poder público das condições dignas para seu correto desenvolvimento.

Nesta senda é que historicamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 196 expõe que "a saúde é um direito de todos e um dever do Estado". Extrai-se do texto constitucional, então, que o Estado deve ser o provedor das condições ligadas à saúde pública, bem como do acesso da população carente aos serviços de saúde. Porém é sabido que a saúde pública no Brasil é considerada um dos maiores desafios já enfrentados por toda a população que depende do Sistema Único de Saúde (SUS).

A crise na saúde pública do Brasil deve ser considerada sob três aspectos básicos, quais sejam a deficiência na estrutura física, a falta de disponibilidade de material-equipamento-medicamentos e a carência de recursos humanos.[4]

A partir de 2006, com o Pacto pela Saúde, o Governo Federal reconhece que o município é o principal responsável pela saúde da população. Os municípios possuem secretarias específicas para a gestão de saúde.

[1] Estudante do Proesde e da 7° fase do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí. E-mail: danixzzz@hotmail.com

[2] Estudante do Proesde e da 4° fase do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí. E-mail: marics22@hotmail.com

[3] Professora orientadora do Proesde e do Curso de Administração da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: josiluz@univali.br

[4] Disponível em <http://oabce.org.br/2013/08/artigo-crise-na-saude-publica/> Acesso em 23 ago 2015.

Os municípios possuem autonomia para formularem suas próprias políticas de saúde, e também tornam-se um dos principais parceiros para a implementação das políticas nacionais e estaduais de saúde. Nesse sentido esse trabalho visa incentivar a elaboração e a implantação de técnicas de gestão voltadas para desenvolver e fortalecer práticas de auxílio na redução da taxa de mortalidade infantil do município. Trata-se da busca de conhecimento sobre a taxa de mortalidade infantil no âmbito municipal, e a estratégia de como reduzi-la.

O propósito desse estudo é elaborar uma campanha de conscientização da população local, com o intuito de apresentar intervenções para a redução da taxa de mortalidade infantil no Município de Rancho Queimado/SC, pof intermédio da apresentação da taxa de mortalidade infantil do município de Rancho Queimado, identificando os principais fatores que causam a mortalidade infantil do município, e propondo ações de conscientização.

Rancho Queimado possui área territorial total de 286.43km^2. Conforme o último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2014, o município conta com 2.838 habitantes e a densidade demográfica de 9,60 hab./km^2.[5]

Segundo constatado em pesquisas sobre o município de Rancho Queimado[6], mais precisamente em uma enquete disponibilizada no site da prefeitura municipal, a prioridade na Administração Pública deve ser a saúde, totalizando 35% dos votos computados. A partir disto, verificou-se uma grave deficiência no que diz respeito ao índice de mortalidade infantil.

Dados recentes comprovam que o município possui um número de 31,3 óbitos[7] para cada mil nascidos vivos. Clarividente que tal dado é uma consequência de determinada falha no que diz respeito ao acesso da população a saúde, fato que de certo modo é aceitável, visto que o município possui apenas 02 centros de saúde/unidade básica.[8]

Conclui-se que a saúde é um direito fundamental de todo o cidadão, e seu acesso deve ser facilitado de modo que abranja a todos, independente de localização ou qualquer outra característica inerente à diversidade. Nestas circunstâncias, à Saúde é o ponto principal que merece ser prioritário para a Administração Pública. Este estudo tem foco na análise da taxa de motalidade infantil do município de Rancho Queimado, Santa Catarina, buscando identificar os critérios que interferem no aumento de tal índice.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento regional é composto por um conjunto de políticas socioeconômicas que visam o desenvolvimento do território onde estão inseridos. Sendo assim, denota-se que desenvolvimento é uma área muito ampla e com repleta de discussões, uma vez que nos remete a fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais de uma determinada sociedade. Dito isto, verifica-se, ainda, que o desenvolvimento apresenta inúmeras interpretações, ou seja, depende do caráter ideológico de do indivíduo que esta analisando. Ressalta-se que outro fator relevante para o desenvolvimento, é a presença do Estado, o qual pode estar ligado de forma direta, ou indiretamente, como indutor do desenvolvimento (RUDNICK, 2010).

"A principal característica de uma ADR é sua posição de vigilante sobre a economia, sobre a vida social e cultural de uma dada região. Para que isso aconteça, a agência tem que estar inserida na vida econômica, social e cultural da região [...]" (SOARES, 2001, p.75).

"O desenvolvimento regional elabora estudos sobre as realidades socioeconômicas municipais, regionais e estaduais e acompanha a atuação do Governo estadual para que ocorra o seu desenvolvimento." (SCHUTZ; LESSA, 2012, p.8)

Uma agência de desenvolvimento regional possui um grande desafio, elaborar e aprimorar projetos públicos que visam a extinção, redução do número de pessoas socialmente exluídas através de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

---

[5] Disponível em < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421430&idtema=130&search=santa-catarina%7Crancho-queimado%7Cestimativa-da-populacao-2014> Acesso em 13 jul 2015.

[6] Disponível em <http://www.rq.sc.gov.br/> Acesso em 15 jul 2015.

[7] Disponível em <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/projetos/portal_sebrae-sc/uploads/pdfs-municipios/relatorio-municipal-rancho-queimado.pdf> Acesso em 22 out 2015.

[8] Disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Rancho-Queimado.pdf> Acesso em 15 jul 2015.

2.1 Ministério da Saúde

A saúde pública no Brasil ainda é considerada delicada, instável, quando tratamos dos serviços prestados à população. É através de ações do Estado que a saúde pública é regulamentada. “Do final da década de 80 em diante, destaca-se a Constituição Federal de 1988, que determinou ser dever do Estado garantir saúde a toda a população e, para tanto, criou o Sistema Único de Saúde” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). Conforme constata**-se**, o artigo 196 da constituição federal de 1988, define que:

> **A saúde é direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e **o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação**. (Grifos nossos)

De acordo com o Ministério da Saúde (2015), “em 1990, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Saúde, que detalha o funcionamento do Sistema. Portanto, o SUS resultou de um processo de lutas, mobilização, participação e esforços desenvolvidos por um grande número de pessoas”.

“O Sistema Único de Saúde tem seus serviços administrados pelos governos federal, estaduais e municipais e por organizações cujo objetivo é garantir a prestação de serviços gratuitos a qualquer cidadão” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

“Devido às significativas diferenças existentes entre as várias regiões e municípios brasileiros, o Ministério da Saúde criou formas de descentralizar a prestação dos serviços públicos de saúde, repassando responsabilidades diferenciadas aos diferentes municípios." (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Diante de tais características, não poderia deixar **que de** constar que o Sistema Único de Saúde passa por constantes mudanças, onde transformações ocorrem para a melhoria dos serviços e das ações voltadas a popula.

2.2 Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil representa algo indesejável, pois são mortes precoces e, em sua maioria, evitáveis. A taxa de mortalidade infantil é levada em consideração internacionalmente como o número de óbitos de crianças menores de um ano sobre o número de nascidos vivos. “Esse dado é um aspecto de fundamental importância para avaliar a qualidade de vida, pois, por meio dele, é possível obter informações sobre a eficácia dos serviços públicos, tais como: saneamento básico, sistema de saúde, disponibilidade de remédios e vacinas, acompanhamento médico, educação, maternidade, alimentação adequada, entre outros ”[9]. Sua redução faz parte das metas do milênio, compromisso das Nações da Unidas (ONU) para o alcance de patamares mais dignos de vida para a população mundial, pois reflete as condições de vida da sociedade.

“Entre os principais motivos estão: a falta de assistência e de orientação às grávidas, a deficiência na assistência hospitalar aos recém-nascidos, a ausência de saneamento básico e desnutrição ”[10]

De acordo com o relatório Níveis e Tendências da Mortalidade Infantil 2015, o índice de mortes entre crianças brasileiras menores de 5 anos passou, em 1990, de 61 óbitos para cada mil nascidas vivas para 16 óbitos para cada mil nascidas vivas em 2015.[11]

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa constitui uma pesquisa qualitativa, para Godoi e Balsini (2006, p. 91), na pesquisa qualitativa busca-se a compreensão dos agentes, daquilo que os levou singularmente a agir como agiram, sem buscar regularidades.

---

[9] Disponível em: < http://www.brasilescola.com/brasil/mortalidade-infantil-no-brasil.htm> Acesso em 03 nov 2015

[10] Disponível em: < http://www.brasilescola.com/brasil/mortalidade-infantil-no-brasil.htm> Acesso em 03 nov 2015.

[11] Disponível em: < http://www.ebc.com.br/noticias/2015/09/mortalidade-infantil-no-brasil-caiu-73-nos-ultimos-25-anos-diz-oms> Acesso em 03 nov 2015.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis [...] (GIL, 2002, p.42). O método descritivo, portanto, objetiva obter informação sobre uma determinada população que, nesse caso, corresponde ao município de Rancho Queimado e suas variáveis envolventes a expressiva taxa de mortalidade infantil.

Quanto ao delineamento, que significa planejamento da pesquisa quanto aos procedimentos e técnicas de coleta e análise de dados, a pesquisa caracterizou-se pela utilização pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A pesquisa foi desenvolvida no contexto do município de Rancho Queimado/SC. Os dados coletados para a elaboração da pesquisa foram extraídos do referencial bibliográfico, dos documentos e monografias já existentes e também no relatório Santa Catarina em Números produzido pelo SEBRAE/SC. Como fonte principal foram utilizados os dados disponíveis pelo Ministério da Saúde, que evidenciaram a taxa de mortalidade do município de Rancho Queimado. Quanto aos participantes de tal estudo, por se tratar de uma área da saúde, engloba toda a população de Rancho Queimado, especialmente as gestantes e crianças com até cinco anos.

Na construção da campanha de conscientização da população local do municícpio de Rancho Queimado, foram utilizados dados primários. Nos demais itens foram obtidas informações em obras literárias, como: livros, artigos, periódicos, bancos de dados, teses. Como também, meios eletrônicos de banco de dados oficiais, que se caracterizam como dados secundários

4. RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 Apresentação da taxa de mortalidade infantil do município de Rancho Queimado:

A taxa em foco é o principal objetivo deste projeto, visto que o município de Rancho Queimado possui um número de 31,3 mortes. Cabe ressaltar que a contagem de dados que leva em consideração o número de mil nascidos vivos não é utilizado no município em questão, pelo fato de a população ser de 2.838 habitantes (2014), mas de qualquer forma observa-se certa deficiência/carência do acesso da população aos serviços de saúde, a taxa apresentada neste tópico é irrisória se comparada com o número de habitantes existentes no estado e no Brasil, porém este fato não permite o poder público de vendar os olhos perante a mortalidade infantil. Clarividente que nenhum gestor público espera um dado desta proporção, sobretudo no que diz respeito à mortalidade infantil, tópico anteriormente tratado e que chama a atenção por se tratar de mortes precoces e que em sua maioria podem ser evitadas. É que em municípios pequenos como é o caso de Rancho Queimado, os dados de mortalidade infantil são considerados pelo número total de habitantes do território, senão vejamos:

Tabela 1 – Taxa de Mortalidade Infantil (âmbito municipal, estadual e federal).

Ano	Rancho queimado	Santa Catarina	Brasil
2007	-	12,8	20,0
2008	-	11,7	17,6
2009	-	11,2	16,8
2010	-	11,2	16,0
2011	31,3	...	...
Evolução 2007/2010	-	-12,50%	-20,00%

Fonte: Ministério de Saúde, Sistema de Informações Sobre Mortalidade (SIM), 2011.[12]

Isto posto, o maior anseio desta campanha de conscientização para a redução da mortalidade infantil no município de Rancho Queimado é que o número apresentado na tabela acima (31,3) seja reduzido ao nível de Santa Catarina (11,2).

[12] Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/projetos/portal_sebrae-sc/uploads/pdfs-municipios/relatorio-municipal-rancho-queimado.pdf> Acesso em: 22 out 2015.

4.2 Identificando os principais fatores que causam a mortalidade infantil do município.

A mortalidade infantil é um problema social que atinge a população como um todo, porém analisando os índices extrai-se que as regiões mais pobres são afetadas com maior intensidade. Isto ocorre devido à falta de assistência médica, falta de orientação às mulheres gestantes, além da deficiência na assistência hospitalar aos recém-nascidos, ausência/carência de saneamento básico e desnutrição.[13]

O município de Rancho Queimado conta com apenas duas unidades de saúde (uma unidade básica de saúde e um posto de saúde) para atender a população de aproximadamente 2.838 habitantes.

Estudos recentes realizados no município, dentre eles os do sebrae de 2010[14] e de 2013 demonstram a deficiência e a disparidade no que diz respeito à saúde pública, mormente se comparado em âmbito estadual e federal. é que o município não possui hospital geral e muito menos leitos hospitalares e se não bastasse, a população dispõe de apenas dois centros de saúde, casos de maior gravidade são encaminhados ao hospital são francisco de assis, no município de santo amaro da imperatriz, que dispõe de centro cirúrgico, maternidade e leitos de internação. o fato é que o referido hospital se encontra a 31,4 km de rancho queimado, aproximadamente 33 minutos entre um município e outro.

Posteriormente, segundo estudos realizados no município de rancho queimado e que serviram de base de pesquisas para este projeto é possível observar a falta de profissionais ligados à área da saúde que atuam efetivamente no município, especialmente médico obstetra. neste contexto, isto posto e levando em consideração o fato de que o município possui apenas dois centros de saúde para atender toda a população, presume-se uma certa deficiência/carência, mormente pelo fato de que apenas 16 profissionais atuam efetivamente naquela localidade.

Outro dado levado em a ser considerado no que diz respeito à taxa de mortalidade infantil é o abastecimento de água e o saneamento básico de determinada localidade, no município de rancho queimado. a grande maioria dos domicílios, cerca de 65%, são abastecidos por poços ou nascentes localizadas na propriedade ou fora da mesma. mormente o fato de o município estar localizado em uma área rural, o dado em foco traduz a falta de abrangência de abastecimento de água por rede geral à grande maioria dos munícipes. quando se trata-se de saneamento básico, estudos do bndes (2013) estimam que, a nível nacional, 65% das internações em hospitais de crianças com menos de 10 anos sejam provocadas por males oriundos da deficiência ou inexistência de esgoto e água limpa.

Os serviços de água tratada, coleta e tratamento de esgotos levam à melhoria da qualidade de vida das pessoas, sobretudo na saúde infantil, com redução da mortalidade infantil.[15]

Tabela 2 – Saneamento Básico no município de Rancho Queimado.

Indicadores de saneamento básico – 2010	Rancho Queimado		Santa Catarina	
	Domicílios	% relativo	Domicílios	% relativo
Ligados a rede de esgoto ou pluvial	117	12,6%	579.576	29,1%
Fossa séptica	382	41,0%	947.168	47,5%
Fossa rudimentar	288	30,9%	384.013	19,3%
Vala	96	10,3%	44.168	2,2%
Rio, lago ou mar	46	4,9%	24.524	1,2%
Outro escoadouro	-	-	7.887	0,4%
Sem banheiro ou sanitário	2	0,2%	5.761	0,3%
Total de domicílios	931	100,0%	1.993.097	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

A tabela apresentada acima é autoexplicativa, sobretudo no que diz respeito à porcentagem irrisória de domicílios ligados a rede de esgoto ou pluvial, isto porque a maioria esmagadora de domicílios

[13] Disponível em: <http://www.estudopratico.com.br/mortalidade-infantil/> Acesso em: 02 nov 2015.

[14] Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Rancho-Queimado.pdf> Acesso em: 22 nov 2015.

[15] Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/o-que-e-saneamento> Acesso em: 02 nov 2015.

possuem outros tipos de tratamento de esgoto que não os providos pelo poder público. Destrinchando os dados observa-se que a grande maioria dos domicílios possui: **a)** fossa séptica, que são espécies de unidades de tratamento primário de esgoto doméstico, nestas são feitas a divisão físico-química da matéria sólida presente no esgoto. A fossa séptica é predominante em residências de zona rural[16] ou ainda, **b)** fossa rudimentar, que são as mais agressivas ao solo, sobretudo às atividades de agricultura. Cabe ressaltar que estas representam 30,9% do total de formas de tratamento de esgoto do município de Rancho Queimado. As fossas rudimentares nada mais são que fossas de detritos que não passam de um "buraco", ou seja, é uma estrutura rudimentar que contamina poços e áreas agrícolas. Este tipo de fossa é a que mais contamina o lençol freático e acarreta doenças à população.

4.3 Propondo ações de conscientização

A proposta deste projeto, *a priori,* foi a de elaborar uma campanha de conscientização para a redução da taxa de mortalidade infantil do município de Rancho Queimado.

Os acadêmicos responsáveis pelo projeto devidamente orientados pela professora responsável resolveram, por óbvio, desenvolver materiais para a posterior realização da campanha *in loco,* por entender que o tema deste projeto (redução da taxa de mortalidade infantil) é de certa complexidade e a sua redução possui um cunho muito mais de prevenção do que de ações imediatas, visto que trata de mortes precoces e que por vezes podem ser evitadas, conforme oportunamente demonstrado neste projeto.

A expectativa é que a aderência seja unânime por parte dos órgãos públicos do município de Rancho Queimado, visto a importância da saúde da população de uma forma geral, bem como da saúde da gestante/recém-nascido. Mormente o fato de que a taxa de mortalidade infantil *versus* a quantidade de habitantes do município de Rancho Queimado seja irrisória se comparado ao âmbito estadual e nacional, não é a expectativa do gestor público tal dado, visto que é presumida a preocupação do mesmo com a devida qualidade dos serviços de saúde ofertados à população, bem como o acesso da mesma a estes.

Tudo isto posto, segue, *a posteriori,* as propostas de Banner (figura 1); Flyer (figura 2) e Camisetas da Campanha Mamãe Coruja (figura 3). Cabe aqui ressaltar que tudo o que será apresentado a seguir são propostas, passíveis de análise e posterior mudança por parte do órgão competente, assim como destaca-se que o orçamento seria constante em uma segunda etapa da campanha.

Figura 1 – Banner de divulgação

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Figura 2 – Flyer

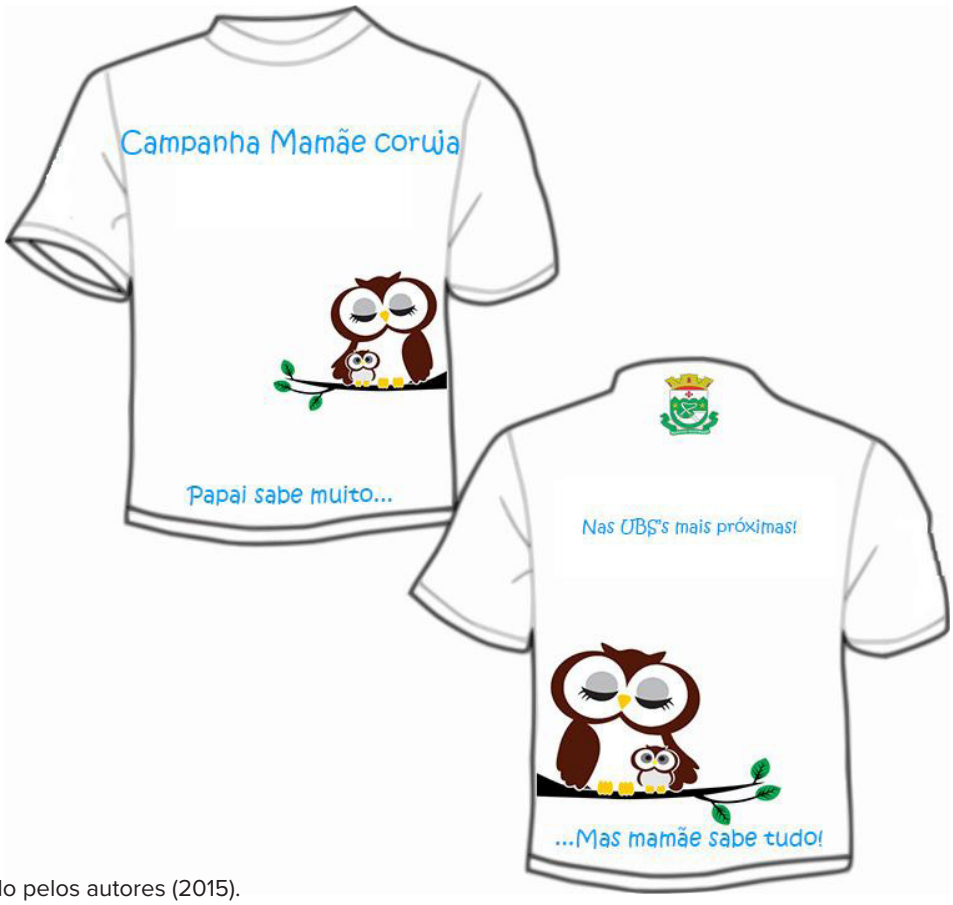
Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

[16] Disponível em: <http://www.infoescola.com/ecologia/fossa-septica/> Acesso em 05 nov 2015.

Acima colaciona-se uma figura representando a proposta de Banner de divulgação da referida Campanha Mamãe Coruja, neste banner deverá haver algumas informações pontuais e relevantes relativas a saúde da gestante/recém-nascido, bem como de cuidados que devem ser tomados pelas mesmas, público alvo da campanha. A ideia é que sejam confeccionadas 30 cópias deste Banner e posteriormente sejam estes distribuídos e postos em locais de fácil visualização entre: a) os 2 (dois) centros de saúde existentes no município de Rancho Queimado, sendo eles uma Unidade Básica de Saúde e um Posto de Saúde; b) estabelecimentos de ensino existentes no município de Rancho Queimado, sendo eles creches, escolas de ensino fundamental e médio; c) Secretaria Municipal de Saúde do município; d) Prefeitura Municipal de Rancho Queimado; e) Delegacia de Polícia.

No flyer haverá informações relevantes sobre a campanha, como local de realização da mesma, perguntas pontuais com relação ao correto transcorrer do período gestacional. A ideia é que sejam confeccionadas, num primeiro momento, 1000 cópias deste Flyer e posteriormente sejam estas distribuídas e entregues ao público alvo entre os mesmos locais que serão dispostos os banners da campanha, são eles: a) os 2 (dois) centros de saúde existentes no município de Rancho Queimado, sendo eles uma Unidade Básica de Saúde e um Posto de Saúde; b) estabelecimentos de ensino existentes no município de Rancho Queimado, sendo eles creches, escolas de ensino fundamental e médio; c) Secretaria Municipal de Saúde do município; d) Prefeitura Municipal de Rancho Queimado; e) Delegacia de Polícia.

Figura 3 – Camiseta da Campanha Mamãe Coruja.



Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Acima anexa-se uma figura representando de Camiseta da Campanha Mamãe Coruja, nela haverão algumas informações relevantes sobre a campanha. A ideia é que sejam confeccionadas, num primeiro momento, 50 camisetas e posteriormente sejam estas entregues e entregues aos profissionais ligados à área da saúde, bem como Agentes Comunitárias de Saúde (ACS's).

Também serão oferecidos ciclos de palestras para as gestantes, que são o público alvo desta campanha e também aberto ao público interessado, com temas relevantes à gravidez, pós-parto, bem como cuidados com o bebê.

As palestras acontecerão em local apropriado, de preferência auditório, ministrada por uma equipe multiprofissional ligada à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Rancho Queimado, dentre médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionista, entre outros. Dentre as propostas de temas para as palestras estão: **a)** A ansiedade e o medo em relação ao parto e sua posterior redução; **b)** aproximação e envolvimento do pai na gravidez e nascimento do bebê; **c)** a importância do aleitamento materno; **d)** segurança nos primeiros cuidados com o bebê; **e)** entendendo e diminuindo os riscos da depressão pós-parto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto teve como objetivo geral a ideia de apresentar proposta de conscientização para a posterior redução da taxa de mortalidade no município de Rancho Queimado, visto que a mesma possui patamares que chamaram a atenção dos autores.

Os objetivos específicos foram alcançados conforme inicialmente proposto, levantou-se a importância da devida prestação dos serviços de saúde que devem ser ofertados a toda a população de forma otimizada, sem distinção de qualquer característica inerente a diversidade, mormente sob a égide constitucional, bem como da importância do acesso da população aos serviços de saúde.

Esse projetou visou apresentar dos materiais para a posterior realização da campanha Mamãe Coruja, que serve de proposta ao poder público municipal para a implementação de uma campanha de conscientização acerca da saúde da gestante e do bebê em seus primeiros anos de vida, foram colacionadas figuras referentes à produção de Banner's; Flyer's e camisetas, ressaltou-se a importância da implementação da mesma, bem como a forma em que deverão ocorrer a produção e posterior distribuição dos materiais.

REFERÊNCIAS

AUTOR E TÍTULO. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/historico Acesso em 11 ago 2015.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil,

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. **A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica**. *In:* GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.) Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RUDNICK, Luciane Tischler**. A política de descentralização administrativa e o desenvolvimento regional em Santa Catarina**. In: Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. 2010. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/editais/dissertacao_versao_final.pdf> Acesso em: 29. set. 2015.

SOARES, Vítor. **Reflexões sobre a criação, desenvolvimento e gestão de agências de desenvolvimento regional.** Desenvolvimento Regional em Santa Catarina. Blumenau. P. 71- 103. 2001.